



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

KARIME PERES VILELA

**PERFIS DE PESQUISADORAS BRASILEIRAS DA ECONOMIA POLÍTICA  
DA COMUNICAÇÃO**

---

Londrina  
2024

KARIME PERES VILELA

**PERFIS DE PESQUISADORAS BRASILEIRAS DA ECONOMIA POLÍTICA  
DA COMUNICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Orientador: Prof. Doutor Manoel Dourado Bastos

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

K18p Peres Vilela, Karime.  
Perfis de Pesquisadoras Brasileiras da Economia Política da Comunicação / Karime Peres Vilela. - Londrina, 2024.  
100 f. : il.

Orientador: Manoel Dourado Bastos.  
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2024.  
Inclui bibliografia.

1. Comunicação Brasileira - Tese. 2. Relações de Gênero - Tese. 3. Economia Política - Tese. I. Dourado Bastos, Manoel . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

KARIME PERES VILELA

**PERFIS DAS PESQUISADORAS BRASILEIRAS DA ECONOMIA  
POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Comunicação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Márcia Neme Buzalaf  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Verlane Aragão Santos  
Universidade Federal do Sergipe - UFES

---

Prof. Dr. Rodolfo Rorato Londero  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 05 de março de 2024.

## AGRADECIMENTOS

O mestrado foi o período em que intensifiquei minha presença no movimento feminista. Me tornei Conselheira Municipal pelos Direitos das Mulheres, ajudando a elaborar o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que entrou em vigor em 2023. Gostaria de agradecer as mulheres que encontrei neste Conselho, que me fizeram amadurecer ideias, tentando amenizar as consequências do patriarcado.

Agradeço minhas amigas do movimento feminista, que trocaram muitas experiências, para que eu trouxesse no percurso do mestrado. Em especial, as que se tornaram irmãs: Ariane Rigate, Meire Moreno e Thainá Jhenifer.

A minha família londrinense, Alessandro Pires e Natália Souza, obrigada! Sem vocês, isso não se tornaria realidade. Grata pelas discussões, aprendizados, por abraçarem as minhas dores e trazer aconchego. O que construímos, levarei para a vida. Continuem assim, lutando a favor das maiores vítimas desse modo de produção, meus historiadores favoritos!

Aos meus amigos de Viradouro, que são tantos e que sempre me apoiam, enviam energias positivas e são os inimigos do fim, nas minhas férias. Ao Leandro Nogueira, que é um irmão que a vida me deu, que sempre me apoiou e me ajuda a enxergar que posso estar em qualquer lugar. Aos companheiros de luta que Londrina me trouxe, muito obrigada! O mundo se torna melhor com a insistência que vocês têm em defesa das minorias.

Aos meus parceiros do Haug, valeu, por tudo! Pelas conversas acadêmicas e na mesa do bar, pela força que me dão há anos, quanta coisa boa construímos, Ana Soranso, Gabriela Fernandes, Gina Mardones, Pamella Basseti, Rafaela Martins, Guilherme Bernardi, Rodolfo Rorato Londero e William Casagrande Fusaro.

Ao meu orientador, Manoel Dourado Bastos, gratidão! Pela paciência, humanização e resistência. A universidade só ganha com profissionais como você, que tenta dialogar as pesquisas científicas com os movimentos populares.

A integrante da minha banca de defesa, Márcia Neme Buzalaf, que sempre encontro nos rolês progressistas, em que temos muitas trocas e que foi imprescindível para a conclusão dessa pesquisa. Márcia, que é inspiração no departamento de Comunicação da Uel, como mulher, pesquisadora e feminista. Obrigada, por toda dedicação à justiça social. A Verlane, que também integra a minha banca de defesa e é uma mulher de resistência em todos os aspectos e que tem muito a ensinar aos debates feministas e a EPC no geral.

As crianças e adolescentes que me deparo nos Serviços de Convivência, em Londrina, desde 2019. Aprendi com vocês o que nenhum livro ensina, a ser mais solidária, a caminhar apesar das dores e a resistir no enfrentamento com os poderosos. Que vocês tenham muita luz nessa vida, assim como são na minha.

Aos amigos que construí nesses anos de vida, são tantos, mas só cresço com isso. Mas queria destacar aqui, uma que me aproximei ainda mais com o mestrado e tenho toda admiração pela ativista, pesquisadora e pessoa que é, Talyta Elen. Foi bom dividir essa fase contigo, continuaremos juntas e faremos da comunicação um espaço de discussão dos nossos ideais.

A minha avó Eva, que foi quem me apresentou Bethânia e Elis Regina, fazendo de mim, uma amante da MPB. Mas também foi com ela a primeira insatisfação enquanto mulher, quando me disse que não frequentou a escola, por seu pai não permitir, a ela eram destinados os afazeres domésticos. Por você vó, quero chegar a todos os lugares que lhe foi negado.

Obrigada, mãe, por sempre mostrar que a educação é o caminho, por nunca ter faltado a uma reunião da escola e por me cobrar boas notas em matemática rs. Mesmo sem acesso à educação, tu conseguiste fazer com que seus quatro filhos tivessem ensino superior. Obrigada, pai, por me entender como ninguém nesse mundo e por me incentivar a voar e ser livre.

Ao Tio Reginaldo e Tia Maria Inês, valeu pela preocupação, em querer saber se está tudo bem e se não falta nada na minha educação. A todos os meus familiares, gratidão! A caminhada de vocês é admirável, se sou sensível a muitas causas, foi por conviver com pessoas tão incríveis.

Aos meus professores da vida, só cheguei até aqui por vocês, podem contar comigo na defesa da educação pública, inclusiva e libertadora. As minhas irmãs, queridas professoras Michele e Rayane, que bom que vocês entregam toda essa sabedoria que possuem. Amo vocês mais do que qualquer coisa nessa vida, gratidão por se fazerem presentes diariamente, apesar da distância.

À todas as mulheres que lutam diariamente por um mundo mais justo, se hoje tenho liberdade de expressar o que quero, é pela força de vocês. Como disse Lélia Gonzalez: "Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos."

## RESUMO

VILELA, Karime Peres. **Perfis des pesquisadoras da economia política da comunicação brasileira**. 2023. # f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Este trabalho traz os perfis de quatro pesquisadoras brasileiras da Economia Política da Comunicação. A partir disso, descreve-se e se analisa criticamente a atuação de mulheres inseridas como pesquisadoras na EPC, uma abordagem crítica da comunicação, em um contexto geral marcado pelo patriarcado. A abordagem é quali quantitativa, com enfoque dialético, entendido como o mais indicado para o tratamento crítico dos fatores que influenciam a produção de conhecimento nas condições e dentro dos limites revelados. Os dados são provenientes de entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e documental. São também identificados indicadores na revista Eptic, adotada como objeto e fonte desta pesquisa e base para sustentar questionamentos sobre as relações de gênero na produção intelectual. Os resultados permitem afirmar que as pesquisadoras se integram no espaço institucional a que pertencem, geram produções de conhecimento nos níveis esperados, mas ainda se deparam com entraves persistentes explicados no campo da práxis sócio-histórica.

**Palavras-chave:** Patriarcado; EPC; Gênero; Mulheres Pesquisadoras; Práxis sócio-histórica.

## ABSTRACT

VILELA, Karime Peres. **Profiles of Brazilian researchers in the Political Economy of Communication**. 2024. #125f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

This work brings the profiles of four Brazilian researchers of the Political Economy of Communication. From this, it describes and critically analyzes the performance of women inserted as researchers in the EPC, a critical approach to communication, in a general context marked by patriarchy. The approach is qualitative and quantitative, with a dialectical focus, understood as the most suitable for the critical treatment of the factors that influence the production of knowledge in the conditions and within the limits revealed. Data come from semi-structured interviews, bibliographical and documentary research. Indicators are also identified in the Eptic magazine, adopted as the object and source of this research and the basis for sustaining questions about gender relations in intellectual production. The results allow us to state that the researchers are integrated into the institutional space to which they belong, generate production of knowledge at the expected levels, but still face persistent obstacles explained in the field of socio-historical praxis.

**Key-words:** Patriarchy; Eptic; Gender; Women Researchers; Socio-historical praxis.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Imagem da capa da primeira edição da Revista Eptic, em 1999	66
<b>Figura 2</b> – Foto de perfil de Anita Simis	73
<b>Figura 3</b> – Foto de perfil de Ivonete da Silva Lopes	78
<b>Figura 4</b> – Foto de perfil de Suzy dos Santos	82
<b>Figura 5</b> – Foto de perfil de Verlaine Aragão Santos	85

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Demonstração do primeiro volume da Revista Eptic, em 1999	64
<b>Tabela 2</b> – Demonstração do primeiro volume da Revista Eptic, em 2011	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cepcom	Crítica da Economia Política da Comunicação
Ciespal Latina	Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina
Compós	Associação de Pós-Graduação em Comunicação
EPC	Economia Política da Comunicação
EPCC	Economia Política da Comunicação e Cultura
Eptic	Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
IAMCR	Associação Internacional para a Pesquisa em Mídia e Comunicação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PEIC	Políticas e Economia Política da Informação e da Comunicação
Ulepicc	União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO</b> .....	20
1.1 A EPC no Brasil e no mundo.....	20
1.1.1 Contexto e institucionalização da EPC.....	20
1.1.2 Laboratórios de pesquisa em Economia Política no Brasil .....	35
1.1.3 A comunicação como forma social .....	37
<b>2 GÊNERO E ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: APROXIMAÇÕES</b> .....	41
2.1 Conceitos centrais no debate de gênero para os estudos de comunicação .....	41
2.1.1 Historização da Mulher.....	41
2.1.2 Teoria do Contrato .....	46
2.1.3 Casamento e Divórcio entre Marxismo e Feminismo .....	50
2.1.4 Feminismo Latino-americano .....	51
2.1.5 Feminismo Brasileiro.....	53
2.1.6 O feminismo brasileiro da última década.....	56
2.1.7 Comunicação e a Luta Feminista .....	59
2.2 Relações de gênero na EPC brasileira.....	61
2.2.1 A limitada presença de pesquisadoras na Revista Eptic .....	61
2.2.2 Patriarcado como forma social.....	69
<b>3 PERFIS DE PESQUISADORAS DA ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	74
3.1 Quatro pesquisadoras da EPC.....	74
3.1.1 Anita Simis .....	74
3.1.2 Ivonete da Silva Lopes .....	79
3.1.3 Suzy dos Santos .....	82
3.1.4 Verlane Aragão Santos .....	86
3.2 Quadro geral da importância das pesquisadoras brasileiras da EPC .....	93
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	94
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca construir o perfil de quatro pesquisadoras brasileiras da Economia Política da Comunicação, sendo elas: Anita Simis, Ivonete da Silva Lopes, Suzy Santos e Verlane Aragão Santos. Trata-se de avaliar que contexto pesquisadoras mulheres encontram num subcampo acadêmico de natureza crítica e combativa.

Bolaño e Santos (2018) relatam que a Economia Política da Comunicação (EPC) visa partir de uma base interdisciplinar, dialoga com outras disciplinas, para dar conta do que é o fenômeno da comunicação na atualidade, pensando na produção, distribuição e consumo de comunicação. Isso se dá por meio de relações de poder e que são desiguais, tem a ver com estudos de mercado, com o papel do Estado, comunicação comunitária e funcionamento das indústrias culturais. Por isso, a EPC se organiza de modo a atuar, no campo da Comunicação, com consciência da “luta epistemológica” que o constitui.

Nesse sentido, a EPC tem uma história significativa no Brasil, desde pelo menos a publicação de *Mercado Brasileiro de Televisão* por César Bolaño em 1988, entendido como seu marco inaugural. O livro, ao esboçar um objeto de estudos próprio e os primeiros aspectos metodológicos para o desenvolvimento de investigações, inaugura uma alternativa teórica completa para a Comunicação. A Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Eptic) é um marco importante nesse processo. Ela tem 21 anos de existência e atualmente sua editora-chefe é a Helena Martins. Quadrimestral, é a principal revista brasileira em EPC, desde 1999, quando foi organizada por César Bolaño, desde então editor-chefe da Eptic. Foi por meio da Eptic que se publicaram os principais debates da EPC no Brasil.

Assim, a Eptic se configura como um importante parâmetro de pesquisa para desenvolver os perfis das pesquisadoras brasileiras da EPC, a partir da provocação original do artigo “Nós, as economistas políticas da comunicação”, de autoria de Aires, Bahia, Gonçalves, Santos, Schramm e Torquato (2020). O artigo reconhece, na revista, reproduções das barreiras próprias a uma sociedade patriarcal e propõe um conjunto de pesquisadoras decisivas para superar essas limitações. Ao mesmo tempo, analisando a Revista Eptic, encontram alguns nomes frequentes de pesquisadoras que nela publicaram seus trabalhos, como Ana Veloso, Anita Simis, Helena Martins, Ivonete da Silva Lopes, Suzy Santos e Verlane Aragão Santos. Em que pese o evidente desnível na presença de pesquisadoras na Eptic, seus trabalhos não receberam a devida atenção no artigo de Aires, Bahia, Gonçalves, Santos, Schramm e Torquato (2000), sendo desconsideradas nas sugestões de leitura apresentada. Assim, reconhecendo a importância dos trabalhos de

pesquisadora brasileiras em EPC, a despeito da flagrante subrepresentação no campo, propomos uma exposição, por meio de perfis, que jogue luz sobre suas trajetórias, obras e perspectivas. A intenção é uma abordagem qualiquantitativa, que, a partir dos questionamentos previamente estabelecidos sobre as relações de gênero na revista, reconhecendo seus limites estruturais e, ao mesmo tempo, jogando luz sobre as pesquisadoras que ali publicaram, seja possível desenvolver os perfis. O propósito é exaltar essas pesquisadoras e identificar outras, conhecer seus trabalhos e diagnosticar suas contribuições para a EPC brasileira.

As possibilidades produtivas para pesquisadoras exercerem suas atividades são marcadas estruturalmente pelas dificuldades impostas pela lógica patriarcal. As mulheres ficam sobrecarregadas, com inúmeras demandas em relação à casa e aos filhos. Isso diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano. A divisão sexual do trabalho é um elemento central para entender as desigualdades de gênero. As desvantagens das mulheres não se prendem só a uma questão de gênero, mas de classe social e raça, reflete Biroli (2018). Uma sociedade patriarcal qualifica trabalhos de homens e mulheres de forma muito distinta. Isso se caracteriza, principalmente, na posição das mulheres negras, que são maioria em trabalhos precarizados, aquelas que chefiam os lares com menor renda no Brasil. Não só o trabalho das pesquisadoras, mas a própria comunicação como manifestação do capital vai obedecer aos padrões que o sistema impõe, que é de oprimir a mulher, colocá-la como algo frágil e, por isso, impedi-la de direitos. É algo "colonial" deixar os homens nas tomadas de decisões, fazer com que "ele" seja o capital sobre a mulher. A própria estrutura que faz a comunicação já é uma estrutura de dominação da sociedade.

Há muita energia no trabalho doméstico, que é difícil se recompor; assim, algumas mulheres ficam com menos tempo para outras atividades, como se especializar, buscar outras formas de conhecimento. Essa renda desigual do trabalho se dá porque alguns tipos de trabalhos são marcados pela gratuidade, como os trabalhos de cuidado, que na maioria das vezes são colocados como femininos e isso favorece os homens. Isso também se relaciona à política, pois, no contexto geral, homens ainda são predominantes nesse meio e não vão desenvolver leis, nem políticas públicas que favoreçam as mulheres. No Brasil, demorou "anos" para ter o trabalho doméstico reconhecido e com direitos trabalhistas, vindo à tona com a Proposta de Emenda à Constituição nº72/2013, mais conhecida como PEC das Domésticas, sancionada no Governo de Dilma Rousseff. Há uma relação estreita do que se espera de atividades realizadas por homens e de atividades realizadas por mulheres. É uma questão de sociabilização, de que o homem é um líder e a mulher vai seguindo o que é imposto, de acordo com Saraceno (1995).

Uma das maneiras de seguir essa imposição se dá colocando a mulher na condição naturalizada daquela que atenta para os cuidados da casa, dos filhos, do marido, dos idosos etc. O termo *care* tem como significado a expressão tomar conta e está relacionado às atividades exercidas por mulheres, em sua maioria. Guimarães, Hirata e Sugita (2011) explicam que o sentido de *care* é multidimensional, no português o verbo que traduz melhor o *care* é: cuidar. Os conceitos de trabalho e gênero também adentram o termo *care*. O *care* compartilha a questão de gênero de uma forma profundamente naturalizada, como se fosse particular à disposição feminina. O trabalho de *care* tem sido exercido por agentes subalternos e femininos e estão interligados com a submissão. Sua normalização é um dos elementos para que a atividade de pesquisadora pareça distante das mulheres, assim como a comunicação se mostra como expressão dessa perspectiva.

No Brasil, a inserção da mulher nos ambientes de trabalho ocorre se relacionando às ações de caráter doméstico, profissões desvalorizadas, por serem profissões do cuidado. Para Cisne (2012), a subordinação da mulher no mundo do trabalho está submetida a naturalização de papéis, voltados aos interesses do capital. O trabalho feminino está concentrado nos âmbitos de serviços pessoais, saúde e educação. O *care* é uma responsabilidade dos membros da família, em especial as mulheres, mas também das trabalhadoras em domicílio e das empregadas domésticas, segundo Guimarães, Hirata e Sugita (2011). A exploração da mulher, que antes era somente pelo marido, com a entrada dela no mercado de trabalho ocorre um rebaixamento do valor da força de trabalho e isso interessa muito ao capital. Interessa reconhecer nos perfis das pesquisadoras como essa questão do *care* afetou a condição produtiva.

Beauvoir (1989) fala que os donos dos meios de produção no século anterior empregavam mulheres pela baixa remuneração que elas aceitavam. Concepções machistas enaltecem o preconceito, fazendo com que a mulher estivesse na condição de membro da família e não como produtora do trabalho. Para Albornoz (1985), a mulher que decide seguir outro caminho sem ser o casamento e a maternidade precisa vencer pressões, que ao longo do tempo voltarão sob formas disfarçadas.

Pierre Bourdieu (2000) discorre que o cuidado é um objeto de conhecimento que estrutura formas de percepção, pensamento e comunicação e que tendem a produzir estruturas de dominação. Roswitha Scholz (2017) observa que a dominação é sem sujeito por sua essência, e que esse patriarcado sem sujeito é resumido em o valor é o homem. Quanto mais desenvolvida é a esfera pública, menos nítida é a presença do patriarcado. A disparidade entre os sexos é uma mecânica moderna, em que a dissociação do valor é seu fundamento e a desigualdade de gênero sua expressão. A

dimensão estrutural do patriarcado deve ser alvo de interesse nos perfis que serão apresentados.

Partindo desses problemas, este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa sobre as mulheres da EPC brasileira, no sentido de destacar a atuação de relevantes pesquisadoras que atuam nesse cenário e desenvolvem produções de relevância, mesmo com todos os entraves. Ênfase particular é colocada no vínculo dessas mulheres com as instituições acadêmicas e como se deu sua ascensão como pesquisadoras de visibilidade e reconhecimento efetivo. São trajetórias que evidenciam o patriarcado, por exemplo, a conexão forjada com as atividades de cuidado, a dificuldade delas em não pertencer ao jogo político, como também institucionais: as universidades em países latinos (comumente fora do eixo central), limitando a visibilidade e a viabilidade de construção de um espaço de geração de conhecimento. Para dar conta de apresentar uma figura das pesquisadoras brasileiras em EPC, destacamos quatro dos nomes marcantes surgidos na pesquisa junto à Revista Eptic. Além das quatro pesquisadoras supramencionadas anteriormente, Helena Martins, editora do periódico, também é um nome importante, mas que não pôde conceder entrevista.

O problema da pesquisa é: Em que termos as mulheres participam da construção da Economia Política da Comunicação no Brasil? Nesse sentido, o objetivo geral é analisar a importância de pesquisadoras brasileiras na Economia Política da Comunicação. Os objetivos específicos são: 1) descrever o quadro de constituição e institucionalização da EPC no Brasil e no mundo; 2) explicitar o conceito de comunicação como forma social como decisivo para a EPC no Brasil; 3) avaliar conceitos gerais das discussões de gênero, tais como a presença das mulheres em lugares de poder, a mulher enquanto latinoamericana, o trabalho de cuidado e os contratos sociais impostos pela lógica capitalista-patriarcal; 4) demonstrar, por meio da EPC, o caráter estrutural do patriarcado na comunicação, entendida como forma social; 5) apontar como o patriarcado está presente na constituição do subcampo da EPC e como as pesquisadoras têm enfrentado esse problema. Para dar conta desses objetivos, adotamos os seguintes procedimentos de pesquisa e investigação: 1) leitura de textos fundamentais da EPC, principalmente aqueles que dão conta de sua periodização; 2) revisão do texto clássico de Bolaño (2000), marco conceitual decisivo; 3) leitura de autoras chave para a abordagem de gênero na perspectiva aqui adotada; 4) leitura e exposição do conceito de "patriarcado de mídia", conforme Martins e Bastos (2019). Esses procedimentos culminaram na produção de perfis de quatro pesquisadoras centrais da EPC produzida no Brasil, a saber: Anita Simis, Ivonete Lopes, Suzy dos Santos e Verlane Aragão. Para isso, adotou-se 5) o procedimento de entrevistas semiestruturadas com as quatro pesquisadoras, por meio das quais foram identificados



temas que demonstram os principais problemas enfrentados pelas pesquisadoras na constituição do subcampo da EPC que, na sequência dos perfis, 6) são expostos em uma tabela contendo a síntese das principais conclusões.

A pesquisa desta dissertação coloca em tela as relações de gênero dentro da EPC Brasileira e, para esse propósito, emprega o método da dialética. Gontijo (2016) ressalta que a dialética utiliza o diálogo para discutir um processo de economia em sentido amplo. É um método que possibilita a compreensão das contradições que afloram a partir da explicação de fenômenos sociais. O método dialético investiga as mudanças que ocorrem na sociedade, a partir da contradição de um fenômeno. Analisa a realidade confrontando teses e teorias e busca observar, de forma mais crítica, os acontecimentos. A produção do conhecimento está influenciada pelo meio em que estamos inseridos e acontece de forma gradativa e constante.

Em relação à abordagem qualitativa, Goldenberg (2009, p. 50) observa que ela se diferencia da quantitativa por não se concentrar exclusivamente em interpretar os levantamentos numéricos e, sim, analisar e compreender os dados em seu conjunto e as projeções conceituais que estabelecem. Este tipo de abordagem é, portanto, flexível e depende da interpretação dos pesquisadores, gerada pela indução, que será dada a partir do conhecimento dos dados. Neste trabalho utilizaremos a pesquisa quali-quantitativa, de modo a melhor instrumentalizar a análise de um processo complexo sempre merecendo avaliação aprofundada.

A coleta de dados foi efetuada por meio de entrevista semiestruturada, pesquisa bibliográfica e análise documental. Manzini (2003) classifica a entrevista semiestruturada como um contexto para a elaboração de um *roteiro* com as principais perguntas que podem ser complementadas na hora da entrevista. Dessa maneira, as fontes ficam mais livres e não há um padrão a seguir. As entrevistadas mostram os desafios de uma mulher enquanto pesquisadora, em uma área dominada por homens, e falam das perspectivas que possuem no debate de gênero.

A pesquisa bibliográfica fornece um panorama do que já foi registrado sobre o assunto, desde livros até publicações jornalísticas, mostrando os meios para resolução de problemas já conhecidos e também serve como um reforço na análise das informações, conforme explicam Lakatos e Marconi (2010, p.166). São incluídas obras que contribuem culturalmente e cientificamente para o desenrolar do estudo, ressaltando as ideologias e posições que se vinculam ao problema. A Revista Eptic é uma fonte para chegar aos nomes das pesquisadoras e a alguns aspectos gerais do patriarcado na Economia Política da Comunicação. A fonte central da pesquisa são as entrevistas realizadas com as pesquisadoras.

A análise documental é efetuada com o auxílio de tabelas, fotografias, depoimentos orais e escritos, documentos informativos e relatórios. Gil (2002) insiste na importância das informações alcançadas por meio da análise documental e chama a atenção para a possibilidade de novos pontos de vista diante do assunto. A documental se diferencia da bibliográfica por não ter recebido tratamento analítico. São fontes primárias definidas por sua disseminação, sendo a base do trabalho de investigação. Precisam ser analisadas com olhar crítico e comparativo.

Esta dissertação é apresentada em cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. São três movimentos principais, cada qual com dois momentos específicos. O segundo capítulo dá conta do primeiro movimento, que é o de explicitar os aspectos gerais da EPC. Assim, num primeiro momento, discute o ambiente da Economia Política da Comunicação produzida no Brasil, sua origem e evolução, além de como são tratados os principais fatores presentes em questões complexas do momento atual e de suas consequências. Num segundo momento, o capítulo dá conta de mostrar o conceito central da EPC produzida no Brasil, a saber: o da comunicação como forma social.

O terceiro capítulo dá conta do segundo movimento. Nele, num primeiro momento, são expostos conceitos centrais do debate de gênero para a investigação aqui proposta, como as relações de gênero na Revista Eptic, a Historização da Mulher, Teoria do Contrato, Casamento e Divórcio entre Marxismo e Feminismo, Feminismo Latino-Americano, o Feminismo Brasileiro da Última Década e as associações entre Comunicação e a Luta Feminista. Num segundo momento, o capítulo aborda a comunicação como forma social a partir da dimensão de gênero. Demonstra-se que o patriarcado constitui um aspecto estrutural da comunicação, que não impede a participação de mulheres em seu âmbito, mas a circunscreve dentro das amarras próprias ao capital.

O quarto capítulo dá conta do terceiro movimento. Num primeiro momento, apresenta-se o produto central dessa dissertação, ou seja, os perfis de quatro pesquisadoras brasileiras de EPC. A partir desses perfis, num segundo momento, o capítulo sintetiza aspectos gerais explicitados pelas pesquisadoras, mostrando que, tal como na comunicação como forma social, na institucionalização acadêmica o patriarcado também permite a participação de mulheres, limitando, contudo, suas condições e possibilidades. As considerações finais projetam os cenários em que a pesquisa pode desembocar e as perspectivas de uma efetiva, e mais veloz, alteração no quadro da questão de gênero nessa importante condição do exercício de papéis sociais.

## 1 ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO

### 1.1 A EPC no Brasil e no mundo

#### 1.1.1 Contexto e institucionalização da EPC

Inicialmente, vamos explicitar, em termos gerais, o que vem a ser Economia Política. O termo “Economia Política” surge no século XVIII, sendo usado para classificar as pesquisas das relações de produção e distribuição de riquezas entre as classes da crescente sociedade burguesa. O termo “Economia Política” abarca dimensões da realidade social, mobilizando as determinações histórico-materiais dessa realidade. É um campo que considera que as alterações sociais permeiam de acordo com os conflitos socioeconômicos.

Historicamente, a Economia Política tem início em 1776, com a publicação da obra *A riqueza das Nações*, do economista Adam Smith. Na obra, Smith exemplifica a conduta econômica e a “mão invisível” do mercado.

O autor sugere que a produção é o alicerce da economia de mercado. Adam Smith também publicou em 1759, o livro *A Teoria dos Sentimentos Morais*, em que aborda os seus estudos na faculdade de Filosofia Moral, na Universidade de Glasgow, na Escócia. A obra fez com que Smith integrasse o grupo dos economistas que tinha como liderança François Quesnay.

Outro importante autor para a formulação inicial da Economia Política, David Ricardo nasceu em Londres, era economista e criou a teoria da lei dos salários. Seu pai era um judeu holandês fazia investimentos na bolsa de valores. Como Ricardo trabalhava com o pai desde os 14 anos, ganhou aptidão para o comércio. Aos 21 anos, converteu-se ao cristianismo e se casou, começou a investir na bolsa, conquistando prestígio profissional.

Sob a influência de seu compatriota Adam Smith, David Ricardo volta sua atenção para a literatura e a ciência, detalhadamente as questões monetárias. Em seu primeiro trabalho, publicado em 1810, fixa na limitação da emissão de moeda como meio para combater a inflação. A teoria pregada por ele foi aprovada por um Comitê pronunciado na Câmara dos Comuns, o que lhe trouxe reconhecimento mundial.

Andrade (2013) identifica que a economia política se torna uma nova ciência no processo da Revolução Industrial, servindo para justificar e fomentar a importância de separar política e economia. Com isso, Marx promove uma crítica da Economia Política e traz a necessidade de conhecer as ferramentas que fazem com que a nova lógica social funcione, concentrada na hegemonia do econômico sobre o político. No século XIX, as pesquisas em torno da Economia Política ganharam enorme importância.

Atento a isso, Marx, em *O Capital* (1867) adota a perspectiva de uma “Crítica da Economia Política”.

Tratava-se de adotar um ponto de vista dialético, aprendido originalmente a partir do idealismo alemão (que, em Hegel, encontrava-se invertido, conforme a imagem proposta por Marx), tendo por fundamento a luta de trabalhadoras e trabalhadores em torno da organização político-partidária contra a ascensão burguesa ao poder. No prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx (2008, p.47) afirma que “(...) a anatomia da sociedade burguesa deve ser encontrada na Economia Política”. Neste momento histórico, muitos pensadores se sentem atraídos pelos assuntos que englobam a ciência econômica, todavia, a área ganha o prestígio de um campo autônomo de conhecimento. Marx influenciou o viés crítico da Economia Política, que passa por conflitos de aceitação, até os dias atuais.

Contudo, tornou-se dominante no espaço acadêmico intelectual a lógica neoliberal, com viés conservador. Isso tem ligação direta com a política estabelecida, principalmente no âmbito brasileiro, em que a ciência enfrenta dificuldades de liberdade de expressão e financeira. Apesar dos entraves, Zaiat (2012) categoriza que a cobrança do Estado sobre o seu papel de ordenador social vem ganhando espaço nos estudos contemporâneos.

Os movimentos sociais viabilizam escolas de Economia Política, o que de certa forma é um interesse relevante, mostra que a Economia Política é um instrumento válido para análises da mudança social e transformação histórica. Gohn (2010) coloca que essas movimentações dão origem à criação de identidades em ambientes coletivos e isso modifica a sociedade. Já Melucci (1999) pede atenção quanto ao caráter reducionista ao conceituar movimento social, dizendo que é um erro classificar qualquer ação civil como movimento social. Movimentos sociais estão interligados com os interesses das classes populares e seu progresso aponta para uma difusão sociopolítica que é materializada na “questão social”.

Nos anos 60, os movimentos sociais avançaram, denotando uma crescente participação popular nas discussões dos problemas nacionais, sendo este processo interrompido com o golpe militar de 1964, que, a pretexto de combater o comunismo e respaldando-se no binômio ideológico “segurança e desenvolvimento”, restringiu a participação popular e proibiu qualquer manifestação que representasse ameaça a “ordem pública”. O período de 1964 – 1985, caracterizado pela ditadura militar foi um contexto de acumulação capitalista apoiada em um governo militar e autoritário, a partir de um modelo de desenvolvimento, que beneficiou apenas as classes empresariais ligadas aos monopólios. Os movimentos sociais que se

desenvolveram no início dos anos 70, tinham como objetivo a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência da população. (LEMOS e FACEIRA, 2015, p. 05)

Urbinati (2006) assinala que os movimentos sociais podem tornar mais democrático a representação político-social. A autora pensa que a representação seria o processo político que associa a sociedade civil e organizações estatais, indagando a vontade como interesse da soberania popular, de modo que a opinião e o juízo seriam mais importantes. Urbinati aconselha que a vontade seja anteposta por visões contestáveis e que haja uma revisão desses ideais.

Melo (2010), relata que em um primeiro momento, o pensamento marxista fica restrito à elite intelectual do Brasil. Em 1902, a versão definitiva do manifesto comunista mobiliza o movimento proletário, sendo esse o apogeu das ideias marxistas. A imprensa proletária foi a responsável pela propagação desses ideais.

A Economia Política também exerceu um papel relevante no campo da Comunicação. Desde mais ou menos os anos 1960 são produzidas no mundo todo abordagens que se interessam por aquilo que Miège (2000) caracteriza como o principal aspecto da EPC, ou seja, o interesse pelo “lado econômico” da Comunicação. Não entendemos que essa expressão consegue mostrar em toda inteireza o significado teórico da EPC. Mas, ela ao menos mostra uma perspectiva que vai se formando aos poucos a partir de investigações dispersas sobre esse “lado econômico” que, ganhando corpo e densidade teórica, chegarão a constituir a perspectiva da EPC.

De qualquer modo, originalmente a EPC se configura em distintos países, sem grandes contatos iniciais entre investigadoras e investigadores. Essas pessoas só tardiamente irão se encontrar, no âmbito global, num grupo de trabalho dedicado à EPC, no maior Fórum de Pesquisa em Comunicação do mundo (a IAMCR - sigla em inglês para Associação Internacional para a Pesquisa em Mídia e Comunicação), no início dos anos 90. De extrema importância, esse GT, por outro lado, vai garantir uma hegemonia anglo-saxã no subcampo e muitos questionamentos sobre a proeminência do pensamento marxista na EPC. Isso porque esse GT se configura em meio a um contexto com características intelectuais, políticas e econômicas complicadas, com pelo menos três aspectos conjugados: a ascensão global do neoliberalismo (que, no caso latino-americano como um todo, em especial o brasileiro, se deu em um período de fim dos projetos desenvolvimentistas); período histórico de crise do socialismo realmente existente; crescente descrédito acadêmico do marxismo. Este é o contexto em que a EPC vai se configurar nesse encontro global.

Andrade (2013) compara que, na América Latina, a EPC tem se voltado à crítica do modelo liberal-desenvolvimentista que, de um modo ou de outro, passou a pressionar as bases fundamentais das produções teóricas nacionais no subcampo. Para entender como a EPC se desenvolveu na América Latina como um todo e no Brasil em particular, vale destacar que ela tem seus momentos prévios. Com o mercado de consumo, de bens e serviços, após a Segunda Guerra Mundial há necessidade de gerar anúncios publicitários, para que a venda de mercadorias se concretizasse. Essa necessidade, por sua vez, gerou uma série de veículos de comunicação, para circular esses anúncios.

Bastos (2019) coloca que quando os estudos de comunicação se consolidaram no país, o Brasil passava por uma ditadura militar, estando em um período desenvolvimentista. É nesse momento que surge a figura do Relações Públicas, era preciso alguém para trabalhar a imagem da empresa. Consolidou-se a importância de profissionais da área de comunicação, sendo uma área que vem de uma demanda profissional e isso ainda é visto nos cursos de comunicação. Essas áreas de conhecimento precisavam estabelecer alguns marcos teóricos e o Brasil até então não tinha desenvolvido praticamente nada de pesquisa em comunicação.

A partir de Bastos (2019), podemos afirmar que os estudos em Comunicação no Brasil, em seu começo, se dividiram em dois subcampos principais. De um lado, a “Comunicação para o desenvolvimento”, de Wilbur Schramm, nos anos 50, a partir do crescimento nas pesquisas em comunicação em departamentos de mestrado e doutorado nos EUA. Schramm é considerado o pai da pós-graduação estadunidense. Sua argumentação, contudo, passou a se dedicar exclusivamente para os países do que então se chamava Terceiro Mundo. A comunicação para o desenvolvimento vem com a lógica de formar profissionais aqui na América Latina, quando nasce o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal).

Wilbur Lang Schramm foi um pesquisador no campo da comunicação de massa. Ele é considerado um fundador dos estudos em comunicação, tendo participado da criação de departamentos de comunicação em universidades estadunidenses. Ele rodou o mundo conduzindo estudos que avaliava comunicações de massa e o uso de transmissão via satélite.

Sua pesquisa mais famosa é chamada Modelo de Tuba, em que se debruça sobre o processo comunicativo da mídia de massa. Em outro estudo, junto à Unesco, ele criou uma teoria que estabelecia ligação entre o grau de desenvolvimento econômico de um país à sua tecnologia da informação, de acordo com sua obra, *Comunicação de Massa e Desenvolvimento*, Schramm (1970). Como convivia com muitos familiares músicos, se interessou e desenvolveu uma pesquisa sobre o Conservatório da Nova Inglaterra.

Contudo, a perspectiva de Schramm encontrou na América Latina outro ponto de vista, que colocava a abordagem da comunicação para o desenvolvimento em perspectiva. A equidade nos ambientes onde circula a comunicação é colocada como mecanismo para o desenvolvimento. Isso se adentra aos movimentos da sociedade, a comunicação é vista como fundamental para o equilíbrio social. Como a comunicação é um instrumento de poder, sendo um aparato revolucionário, pode ser utilizada na luta contra a desigualdade social, mas também no agravamento da mesma.

Ferreira e Prata (2020) coloca que o acesso à comunicação pode ser a porta de entrada de direitos sociais e políticos. Nota-se esse aspecto nos anos 60 e 70 em que a comunicação globalizada está intrínseca aos processos econômicos e políticos-sociais. Visto que a comunicação por satélite começa a ser experienciada nos anos 60, mas a primeira televisão comercial via satélite veio à tona em 1972.

Por exemplo, muita gente tinha como perspectiva, anos atrás, pensar, de uma maneira otimista, numa democratização da comunicação pelas redes sociais e internet, e hoje, percebe que a gente reproduz fortemente o que os grandes meios de comunicação têm dito, tem falado, nós reproduzimos, ninguém investe mais na internet do que os grandes meios de comunicação, então tanto ontem, se falando com jovens nações e a importância das comunicações, como hoje, vemos essa perspectiva de se ter diferentes vozes. Me faz lembrar aqui também, um livro, A Queda do Céu, do Bruce Albert e Davi Kopenawa Yanomami, que é por exemplo a visão de um dos Yanomamis sobre a destruição do meio ambiente, sobretudo da floresta amazônica, como é interessante a gente conhecer essas vozes.

(FERREIRA E PRATA, 2020, p. 31)

O Relatório de MacBride foi um documento importante para validar esses aspectos da comunicação que colocavam em perspectiva seu sentido desenvolvimentista. O documento recebeu apoio internacional, mas foi reprovado pelos Estados Unidos e Reino Unido, com o argumento de ferir a liberdade de imprensa. Todavia, os anos 70 tinha um ideal de descolonização operando, isso é visível com a constituição de jovens nações e, em contrapartida a comunicação globalizada, afirmam os autores.

Com isso, surge outra indagação: será que somos nações independentes, a partir da ordem mundial da comunicação? Aparecem muitas críticas ao sistema de comunicação internacional, que induzia as ações dos sistemas nacionais, levando a entender, que havia um desdobramento, mas isso não alcançava a independência almejada. A comunicação era pautada na comercialização, deixando a desejar quanto aos aspectos de identidade cultural.

Agora, nós somos interpelados pelo avanço dos processos de midiatização, essa imbricação da comunicação nos diferentes campos sociais, para evidenciar como tem mudado a nossa sociedade, como tem tido importância seja no campo político, no campo científico, no campo literário, como isso tem mudado e como a comunicação tem se implicado, e como é importante a gente trazer essas questões amplas do mundo e também específicas para dentro de nossas pesquisas de comunicação. Então eu coloquei esse aspecto que tem muito a ver com a democracia, tem vários filmes hoje que mostram o momento de impasses (Driblando a democracia, Democracia em vertigem, O dilema das redes etc) além do que nós estamos vivendo acerca da democracia não só do Brasil, mas diferentes países, mas inclusive no Brasil. (FERREIRA E PRATA, 2020, p.33)

A exclusão de grande parte da população no acesso à informação de qualidade também foi algo que estava em pauta e que teve mínimas alterações ao longo dos anos. A integridade dos profissionais da área estava em questão e isso conversa diretamente com os dias atuais, ao pensar no fazer jornalístico. A falta de dados em relação aos países africanos durante a pandemia do coronavírus, mostra o racismo que aqui ainda é perpetuado.

Contudo, o Relatório de MacBride buscava uma democratização da comunicação, mas não só, a cooperação estava delineada ali. É válido destacar, que o documento começa a ser elaborado em 1977 e só é publicado em 1980. Foram três anos se reunindo em várias partes do mundo, com uma comissão marcada pela diversidade.

Podemos também pensar na relação ad-intra do campo comunicacional. Estava outro dia lendo um artigo que falava do interesse de intelectuais europeu na literatura científica latino-americana no sentido de fazer estudos sobre a recolonização em conjunto, tendo como uma das razões, a reflexão já acumulada sobre os processos históricos de 500 anos de colonização. Então é um pouco deste aspecto que eu vejo que o mundo e muitas vezes vem trazer essa contribuição com potencial podendo desdobrar, abrindo novas frentes de pesquisa que têm interesses paralelos muito fortes como novas concentrações de poder, descolonização, recolonização, utopia, distopia... Enfim, gostaria de ressaltar, nós temos cada vez mais uma aceleração do tempo histórico, o espaço e o tempo têm se modificado através das tecnologias de comunicação, o desenvolvimento das tecnologias em si é coisa da engenharia, agora como essas tecnologias se implicam na nossa produção simbólica, torna-se nosso objeto de pesquisa. (FERREIRA e PRATA, 2020, p. 35)



Os anos 70 foi responsável pela massificação da televisão. Já no ano de 1980 acontece o lançamento do filme *Bye Bye Brasil*, de Cacá Diegues. O audiovisual trazia os conflitos das atividades circenses e a inserção da televisão no interior do Brasil, além de examinar os sinais daquela época, sobretudo a recolonização.

Os grandes sistemas de comunicação dos países hegemônicos eram alvos de comentários naquele contexto. Na contemporaneidade, a história é contada pelo viés da datificação, por quatro grandes empresas: Google, Apple, Facebook e Amazon. Esse é um movimento que corrobora para a escravidão moderna, o enriquecimento da doutrina GAFA tem por trás vidas de trabalhadoras e trabalhadores que entregam seu tempo para o mínimo de sobrevivência.

“Se a utopia é algo idealizado, olhado o mesmo, vem do grego *topos*, *topos* é lugar, e “*u*” não lugar, é aquele lugar que não existiu, mas que um dia poderá existir e mobiliza as pessoas. E a distopia é a antítese, se a gente pega, peguei um dos termos da dialética, seria como disse Adorno, uma dialética negativa, então tem até um texto, então olha, estamos deslizando por esse caminho, naquela época você tinha muito essa imbricação da utopia e da distopia, como também vivemos esse momento, se a gente for ver. Até pouco tempo a gente dizia: nós estamos cada vez mais caminhando na sociedade dos emissores, Roland Barthes já dizia isso lá em 1977 se não me engano, publicação de um dos seus livros. E ele apontava, você tem “*n*” bons escritores, mas tem o gargalo das editoras, então quem sabe um dia nós vamos caminhar cada vez mais em direção a sociedade dos emissores... essa sociedade dos emissores já está entre nós, mas o quê que a gente pensa hoje acerca da transformação da sociedade nesse quesito? Está vendo que é um momento mais complicado que a gente imaginava, um momento de você pensar numa recolonização, após algumas conquistas... avanços e recuos, às vezes, entrelaçando-se, sendo tensionado pelas ações de instituições democráticas e o surgimento de vozes autoritárias, uma dialética da descolonização e recolonização insistente.” (FERREIRA e PRATA, 2020, p. 29)

Bastos e Gonçalves (2015), confirmam o que foi dito até aqui, que os meios de comunicação são vistos como uma arma de manipulação ideológica nos dias de hoje. A desconfiança em relação a esses meios se torna cada vez mais um senso comum. Os autores parafraseiam Raymond Willians entendendo que, para uma compreensão do poder ideológico no capitalismo contemporâneo, é necessário admitir que os meios de comunicação são meios de produção. Willians parte do pressuposto que as forças de

produção da comunicação arquitetam novos meios de comunicação, em conflitos com modos de reprodução social que encontramos atualmente.

De acordo com o contexto histórico da época, o Brasil estava vivendo um processo de capitalização, com a revolução verde como um de seus marcos especificamente na produção agro-exportadora, a partir de um processo de mecanização da produção rural, diz Bastos (2019). Bastos (2015) detecta que um dos principais vetores da comunicação para o desenvolvimento se dedicava a fazer com que a população do campo aderisse à mecanização da produção agrícola, a intenção era que o Brasil continuasse uma economia agro-exportadora. No passado, os cursos de comunicação tinham uma disciplina que se chamava “Extensão Rural”, que ainda é presente em cursos da área de agrárias (agronomia, medicina veterinária e zootecnia, por exemplo). Freire (1988), que caminhou com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) durante muitos anos, não concorda com esse termo “extensão rural”, para o autor, extensão é transmitir o que se sabe de modo técnico e passivo, preferindo o termo “comunicação”, que expressa uma dinâmica dialógica.

Bastos (2015) reflete sobre as coincidências da indústria cultural e a revolução verde. Nesse contexto, a televisão monopolizada era o cerne da indústria cultural. Tanto a revolução verde, quanto a indústria cultural passaram pelo mesmo processo político, que resultou no golpe de 1964, que deu início à ditadura civil-empresarial-militar.

Compreender esses processos históricos como correlatos é dizer que a atuação de ambos se dava de forma combinada, mesmo a indústria cultural não sendo de imediato um mecanismo para a difusão de ferramentas da agricultura. O autor supramencionado anteriormente fala que os fatores determinantes do estatuto da terra com princípios no latifúndio precisam ser vistos como componentes que deliberaram a comunicação no Brasil. O latifúndio é o que move as estruturas do capital brasileiro, de modo que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos é uma de suas especificidades.

O que poderia alterar essa lógica hegemônica na comunicação está presente na crítica da economia política, que tem como finalidade uma prática política radical. A comunicação rural tem seus primeiros registros entre os anos de 1950 e 1960. A Embrapa surgiu em 1973, com um intenso investimento em seus funcionários, nos departamentos de graduação e pós-graduação, no Brasil e no exterior.

Na prática, a comunicação rural se dava diante do paradigma difusionista, indo de acordo com o que pregava a revolução verde. As empresas estatais do meio, como a Embrapa e Emater, tinham como base de seus projetos a Aliança para o Progresso e as teorias de Paulo Freire sobre a horizontalidade da comunicação. O que vigorava eram projetos de comunicação de larga escala, alinhando-se entre a pessoa que detinha o conhecimento e o produtor rural e na outra faceta, projetos que se pautavam nos ideais

freireanos de interação e educação popular, em que a construção do conhecimento acontece com a participação dos sujeitos e o espaço em que está inserido.

No campo, os impactos da mundialização financeira e do neoliberalismo estão intimamente associados ao desenvolvimento do agronegócio, o que caracteriza a vitória da revolução verde em novos marcos históricos.

No século XXI, torna-se ainda mais evidente a crise ecológica. Foi também o momento de acomodação do paradigma da “comunicação horizontal e participativa” no campo da comunicação rural. Ademais, se ao longo da década 1990 os movimentos sociais do campo viveram seu apogeu, o fim da década representa o ápice e o início do século XXI foi justamente o período em que eles entraram em declínio. (BASTOS, 2015, p. 96)

Dentro do espectro neoliberal, a comunicação alcança poder, de acordo com Bastos (2015). Os grandes conglomerados ganham espaço, mesmo estando em plena crise estrutural do capitalismo, as alterações causadas pela microeletrônica proporcionam de maneira ilusória uma liberdade comunicacional. Não é de se admirar os privilégios do sertanejo na indústria cultural, uma vez que os “avanços econômicos” são inseridos utilizando-se do humor.

O entendimento sobre o rural passa pela compreensão do lugar tradicional, na lógica do desenvolvido ou do protegido e isso vem ganhando novos contornos. Essa nova cara se dá em termos como sustentável, empoderamento, empreendedor, expressões essas, oriundas do terceiro setor. Na época em que acontecia essa inserção, baseada nas conceituações de Paulo Freire, o Estado depositava suas energias no projeto de revolução verde e a base política organizada praticamente não conseguia estar presente nesse debate, devido aos conflitos da Ditadura Militar.

Do outro lado, temos a teoria crítica, onde se concentra os estudos de Adorno, Walter Benjamin e a discussão da indústria cultural. E nessa chegada da teoria crítica e o debate sobre a indústria cultural há um interesse econômico na comunicação.

Esses dois subcampos, cada qual a seu modo, demonstravam aquele interesse pelo “lado econômico” da Comunicação referido acima. De qualquer modo, se mostraram perspectivas insuficientes para lidar com os problemas lançados. Respondendo a essas insuficiências teóricas, o marco fundamental da origem da EPC no Brasil é o livro, que também é dissertação de mestrado do César Bolaño (1988), *Mercado Brasileiro de Televisão*. *Mercado Brasileiro de Televisão* é elaborado de acordo com o pensamento econômico da Escola de Campinas de Economia Política e o conceito de capitalismo tardio, de João Manuel Cardoso de Mello, além da obra de Maria da Conceição Tavares. Se baseia também, fundamentalmente, no estudo de Possas sobre concorrência e se utiliza do arsenal

metodológico da microeconomia. Esse foi o achado teórico e metodológico para as insuficiências dos subcampos anteriores.

O livro supera a confusão entre os níveis ideológico e econômico da comunicação e cultura que caracterizava o interesse pelo “lado econômico” da comunicação, principalmente na chamada teoria da dependência e imperialismo culturais. Esses limites se deviam também às fragilidades de método próprias ao pensamento econômico brasileiro. Bolaño encontrou no Departamento de Economia da Unicamp algo que faltava aos estudos de comunicação interessados pelo “lado econômico”: um corpo teórico coeso, com métodos próprios e questões específicas. Assim, Bolaño oferece um conceito de Indústria Cultural adequado ao capitalismo tardio. (BASTOS, 2019, p. 188)

Bastos (2019), coloca que a intenção era superar os limites teóricos que delineava o interesse pelo “lado econômico” da comunicação. Bolaños constatou essas especificidades a partir da concepção de que a Indústria Cultural se mostra como necessária à acumulação do capital. A obra de Bolaño, *Indústria Cultural: informação e capitalismo*, publicada em 2000, se caracteriza por um “método da derivação das formas”, a conceituação de Indústria Cultural abarca, quanto à forma social da comunicação, as ligações entre o nível econômico e o nível ideológico.

A pesquisa em comunicação interessada pelo “lado econômico” da Comunicação estava pautada em uma ciência da economia fragilizada. Seguindo a periodização apresentada por Bielschowsky (2000), podemos afirmar que no Brasil o debate público sobre economia, bastante dinâmico, era o principal de nosso pensamento econômico. Havia interesse sobre a condução das políticas econômicas nacionais em todo o ciclo histórico desenvolvimentista, mas é preciso frisar a carência de métodos de pesquisa e debates teóricos profundos. O principal núcleo pensante da Ciência Econômica na América Latina, aquele que formulou os fundamentos teóricos e de método mais profundos, é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que discute o pensamento econômico na América Latina ligado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde os anos 50, há um conjunto de pesquisadores ligados à Cepal e com uma perspectiva específica, que é a compreensão da economia pelo prisma do desenvolvimento e, principalmente, do subdesenvolvimento. É dali que surgem os pesquisadores que, no fim dos anos 70, vão consolidar escolas de Economia Política no Brasil, no Rio de Janeiro a UFRJ, e a Unicamp em Campinas, que são as principais escolas desse campo. No entanto, cumpre destacar que, antes disso, Ignacio Rangel e Celso Furtado, por exemplo, são autores imprescindíveis para o entendimento da Economia

Brasileira, formulando em alto nível questões conceituais e de método de altíssima sofisticação.

Quando se pensa a Comunicação para o desenvolvimento, desta feita, a economia ainda não tinha um espaço acadêmico avançado e, fora o que havia sido avançado na Cepal, era frágil diante daquilo que pode ser considerado um pensamento econômico com teorias e métodos bem definidos. Atualmente, a Economia é um campo científico no Brasil com bastante estofo e escolas nacionais, mas naquele período, o que interessava de fato era o debate público, em torno de políticas econômicas, com métodos iniciantes, determinados pelas demandas de momento e não pela excelência em estudos, pacientes, rigorosos, que fossem independentes de resolver problemas imediatos.

Nesse sentido, é possível afirmar que, de diferentes maneiras, os Estudos em Comunicação no Brasil, desde sempre interessados, em seus dois principais subcampos, no “lado econômico” da Comunicação, estavam atrelados a essas limitações teóricas do pensamento econômico brasileiro, como afirma Bastos (2019). A formulação de *Mercado Brasileiro de Televisão* por Bolaño, ao desenvolver o que posteriormente passou a se chamar de *Economia Política da Comunicação*, veio responder exatamente a essas limitações.

A EPC vai lidar com as teorias vigentes em um contexto muito peculiar, já que o ciclo ideológico do desenvolvimento dava seus últimos respiros contraditoriamente na órbita do neoliberalismo. Neste momento dos anos 80, está acontecendo a ascensão da Margaret Thatcher, que é uma figura emblemática, conhecida pela perseguição aos trabalhadores, sendo o governo dela, o pioneiro no âmbito neoliberal. Ao mesmo tempo, começa a surgir uma crise do socialismo existente, principalmente na Alemanha e na União Soviética. Paralelo a isso, o marxismo sofre represálias.

Os defensores do neoliberalismo dizem que Estado e Mercado são formas de organizações irreconciliáveis. Para Smith (2021), o papel do Estado se limita a cumprir os contratos e garantir a propriedade privada. O neoliberalismo radicaliza essas posições. Essa ausência do Estado prejudica as pessoas mais vulneráveis e a EPC tenta dialogar sobre isso, analisando as ferramentas burguesas que se sobressaem nessa esfera neoliberal.

Em 1988 acontece a queda do Muro de Berlim, período em que o avanço do neoliberalismo se torna global e gera implicações na EPC. O Brasil assistiu ao fim da ditadura militar e dos projetos desenvolvimentistas na mesma época. Logo em seguida as escolas nacionais de EPC se encontraram, de modo que esse é o contexto para organizar no mundo todo um campo de Economia Política.

Nesse contexto, a figura do César Bolaño se torna muito importante para os Estudos em Comunicação no Brasil, exatamente porque procura solucionar, do ponto de vista da teoria e do método formulados em torno da EPC, aquela fragilidade própria do

campo no Brasil. Bolaño se forma em Jornalismo na USP, no final dos anos 70, e vai buscar fazer uma pesquisa interessada sobre esse aspecto econômico da comunicação, mas não mais pautado pelo debate público do pensamento econômico, carente de teoria e método que se fazia no Brasil. Bolaño vai procurar justamente em uma das escolas que já haviam consolidado algum tipo de pensamento, com suas características próprias, no âmbito das ciências econômicas no Brasil, na escola da Unicamp de Economia Política, sendo isso um passo decisivo para a EPC. A teoria da dependência ganha espaço nos anos 70, em um debate internacional, mediado pela Unesco. Em 1975, tem início o segundo foco da economia política da comunicação, que é quando as pesquisas começam a refletir as indústrias culturais. Partindo dessa premissa, a EPC efetua suas pesquisas, analisando o crescimento dessas empresas e como se constitui a produção de seu material.

No ano de 1979, no Brasil, a teoria da dependência e imperialismo cultural levou Ingrid Sarti (1979) a fazer uma crítica detalhada. Sarti está vivendo um conflito entre a articulação do pensamento econômico e o aproveitamento de seus resultados na esfera do pensamento comunicacional. A crítica de Sarti à dependência cultural reconhece o caminho intelectual trilhado, mostrando as insuficiências teóricas. A autora diz que a dominação ideológica faz com que a independência ganhe força, operando pelos meios de comunicação de massas, que difundem atitudes exteriores ao contexto brasileiro. Para Sarti, é uma operação que afetaria somente o âmbito superestrutural dos ideais da teoria da dependência em relação às desigualdades das transações econômicas. Desta crítica surge o argumento de que as concepções acerca de dependência cultural falha na fundamentação teórica. Em *Mercado Brasileiro de Televisão*, Bolaño busca encontrar um elo teórico para a relação entre Indústria Cultural e Capitalismo Monopolista, que não se diminuísse a presunção ideológica, caracterizando as particularidades nacionais do processo.

Assim, a EPC brasileira vai oferecer a discussão da indústria cultural pelo prisma da desigualdade social que caracteriza o Brasil. O conceito que preside a interpretação histórica do mercado brasileiro de televisão que Bolaño (2004) traz é “barreiras à entrada”, girando em torno da liderança da Globo e as ações dos outros canais de televisão diante do quadro instituído. Utiliza-se das formas sociais da comunicação para responder os motivos da Globo conseguir tamanho investimento em publicidade. O que vai revelar a figura da indústria cultural no capitalismo tardio é a observação pelo prisma antagônico do caráter concreto da história econômica da televisão brasileira. O método concreto da EPC se dá por gráficos detalhados, tabelas, que foi o que Bolaño apresentou em *Mercado Brasileiro de Televisão*.

A Economia Política se mostra como meio decisivo para entender as atividades comunicativas da Rede Globo de Televisão. A Indústria Cultural adota como

prioridade a ascensão de um público alargado, por sua lógica que não reconhece as limitações conjunturais.

Com a Economia Política, Bolaño caracteriza as particularidades estruturais da televisão brasileira, trazendo à tona o caráter nacional de sua dinâmica histórica. Assim, as fragilidades que envolvem os elementos próprios às teorias da dependência são superadas, dando início a uma EPC com potencial crítico de interpretação da Indústria Cultural, em meio ao capitalismo tardio.

A EPC ainda é um subcampo recente entre as que integram as ciências da comunicação. Segundo Herscovici (2014), a EPC é um subcampo interdisciplinar, que tem como compromisso olhar para seus objetos de estudo a partir das evoluções históricas presentes. Vale lembrar que a interdisciplinaridade que é vista até no termo “Economia Política da Comunicação”, colabora na inserção de mecanismos de avanço da área e também do próprio campo comunicacional.

Filho e Cabral (2018) comprovam que entender os acontecimentos da mídia contemporânea, assim como a regulação promovida pelo Estado, por meio dos setores da sociedade, é a atividade primordial da EPC nos dias de hoje. A televisão é o meio de comunicação mais usado para a obtenção de informação no Brasil, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016). Segundo os autores, enxergar hipóteses que constroem visões insistentes do chamado entorno informativo e refletir sobre o engajamento social das ideias com a práxis dos movimentos sociais também é o intuito desse campo.

Poucos conglomerados midiáticos dominam a informação no Brasil, dando origem a oligopólios que afetam o conteúdo que chega ao povo brasileiro. Nesse caso, o objetivo é o lucro, então, compreende-se que o pluralismo é prejudicado por esses empresários. Essas empresas privadas escolhem frentes de atuação, investindo em compromissos, se inserindo em setores econômicos não ligados à comunicação.

O investimento público em grupos de comunicação privados também é de interesse da EPC, a área pode agir como instrumento de cobrança para o fortalecimento da mídia pública. A EPC tem como papel um paradigma centralizado em observações críticas estruturais, pressionando os processos comunicacionais para que haja maior participação dos setores sociais.

O livro de Brittos e Cabral (2008), *Economia política da comunicação: interfaces brasileiras* é uma grande conquista para esse campo científico. O livro reúne artigos de vários pesquisadores, que atuam em segmentos distintos, desde a conceituação da Economia Política da Comunicação, indústria cultural, até as políticas de comunicação e as legislações específicas. O livro inicia com a Suzy dos Santos (p.15) mostrando a que veio a EPC nos estudos da comunicação:

É imprescindível adotar um olhar crítico para retratar empiricamente os objetos das comunicações, sob a luz de um propósito também crítico, o da necessidade emergencial de participação ativa da pesquisa científica no processo de construção de um ambiente de comunicação efetivamente democrático. (SANTOS, 2008, p. 15)

O terceiro artigo do livro traz Bolaño se apropriando de Marx, Habermas e Foucault, com uma discussão de como a TV digital foi forjada. Um dos pontos levantados aqui é a modernidade que deixa excluídos pelo caminho. Há uma contribuição do Adilson Cabral, no que tange a EPC no Brasil. Cabral mostra como é a transformação da informação útil na operação dos agentes investidores, na configuração tecnológica. Cabral também levanta a discussão sobre o papel do Estado diante da fase cibernética.

Mosco (1999, p.98), identifica que os processos de controle são políticos, a economia política constata relações de poder, que integra a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação. O autor evidencia que as pesquisas em comunicação se baseiam nas várias escolas de análise político-econômica. Além do paradigma desenvolvimentista, a urbanização, educação, entre outras formas sociais potencializam a progressiva modernização econômica e cultural.

A EPC entende os meios de comunicação de massa como indústrias, que fabricam produtos culturais, não apenas como veículos. De que modo as indústrias culturais produzem valor e como se apropriam disso. Brittos (2006) observa que os estudos da EPC têm se voltado, entre outros aspectos, para a compreensão das lógicas internas e estratégias de fidelização do receptor, por parte da comunicação privada, como pelas ações de publicidade e marketing.

Bolaño entende como a indústria cultural se encontra no capitalismo, como ela cumpre sua perspectiva na dinâmica do capital. Ele também se depara com Maria Arminda do Nascimento Arruda, que atualmente é professora de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (Usp). Naquele momento, ela tinha defendido sua tese de doutorado sobre publicidade, no fim dos anos 70, e é no trabalho dela que Bolaño compreende a publicidade diante do capital. A comunicação servia para referendar a posição dependente do Brasil no cenário internacional.

Bolaño encontra na discussão da Maria Arminda uma dimensão elementar, que é esse papel econômico da publicidade. Entende que a indústria cultural se articula entre as dimensões institucionais, na busca de um público. A publicidade aparece como o elo entre o capitalismo monopolista, baseado nos grandes conglomerados empresariais, ela faz esse meio de campo, de maneira que as empresas procuram a indústria cultural para fazer seu serviço de oferta das mercadorias para o público.

A indústria cultural se dinamiza para ofertar mercadorias, mas o estudo do mercado publicitário não é o foco de Bolaño, ainda que a entenda como o elo decisivo da



Indústria Cultural. Para compreendê-la em sua integridade, é insuficiente estudar o mercado de anúncios publicitários. As próprias empresas de comunicação começam as disputas em relação ao público e vão se configurando em um conjunto próprio da produção de programas, visando angariar um público específico, o que é considerável para compreender os processos da EPC no Brasil. Bolaño lembra esta dimensão da publicidade como eixo central e como as televisões se organizam em torno da disputa pelo bolo publicitário.

Como diz Bolaño, não é possível ignorar o papel ideológico subjacente da indústria cultural. Bolaño vai desdobrar esse argumento de que era preciso desfazer das confusões na articulação entre essas esferas da economia e política. Essa distinção é significativa quando Bolaño sai da dimensão abstrata e vai para o debate do caráter nacional.

No contexto brasileiro, o fato de que o mercado, o funcionamento econômico é pautado por uma série de grandes contradições, para o que interessa no pensamento do Bolaño, talvez a principal delas tem a ver justamente com os desníveis de condições de consumo dos grupos econômicos mais ricos e da classe trabalhadora. Com a indústria cultural, o trabalhador torna-se um receptor, não é mais um encontro de seres meramente livres. Entende-se que as pesquisas sobre indústria cultural dos países centrais focam nos estudos da Escola de Frankfurt e Adorno. É considerável as perspectivas de consumo da classe trabalhadora no Brasil, que são peculiares, vivem um certo controle, a partir de um âmbito em que há dificuldades de acesso aos artigos de bens de consumo.

A indústria cultural vive uma perspectiva peculiar, que é o seu interesse pelo anúncio publicitário que está determinado por essa distinção entre os âmbitos da capacidade de consumo da população. Essa desigualdade social bastante acentuada entre uma capacidade de consumo elevada das classes mais abastadas e também deprimida da classe trabalhadora, faz com que o público dos meios de comunicação seja repartido. Que tenham diferenças dentro do próprio público, com perspectivas distintas, um público consumidor efetivo, para o qual os anúncios publicitários se dirigem e o outro público que não tem a mesma capacidade de consumo diante da esfera publicitária. Portanto, para a qual a esfera publicitária tende a oferecer simplesmente seu desdém, um anúncio publicitário ignoraria esta esfera, mas a indústria cultural e a televisão não se desenvolve visando exclusivamente este público mais restrito, mas com capacidade econômica para o consumo.

A televisão como um instrumento de massas visa a consolidação de públicos mais amplos. No Brasil, a indústria cultural desenvolve essa condição, buscando o fundamento econômico, uma vez que isso gera seus principais recursos, o público ampliado, que tem menos condições de consumo é de muito interesse, justamente na esfera do Estado e da dimensão ideológica. A televisão se espalha no Brasil, lidando com essa dupla

condição, este é um conceito apropriado de indústria cultural para o contexto de capitalismo tardio, ou seja, pensar a indústria cultural a partir desta contradição própria da constituição das classes sociais.

Com a ascensão da grande mídia, na década de 70, pesquisadores marxistas começam a notar que não há somente uma indústria cultural, mas diversas indústrias culturais. Sendo assim, buscam compreender o funcionamento do mercado consolidado por essas indústrias culturais. A EPC considera que a produção dos bens culturais, responde a uma lógica referente à natureza de cada mercadoria cultural.

A indústria cultural se apropria dos artistas que protagonizaram a luta contra a ditadura militar. Dias Gomes, ator de peça de teatro, foi perseguido durante a ditadura militar, mas depois ganhou espaço na mídia. Há o ápice da produção intelectual e o livre fluxo da informação, na América Latina. E esse livre fluxo de informação gera desigualdades, somente com outro modo de produção a informação consegue ser incluída.

Foi só com o doutorado, publicado posteriormente como *Indústria cultural, informação e capitalismo*, que Bolaño adentra no terreno propriamente marxista.

### **2.1.2 Laboratórios de pesquisa em Economia Política no Brasil**

Pode-se dizer que, no Brasil, o primeiro esforço de organização coletiva da EPC se deu com a criação de um GP junto à Intercom. Com idas e vindas, esse grupo continua sendo um instrumento importante de condução da produção de EPC no país. Em meio a um período de extinção do GP junto à Intercom, a EPC constituiu grupo junto à Compós que, depois de um período, não foi renovado. Essas idas e vindas da EPC nas instituições responsáveis pela organização acadêmica do campo da Comunicação no Brasil mostraram a necessidade de uma entidade própria, voltada especificamente para o subcampo. Por isso, em 2004 foi fundada a União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepicc-Brasil), na capital do estado de Sergipe. É responsável por eventos científicos, a fim de promover a área, desenvolvimento de pesquisas e atividades que contribuem para o campo. A Ulepicc-Brasil é uma seção nacional da Ulepicc-Federação, que se originou em Sevilha, na Espanha, em 2002, com a vontade de aproximar pesquisadores latinos, moçambicanos, angolanos e europeus. A EPC conta principalmente com um conjunto de grupos de estudos espalhados pelo Brasil.

Santos e Bastos (2020) constatam que, em 1994, Bolaño criou na Universidade Federal do Sergipe o Observatório de Economia e Comunicação (Obscom). O laboratório também tem atuação de **Verlane Aragão Santos**, sendo ela um nome

importante para os estudos sobre telecomunicações e mercados culturais, a partir da perspectiva da EPC.

Nos seus enlances internacionais, o grupo, na figura dos professores César Bolaño e Verlane Aragão Santos, esteve na fundação da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC Federação) em 2002 na cidade de Sevilha, Espanha. Constituem-se também sócios fundadores do capítulo Brasil, integrando sua diretiva por várias gestões. A inserção nesses espaços é lastreada pelo desenvolvimento de outras ações: a criação e a manutenção, a partir do grupo, da Rede de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação (EPTIC) (site EPTIC) e da Revista EPTIC online, e pela participação na criação dos grupos de trabalho de EPC na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e na Associação Latino-Americana de Investigadores em Comunicação (ALAIIC). (SANTOS, SILVA JÚNIOR, LIMA E COSTA, 2020, p. 84)

Em 1995, tem início às atividades do grupo de pesquisa Políticas e Economia Política da Informação e da Comunicação (PEIC), que se encontra na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a coordenação de **Suzy dos Santos** e com a participação de Sergio Caparelli. O laboratório é centrado nas pesquisas das políticas de comunicação.

O grupo Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), é criado em 2001, por Valério Brittos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), sendo responsável por pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado, que se baseiam nos estudos da TV no Brasil. Com a morte de Valério Brittos, em 2012, o grupo se une ao Obscom, na UFS. O Comunicação, Economia Política e Diversidade (Comum) passa a existir em 2012, tendo como referência Valério Brittos, ocupando a Universidade do Piauí, sob liderança de Jacqueline Lima Dourado. O grupo tem como base os estudos em relação às mudanças no mercado jornalístico, possuindo livros sobre “Economia Política do Jornalismo” e em representação social de classes subalternas.

O Haug para os Íntimos, mas oficialmente Cubo - Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo, é criado em 2017, por Manoel Dourado Bastos, na Universidade Estadual de Londrina, com pesquisa em iniciação científica e mestrado, seguindo os passos de Bolaño na teoria, além de outras e outros autores marxistas. Também em 2017, **Eula Dantas Taveira Cabral** oficializou o EPCC - Economia Política da

Comunicação e Cultura, laboratório de pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que se dedica à difusão científica, por meio de publicações acadêmicas e noticiosos sobre direito à informação e democratização da comunicação e da cultura.

No ano de 2018, o CEPCOM - Crítica da Economia Política da Comunicação, é registrado na Universidade Federal de Alagoas (Ufal). O grupo atuou por dez anos enquanto núcleo de estudo, adentrado a outros laboratórios de pesquisa. Coordenado por Júlio Azevedo e Anderson Santos, busca entender a programação de televisão no Estado e elaborar uma Economia Política do Futebol. **Helena Martins** registra em 2019, o Telas - Laboratório de Pesquisas sobre Tecnologia, Políticas e Economia da Comunicação, na Universidade Federal do Ceará, que se propõe a entender o macrossetor das comunicações, especificamente as pesquisas sobre plataformas digitais, detectam Santos e Bastos (2020).

Vale ressaltar, a presença da Economia Política da Comunicação como Grupo de Trabalho (GT) na Associação de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). A atuação de **Anita Simis** e seus estudos sobre cinema agregam as discussões da EPC. Ruy Sardinha Lopes também é um importante nome da área, com suas pesquisas sobre crítica ao informacionalismo e de formação de Economia Política de espaços urbanos. Por fim, Marcos Dantas, que estuda o trabalho e o mercado infocomunicacional, a partir de uma interpretação marxista.

## 2.2 A comunicação como forma social

É notável que o capitalismo nasce revolucionário, pois as pessoas estavam descontentes com o feudalismo e buscavam um sistema que teria liberdades inexistentes até então. O capital agrega alguns valores do feudalismo e exclui ideais que antes eram consideráveis. A realidade material da sociedade capitalista foi construída por seres humanos, então, somente eles conseguem modificá-la.

De acordo com Marx a mudança social só vem por meio da luta de classes. O capitalismo é um sistema injusto, em que o proletariado produz a riqueza, mas quem fica com o capital são os burgueses. O proletariado só possui a sua força de trabalho e isso é revolucionário, quando ocorre greves, por exemplo, é visível o quanto o capitalismo precisa da classe subalterna, sem ela as relações econômicas deixam de existir.

Portanto, produzimos a nossa existência, mas não a existência inteira. As relações sociais são objetivas e independem da minha minha vontade. Marx em O Capital diz que o grande sujeito do capitalismo é o capital.

Uma forma muito específica de dominação é o Estado, o patrão não é o opressor direto do empregado, Marx coloca que é preciso sair do abstrato e ir para o concreto. A produção de mercadoria também é uma dominação. O que determina o valor é o tempo de trabalho, as pessoas se relacionam por meio de coisas e a comparação já é capitalista.

A troca de mercadorias por obrigação já está adentrada ao capitalismo. O sistema de produção leva a essa distribuição de renda que vivenciamos. A informação no ato da troca é uma informação direta e objetiva. Os empresários compram a força de trabalho, a informação capitalista por excelência é a informação de classe.

Dentro do universo da crítica à economia política da cultura e da comunicação, Bolaño analisa as indústrias culturais, diante do capital monopolista. Vale lembrar as atividades que se articulam no meio cultural, à comunicação e à informação; este desenvolvimento evidencia o capitalismo contemporâneo. Como afirma os relatórios oficiais, são áreas que se tornaram peças-chaves no processo de crescimento. Na resenha elaborada por Alain Herscovici, em 2001, sobre o livro *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo* de autoria de César Bolaño, ele coloca:

Finalmente, este livro traz contribuições importantes no que diz respeito à análise econômica da cultura e da comunicação, isto pelas seguintes razões: fornece elementos que permitem ir além dos resultados das análises neoclássicas; salienta as especificidades desta economia, suas relações com o conjunto da formação social e o papel simbólico e econômico que ela cumpre no seio desta formação social. Ressalta os limites de certas análises de cunho liberal e “idealistas”, sejam elas sociológicas, antropológicas ou econômicas, que estudam essas indústrias e essas novas tecnologias da informação e da comunicação a partir do pressuposto (contestável) segundo o qual existiria uma lógica puramente econômica ou tecnológica, independentemente da formação social e período estudados. (HERSCOVICI, 2001, p. 235)

Não conseguimos limitar os estudos de cultura ao nível da superestrutura, considerando os aspectos ideológicos, como a sociologia fez até os anos 70. No advento da contemporaneidade, apresentam uma dimensão tripla: produções simbólicas, setor econômico, funções sociológicas e econômicas. Com essas três dimensões estabelecidas, Bolaño investiga as indústrias culturais no modo de produção capitalista.

Bolaño entende as derivações das formas que a informação pode ganhar no capitalismo monopolista. A função “Publicidade” é para a mercadoria circular, essa informação precisa ter um caráter público. E a função “Propaganda” é para controlar as pessoas, atua como um controle político.

A função publicidade cumpre o papel do capital. A função propaganda cumpre o papel do Estado, papel político. O capitalismo é violento o tempo todo, é uma sociedade que faz o valor virar mais valor.

Loyola (2009) fala que de acordo com a teoria marxista, a mais-valia são horas de trabalho não remuneradas, que é transformada pelo burguês em lucro. A mais-valia absoluta é a intensificação do ritmo de trabalho. A mais-valia relativa é o investimento em novas tecnologias.

Lima (2011) diz que exploração, fetichismo da mercadoria e o poder do dinheiro são teorias de Marx aplicadas à ação. Marx previu muitos dos processos que vemos hoje. Como a globalização, expansão do comércio, a internacionalização não apenas do capital, mas da classe trabalhadora.

As pessoas ainda trabalham muito e recebem pouco. Com a crise no capitalismo, os indivíduos possuem mais de um emprego, e isso não só em países em desenvolvimento, mas também na Europa. A crise intensificou a exploração do trabalhador, além de tirar desse trabalhador os direitos sociais, houve aumento das horas de trabalho.

A comunicação é uma forma social que advém da forma elementar do modo de produção que nos assola. A forma-comunicação não é aparente, é imprescindível considerar a dissociação do valor como seu fundamento. Bolaño (2000), seguindo os preceitos de Marx, entende que de primeira instância, quando os sujeitos livres e iguais se encontram há uma troca de informação direta e objetiva. Em um segundo momento, essa mesma informação direta e objetiva se transforma em uma troca de informação hierarquizada.

O trabalho cultural ou comunicativo é um resultado histórico que originou à informação de classe uma mercadoria como resultado particular. Bolaño (2000), denomina de acumulação primitiva de conhecimento, os conhecimentos técnicos de artesãos, primeiramente, em seguida, apropriados pelos meios de produção. Na história, esta informação se dividiu em duas: no ambiente hierárquico da relação de classe, na informação como instrumento da produtividade e o que faz potencialmente uma mercadoria-informação.

Essa bifurcação pode ser entendida como particularizações da forma comunicação em uma forma publicidade, lidando com o fluxo da mercadoria, e uma forma propaganda, propriamente ideológica. O desenvolvimento de grandes sistemas de comunicação capazes de processar e difundir a crescente quantidade de informações geradas nos diversos âmbitos da autovalorização do valor, dado o crescimento exponencial da industrialização com uso intensivo e crescente de força

de trabalho e massificação do consumo, levou à consolidação da Indústria Cultural como a instância adequada para dar conta das funções que manifestam as contradições próprias às particularizações da forma comunicação. É aí que o trabalho comunicativo e cultural, enfim, se concretiza. Acompanhando Bolaño (2000), pode-se afirmar que, ao produzir um bem simbólico, o trabalho cultural e comunicacional, subsumido pelo capital no bojo da Indústria Cultural, também produz audiência. (BASTOS e SOUZA, 2019)

O trabalho que produz audiência tem a intenção, por meio de um princípio simbólico, ganhar a atenção do público que, essa audiência inserida em estratificações de segmentos sociais, tornam-se números de espectadores e entregues ao mercado de anunciantes, de acordo com Bastos e Souza (2019). O consumo como algo simbólico pelo espectador, cumpre demandas de um campo específico da circulação do capital. É na indústria cultural que ocorre a execução das funções propaganda e publicidade, fazendo a mediação entre capital e Estado e a audiência.

No âmbito da comunicação como forma social, temos que a informação de massas, que concretiza, por meio da Indústria Cultural, a aparência de uma liberdade do fluxo de informações, esconde o fundamento da informação de classe própria ao capitalismo. Vimos que a constituição da força de trabalho depende, variando em aspectos específicos no tempo, da dissociação e da subsunção do patriarcado. No que tange a divisão sexual do trabalho, a presença de mulheres nos postos de trabalho nas organizações midiáticas responde a mudanças históricas da dissociação. (BASTOS, VILELA, SOUZA e SILVA, 2022, p. 06)

A forma comunicação é uma manifestação da dissociação. A comunicação e os conglomerados midiáticos que a tornam concreta, se mostra em aspectos “masculinos”, com a fundamentação do valor, de modo que são confinados no âmbito privado. Compreende-se que a forma-comunicação só pode ser entendida por sua aparência androcêntrica.

### 3 GÊNERO E ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO: APROXIMAÇÕES

#### 3.1 Conceitos centrais no debate de gênero para os estudos de comunicação

##### 3.1.1 Historização da Mulher

A relação patriarcal de valor entre homens e mulheres tem uma história de efetivação contraditória. Na Grécia antiga é onde nasce os pressupostos do patriarcado ocidental e cristão ligado à forma-valor. As mulheres gregas eram exiladas em casa, e tinham que evitar ao máximo sair.

Na sociedade medieval, a mulher era subordinada ao marido, era necessário um representante legal, sendo o pai ou cônjuge, e podia ser até negociada como cabeça de gado ou escrava. Foi na Alta Idade Média, nas doutrinas da Igreja, que foi preservada a imagem negativa da mulher. Como herdeira de Eva, a mulher foi colocada como a causa de todo o mal, argui Scholz (2017).

Embora as lutas antifeudais da Idade Média lancem um pouco de luz sobre o desenvolvimento das relações capitalistas, seu significado político permanece oculto, a menos que as enquadremos no contexto mais amplo da história da servidão, isto é, da relação de classe dominante na sociedade feudal e, até o século XIV, foco da luta antifeudal. (FEDERICI, p. 47, 2017)

Na Idade Moderna, com a ascensão do protestantismo, as manifestações contra o “feminino” foi tendência para a domesticação da mulher como “ente natural”, isso faz com que a mulher tenha uma vida controlada pelo patriarcado. Após a caça às bruxas, o ideal materno como nova imagem da mulher foi instituído. Para Lutero, a mulher tinha que cuidar do lar e ao homem cabia a política e a vida jurídica.

Os novos movimentos sociais dos anos 70 e 80 espantam nas atribuições patriarcais referentes “à mulher”. A ideia de que a mulher é um ser natural mais pacífico e emocional que o homem é oriunda dos movimentos pacifistas ecológicos. O movimento alternativo se revolta com o trabalho abstrato e alienado, porém, nunca inseriu as mulheres com a intensidade que insere os homens.

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi



Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão."  
Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, p.17, 2007)

O fetichismo do trabalho e os critérios de sucesso nele encontrados, estão enraizados na personalidade do homem. Isso é claramente visível nos representantes de instituições político-econômicas e culturais, pois, as mulheres que fazem carreira nesses âmbitos passam por difíceis períodos de adaptação. É imprescindível que as mulheres se organizem autonomamente, homens e mulheres são o patriarcado, e a disputa direta entre os sexos é um dos aspectos centrais de sua crise, entende Scholz (2017).

Federici (2017) discute a história das mulheres e a reprodução na transição para o capitalismo. A autora fala das lutas que o proletariado medieval teve contra o poder feudal. É possível compreender o papel que tiveram as mulheres na crise do feudalismo e as razões que o poder feminino foi destruído, com a intenção do desenvolvimento do capitalismo, da mesma forma que ocorreu a perseguição às bruxas, por três séculos.

O capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e papas a um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e que realmente produziu “uma grande sacudida mundial”. O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo. (FEDERICI, 2017, p. 44)

O capitalismo não foi quem deu origem à antiga ordem. A história das mulheres se entrecruza com a história do capital, porém, não pode ser compreendida apenas como luta de classes, mas considerar as visões da vida social e as transformações das relações de gênero, que esses conflitos produziram. O primeiro movimento de mulheres europeu que ia contra à ordem estabelecida e colabora para a concepção de modelos alternativos de vida comunal nasce na luta antifeudal.

Na luta contra o feudalismo teve as primeiras organizações que desafiavam as normas sexuais dominantes e estabeleciam igualdade entre homens e mulheres. Na Idade Média, enquanto relação de trabalho e estatuto jurídico, a servidão era vista como uma carga pesada. Os servos eram controlados em todos os aspectos pela lei do feudo.

As lutas sociais da Idade Média também devem ser lembradas porque escreveram um novo capítulo na história da libertação. Em seu melhor momento, exigiram uma ordem social igualitária baseada na riqueza compartilhada e na recusa às hierarquias e ao autoritarismo. (FEDERICI, 2017, p. 45)

Eram os senhores feudais que decidiam quanto ao trabalho, casamento e conduta sexual das mulheres. Em algumas regiões, os senhores reivindicaram o direito de deitar-se com a esposa do servo na noite de núpcias. Na Inglaterra, a participação da mulher na posse de terras era tão aceita, que quando um casal se juntava, era possível colocar no nome do homem ou da mulher.

Na aldeia feudal todo o trabalho contribui para o sustento familiar, as mulheres trabalhavam no campo, criavam os filhos, cozinhavam, lavavam e não supunham relações sociais diferentes dos homens. A divisão social do trabalho não era uma fonte de proteção para as mulheres, já que havia cooperação com outras mulheres. Era a base da solidariedade feminina que possibilita às mulheres enfrentar os homens, mesmo a Igreja pregando pela submissão e a Lei Canônica santificar o direito do marido de bater em sua esposa.

No entanto, a posição das mulheres nos feudos não pode ser tratada como se fosse uma realidade estática. O poder das mulheres e suas relações com os homens estavam determinados, a todo momento, pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais e pelas mudanças que essas lutas produziam nas relações entre senhores e servos. (FEDERICI, 2017, p. 53)

O direito das mulheres e suas relações com os homens eram determinados a partir das mudanças que as lutas entre comunidades e senhores feudais introduziram no convívio entre senhores e servos. De um modo negativo, as mulheres se viram afetadas em todas as classes. O acesso à propriedade e à renda foram reduzidos com a crescente comercialização da vida, as mulheres perderam o direito da herança nas cidades comerciais italianas.

Por serem solteiras ou viúvas, eram excluídas da posse da terra, contudo, formaram o movimento êxodo do campo, no final do século XIII, e entre os imigrantes rurais nas cidades eram as mais numerosas. Constituíam uma alta porcentagem da população das cidades, durante o século XV. Grande parte das mulheres viviam em situação de pobreza, realizando trabalhos como servas, fiandeiras, prostitutas e com péssimas remunerações.

As leis das cidades não libertavam as mulheres; poucas podiam arcar com os custos da “liberdade cidadina”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade. Porém, na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 63)

A nova autonomia social era encontrada nos centros urbanos, entre a parte mais combativa da população. Poucas conseguiram custear a “liberdade cidadina”, as leis não libertaram as mulheres. A submissão das mulheres em relação aos homens era menor, uma vez que podiam viver sozinhas e compartilhar a moradia com outras mulheres.

Apesar de serem os membros mais pobres da sociedade urbana, com o tempo as mulheres conquistaram acesso a muitas atividades que no futuro seriam denominadas trabalhos masculinos. Na sociedade medieval, as mulheres trabalhavam como comerciantes, cervejeiras, ferreiras, açougueiras, entre outras ocupações. A indústria da seda era administrada por elas, em algumas, a porcentagem do trabalho feminino era tão alta quanto a dos homens.

Dezesseis médicas – dentre elas várias mulheres judias especializadas em cirurgia ou terapia ocular – foram contratadas no século XVI pela prefeitura de Frankfurt que, como outras administrações urbanas, oferecia à sua população um sistema de saúde pública. Médicas, assim como parteiras e sage-femmes, predominavam na obstetrícia, tanto contratadas por governos urbanos quanto se mantendo por meio da compensação paga por seus pacientes. (FEDERICI, 2017, p. 64)

No século XIV, as mulheres obtêm em certas ocasiões uma alta reputação. Muitas tornam-se professoras escolares, médicas e cirurgiãs e freavam uma disputa com homens formados em universidades. Com o avanço das mulheres, os sermões dos padres repreendiam sua indisciplina.

A emancipação das mulheres foi colocada pela heresia, que denunciou as hierarquias sociais e inseriu uma concepção revolucionária, que pela primeira vez na Idade Média reformulou todos os aspectos da vida cotidiana. Desde tempos passados, o clero tentou exorcizar o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens, mostrando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo. Retirar as mulheres da liturgia, demonizar os poderes mágicos das mulheres de dar vida ao adotar trajes femininos,

essas foram as atitudes de uma entidade patriarcal que tentou diminuir o poder das mulheres e de sua atração erótica.

Essa supervisão sexual aumentou no século XII quando os Concílios de Latrão de 1123 e 1139 lançaram uma nova cruzada contra a prática corrente do casamento e do concubinato entre os clérigos, e declararam que o matrimônio como um sacramento cujos votos não podiam ser dissolvidos por nenhum poder temporal. Nesse momento, foram reiteradas também as limitações impostas pelos penitenciais sobre o ato sexual. (FEDERICI, 2017, p. 81)

A Igreja quis inserir um catecismo sexual, de forma detalhada as posições aprovadas eram prescritas, os dias, com quem era proibido e quem era permitido. Em 1.179 é a primeira vez que a Igreja condena a homossexualidade, dizendo que é uma incontinência que vai contra a natureza. A sexualidade foi politizada, no século XII, a Igreja espia os dormitórios de sua comunidade, e faz da sexualidade uma questão do Estado.

Como tentativa de arrancar seus corpos das garras do clero, as escolhas sexuais não ortodoxas dos hereges são vistas como uma postura antiautoritária. O movimento herético designou às mulheres um dos aspectos mais significativos que é a elevada posição social. As mulheres não eram nada perante a Igreja, mas para os heréticos eram consideradas como iguais.

Os hereges também permitiam que as mulheres e os homens compartilhassem a mesma moradia, mesmo sem estar casados, já que não temiam que isso instigasse a comportamentos promíscuos. Frequentemente, as mulheres e os homens hereges viviam juntos livremente, como irmãos e irmãs, da mesma forma que nas comunidades ágapes da Igreja primitiva. (FEDERICI, 2017, p. 83)

Na heresia, a mobilidade e a vida social delas era a mesma do homem, na Idade Média, isso não era encontrado em nenhum outro lugar. As mulheres podiam ministrar os sacramentos e até alcançar ordens sacerdotais nas seitas hereges. Mesmo não estando casados, os hereges viam com normalidade homens e mulheres compartilharem a mesma moradia, não acreditavam que isso gerasse comportamentos promíscuos.

A diferença salarial durante a Peste Negra diminuiu consideravelmente. Não havia pessoas para realizar as atividades, e o proletário conseguiu dar voz aos seus direitos. Não ficavam reféns do trabalho, já que com a doença se alastrando, curtir a família e viver como se não houvesse amanhã eram prioridades.

Um sintoma deste novo processo foi o aumento das greves de inquilinos, reforçadas pelas ameaças de êxodo em massa para outras terras ou para a cidade. Tal como mostram laconicamente as crônicas feudais, os camponeses “negavam--se a pagar” (negant solvere). (FEDERICI, 2017, p. 97)

O estupro foi praticamente descriminalizado na França, quando as vítimas eram mulheres pobres, isso no final do século XV. Mesmo quando os ataques eram em grupos, não existia consequência, somente um puxão de orelha, na Veneza do século XIV. Na França, o estupro coletivo de mulheres se tornou algo comum, as vítimas eram arrastadas pelas ruas, e não tinha preocupação em esconder.

Essas práticas eram realizadas por aprendizes, jovens das famílias ricas, e as meninas eram proletárias que trabalhavam como criadas, ouvia-se dizer que eram “mantidas” por seus senhores. Os resultados foram frustrantes para todos os trabalhadores, uma vez que, o estupro de mulheres pobres com o conhecimento do Estado prejudicou a solidariedade de classe que se havia obtido na luta antifeudal. Quando abusadas, recuperar seu lugar na sociedade era quase impossível.

É difícil discernir, de forma retrospectiva, até que ponto esse “recurso sexual” ajudou o Estado a disciplinar e dividir o proletariado medieval. O que é certo é que esse new deal foi parte de um processo mais amplo que, em resposta à intensificação do conflito social, levou à centralização do Estado como o único agente capaz de confrontar a generalização da luta e de preservar as relações de classe. (FEDERICI, 2017, p. 106-107)

A legalização de abusos sexuais criou um clima machista que arruinou todas as mulheres, independentemente de qual classe pertencia. Fez com que a população ficasse insensível diante da violência contra as mulheres. As primeiras acusações por bruxaria aconteceram no final do século XIV, a Igreja registra a existência de uma heresia e de uma seita completamente feminina que adoravam o demônio, destaca Federici (2017).

### **3.1.2 Teoria do contrato**

Pateman (1993, p. 11), coloca que o início dos anos 70, é marco do renascimento do interesse pela teoria do contrato, muitas das novas formulações são apresentadas por marxistas. Para ela, os críticos à teoria do contrato focalizam na

propriedade (o lucro), que é o que se diz que os indivíduos podem ter na liberdade civil. As feministas observam, desde o final do século XVII, que os teóricos políticos têm sustentado o direito patriarcal.

Os partidários e os críticos da teoria do contrato tendem a focalizar a propriedade ou como bens materiais, terra e capital, ou como lucro (a propriedade) que se diz que os indivíduos podem ter na liberdade civil. O objeto de todos os contratos em que estou interessada é um tipo muito especial de propriedade, a propriedade que os indivíduos detêm em suas pessoas. (PATEMAN, 1993, p. 20)

Durante muito tempo, a família sob o comando da autoridade paterna forneceu o modelo para as relações de poder. Analisar o patriarcado com a família, pode ter consequências inesperadas, umas das quais é a afirmação de que a mãe é considerada mais influente que o pai. O patriarcado e o capitalismo são sistemas autônomos, e atualmente o patriarcado existe como um complemento às relações capitalistas.

O patriarcalismo clássico baseia-se na ideia de que o direito político originava-se na paternidade, os filhos nasciam submetidos a seus pais. O fundamento natural para que prevaleça a vontade do marido, é de que ele é mais capaz e mais forte, as mulheres não são vistas como indivíduos livres, mas súditas naturais. Quando Hobbes fala da teoria do contrato, ele coloca que os motivos que levam os indivíduos a fazer os contratos, não interferem na validade do contrato, o fato do contrato ter sido feito é suficiente.

Desde o final do século XVII, as feministas observam que os teóricos políticos modernos têm sustentado, de fato, explícita ou implicitamente, o direito patriarcal. Elas também têm empreendido algumas campanhas políticas longas, e frequentemente bastante violentas, contra a subordinação patriarcal. (PATEMAN, 1993, p. 38)

Os homens em sua condição natural voltam sua atenção para a multiplicação de seus bens, os mais ricos convidam os mais pobres a se empregarem. A ordem civil contemporânea pode ser apresentada como fraternal e não patriarcal, somente as feministas estão dispostas a admitir que fraternidade significa: irmandade dos homens. Rousseau fala que é necessária uma base natural, em que os vínculos comuns se formam, assim sendo, a base natural do casamento e da família.

Uma parte da história das origens políticas é suprimida, para que se tenha a dimensão que a sociedade moderna foi construída sob a derrota do patriarcado, de modo que as relações sejam entendidas como consensuais e apolíticas. A história do contrato sexual é imprescindível para compreender o patriarcado, mas o universo em que os teóricos clássicos do contrato falaram sobre suas perspectivas difere do mundo social

contemporâneo. As feministas desde o século XIX, estão preocupadas com a violência de gênero, uma vez que são inúmeros os casos em que mulheres são pisadas até a morte por seus companheiros do sexo masculino.

Durante séculos, a família, sob o comando da autoridade paterna, forneceu o modelo ou a metáfora para as relações de poder e autoridade de todos os tipos. A argumentação patriarcal tradicional incorpora todas as relações de poder ao regime paterno. (PATEMAN, 1993, p. 44)

A lei matrimonial permeia as análises econômicas sobre a família, para os economistas somente o marido pode representar todas as outras pessoas da família, sendo essa a única função desempenhada pelo marido, a de bem-estar para todo o grupo familiar. No início do século XIX, a divisão sexual do trabalho e a subordinação das mulheres foi lembrada por muitos grupos radicais, estes tentaram combater o mando marital por meio de formas comunitárias de trabalho doméstico. No entanto, quando as feministas contemporâneas associam as esposas aos trabalhadores, elas estão querendo dizer que o mesmo trabalhador que é um subordinado, é um senhor em casa.

Identificar o patriarcado com a família pode ter consequências inesperadas, uma das quais é a recente argumentação de que a mãe é considerada mais influente que o pai! Se o desenvolvimento do mandato do direito paterno se esgotou há muito tempo - e os poderes sancionados pela legislação e pela sociedade aos pais são apenas uma sombra do que eles já foram - o que sustenta o direito paterno? (PATEMAN, 1993, p. 57)

Os críticos se concentram na ausência de uma troca justa entre o capitalista e o operário, ou seja, a subordinação é encarada como parte da exploração, em vez de ser compreendida como a relação que torna possível a exploração, diz Pateman (1993, p. 220). As feministas têm criticado o casamento, afirmando não ser um contrato viável, Elizabeth Candy, em 1860, em uma palestra da Sociedade Antiescravista Americana, comenta que o contrato de casamento que conduziria a vida em igualdade, ainda não foi tentado. Mesmo com a ascensão educacional e com a oportunidade de ter salários, algumas mulheres optam por permanecer em casa, por ter se tornado esposa, se vendo como a “protegida do marido”.

O patriarcado parece, então, anteceder o capitalismo, existindo atualmente, num certo sentido, interior ou paralelamente, ou ainda como um complemento, às relações capitalistas. As explicações feministas mais influentes sobre a conexão entre as duas formas sociais apóiam-se no chamado argumento de estrutura dual; o patriarcado e o capitalismo são vistos como sistemas autônomos. (PATEMAN, 1993, p. 62)

A sociedade civil é uma ordem patriarcal, o homem não pode ter o reconhecimento de ser um igual a sua companheira, ele está casado com uma mulher, sua subordinada natural. As feministas estadunidenses concluem que a alternativa para a construção patriarcal da sexualidade é extinguir a diferença sexual, fazendo com que a masculinidade e a feminilidade sejam politicamente insignificantes, investiga Pateman (1993, p. 275). Em 1974, um relato do Departamento de Imigração da Grã-Bretanha constata que a rotina de uma prostituta é um afronte aos costumes sociais, podendo ser comparada a de um viciado em drogas.

Em 1969, um panfleto amplamente difundido por oficiais de justiça na Grã-Bretanha falava sobre a “prova de que a prostituição é uma manifestação regressiva e primitiva”, e um relato do Departamento de Imigração, em 1974, afirmava que “o modo de vida de uma prostituta é uma rejeição tão grande aos costumes sociais normais que pode ser comparado ao do viciado em drogas.” Também se presta muita atenção aos motivos pelos quais as mulheres se tornam prostitutas. (PATEMAN, 1993, p. 286)

É problemático falar disso, de modo que me travo em algumas discussões relacionadas a essa questão, mas ela é fundamental nos estudos de gênero. Segundo Pateman (1993, p. 297), a prostituta é uma trabalhadora, que está sendo explorada e inserida em uma especificidade de subordinação. Entende-se que, combater a prostituição não é o caminho, isso mantém as profissionais na ilegalidade, a criação de políticas públicas de inclusão social e distribuição de renda, podem ser alternativas para pessoas que se encontram nessas situações.

A natureza, o sexo, a masculinidade e a feminilidade, o privado, o casamento e a prostituição se transformarão em problemas políticos; do mesmo modo, a conhecida compreensão patriarcal do trabalho e da cidadania. Novas estradas antipatriarcais têm de ser abertas para se chegar à democracia, ao socialismo e à liberdade. (PATEMAN, 1993, p. 341)

Dentre as amarras do capital sobre a mulher, o fato dela parir faz com que os olhos do mercado se debrucem sobre ela. Em 1979, acontece a primeira inseminação artificial, isso está interligado a romantização da maternidade, de que a mulher nasce para ser mãe e os meios tecnológicos se apropriam desse ideal. Existe também a fecundação in vitro, que apesar das taxas de resultados positivos serem baixas, é vendida por um alto valor no mercado capitalista. A gestação de aluguel, que coloca a mulher meramente como uma mercadoria, é vista como um progresso, nesse caso, contrata-se o domínio sobre o corpo dela.



### 3.1.3 Casamento e Divórcio entre Marxismo e Feminismo

O marxismo e feminismo possuem conflitos desde a década de 80. As aproximações e distanciamentos implicam tanto no campo teórico quanto na práxis política. Mesmo as críticas ao patriarcado recuando, as feministas marxistas não deixaram de produzir ao longo do tempo.

As divergências entre marxismo e feminismo ainda acontecem na contemporaneidade, o debate ocorre, como mostra o texto de Arruzza (2010). A relação entre capitalismo e patriarcado é crucial, de modo que são sistemas separados que convergem na história, ou seja, é viável pensar uma teoria unitária, entre capitalismo e patriarcado, como fragmentos do mesmo sistema. Nesse aspecto, outra discussão surge para pesquisas que investigam trabalho e gênero, que vai além do casamento entre marxismo e feminismo: a relação entre produção e reprodução, que também nos traz perspectivas da reprodução social.

A urgência em estabelecer uma aliança mais profunda entre o campo feminista e a tradição marxista esbarrava em um aspecto central: a compreensão do patriarcado e o seu lugar no movimento da História. As formulações de Engels (2019) sobre as relações entre a instituição do casamento monogâmico burguês, a instauração da propriedade privada, a divisão do trabalho na sociedade industrial, a emergência do Estado Liberal e a dissolução da família feudal/camponesa construíram os alicerces, no campo marxista, para a reflexão sobre o futuro do patriarcado e da opressão das mulheres. Nesta reflexão inicial, a conexão entre fim da propriedade privada, fim do Estado e construção de um mundo sem classes trazia em seu bojo a derrocada da subordinação feminina. Este horizonte não se perde, mas o caminho em direção a este horizonte, no século XX, iluminou elementos que tornaram a conexão mais complexa. Estes elementos aos quais me refiro são caros ao feminismo, sobretudo aquele que se forjou na esteira da segunda onda, eles são três: o lugar do casamento, a família como instituição no capitalismo moderno, o trabalho reprodutivo das mulheres. A grande questão passa a ser como combinar estes temas com o arcabouço teórico anterior. (ALVES, 2021, p. 23)

Hartmann (1979), está de acordo que o patriarcado está inserido na maioria das sociedades, mas afirma que há mudanças quanto à forma de intensidade. Ela busca aproximar a relação entre capitalismo e patriarcado, mostrando a base material

patriarcal e relacionando a hierarquia entre homens e mulheres com a divisão do trabalho. Na produção de sua crítica, a autora demonstra um interesse no interior do proletariado, de validar uma relação de controle dos homens sobre as mulheres, uma vez que estes diziam que a entrada das mulheres nos ambientes de trabalho afetaria seus salários, afirmando que seria melhor elas continuarem realizando as tarefas domésticas.

### 3.1.4 Feminismo Latino-americano

A autora Lélia Gonzalez em seu livro *“Por um Feminismo Afro-Latino-americano”* mostra que o feminismo desempenhou um papel fundamental na luta, conquista, formação de grupos e redes e em uma nova maneira de ser mulher na perspectiva da exploração capitalista e patriarcal e proporcionou o debate sobre sexualidade, violência e direitos reprodutivos. Ocasionalmente em mudança das diversas concepções estabelecidas e estruturadas. Porém, apesar das contribuições do movimento feminista ao debate da sexualidade no mundo todo, no Brasil e em outros países não ocorreu o debate da perspectiva racial. Gonzalez (2020), aponta que é notável o esquecimento das pautas raciais, ao se deparar com o movimento feminista do passado, tanto o sexismo quanto o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecer ideologias de dominação.

Segundo Gonzalez, a resposta está no mito da democracia racial, no racismo velado e em uma visão eurocêntrica que possuímos no Brasil e em toda América Latina. Portanto, para se construir um feminismo autóctone, é necessário pautar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades latino-americanas, para não se cair em um racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco que possuímos dentro dos movimentos sociais brasileiros, para que o antirracismo seja parte do movimento de mulheres.

A autora fala que o racismo latinoamericano é sofisticado, mantendo os negros e indígenas na condição de subordinado, através da ideologia do branqueamento, que é transmitida pelos meios de comunicação e pelos aparatos ideológicos tradicionais. Sendo possível compreender o mito da superioridade branca que produz a negação de nossas raízes e identidades, a ponto de muitos países latino-americanos abolirem o uso de indicadores raciais em seus censos (como atualmente no Brasil). Os indígenas foram colocados como símbolos místicos de resistência contra a agressão colonial, mas ao mesmo tempo mantiveram a subordinação dos indígenas aos brancos. Com os negros, foi utilizado por cientistas o famoso mito da democracia racial, que surgiu por meio do autor Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*. Uma das exceções em nosso continente é a Nicarágua, que em setembro de 1987 aprovou o Estatuto da Autonomia das Regiões da Costa Atlântica, que

garante a participação da comunidade na definição de projetos que beneficiam a região e reconhece o direito sobre as terras comuns, além de promover a igualdade, reconhece direitos religiosos e linguísticos, diz Gonzalez (2020).

Dentro dessas profundas camadas de desigualdade, a desigualdade sexual é um dos fatores, mas existe uma dupla opressão sofrida pelas ameríndias e amefricanas. O caráter sexual e racial torna elas mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Se transformando em uma desigualdade tripla, visto que essas mulheres em sua maioria fazem parte da classe trabalhadora afro-latino-americana:

Cabe aqui um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - e também para as ameríndias -, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração da classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado (GONZALEZ, 2020, p.147).

Gonzalez contextualiza Virginia Vargas e as diferentes modalidades de participação dentro do movimento: popular, político-partidário e feminista. E é justamente no popular que encontraremos a maior participação de mulheres afro-americanas e ameríndias, que muitas vezes estão preocupadas com a sobrevivência familiar e procuram se organizar coletivamente. Mas, o papel dos movimentos étnicos como movimentos sociais, a exemplo do movimento indígena que vem se fortalecendo na América do Sul e Central, busca a reconstrução de sua identidade, resgate da própria história, além de propor discussões sobre as estruturas sociais, coloca Gonzalez.

Ela também discute o caráter racial no Brasil, é onde se inicia os processos de opressão, nesse caso, durante a escravidão que foi sofrida por homens e mulheres. Foi dentro dessa comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência como a capoeira. O mesmo exemplo é válido para as comunidades indígenas.

A presença nos movimentos étnicos é fundamental, as mulheres negras e indígenas nesses espaços desenvolvem uma participação ativa e muitas vezes de protagonistas. Essa participação dentro dos movimentos também deixa visível a discriminação sexual, onde muitas vezes os homens reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam excluir as mulheres da esfera de decisão. É justamente por esse tipo de situação, que muitas mulheres procuram o movimento feminista, acreditando que ali poderão encontrar a irmandade.

É evidenciado por Angela Davis quando ela se refere à mulher negra como uma desestabilizadora de relações desiguais de poder neste sistema capitalista:

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras. Com isso, muda-se a base do capitalismo“ (DAVIS, entrevista realizada na Universidade Federal da Bahia, 2017).

A alternativa encontrada por essas mulheres no movimento feminista foi se organizar como grupos étnicos. Segundo Gonzalez (2020), em 1975 no Brasil, houve um encontro histórico de mulheres latinas, que marcou o início do movimento de mulheres no Rio de Janeiro. Acontece a animalização dos corpos amerifricanos e ameríndios, alinhando a exploração socioeconômica à super exploração sexual das mulheres.

Nos anos de 1980, graças às mudanças comportamentais e ideológicas, a solidariedade se expandiu. Foram criadas redes de articulação de combate ao racismo e o patriarcado, sob uma perspectiva anti-imperialista, como os movimentos: Taller de Mujeres de las Américas e Dow/Mudar, discorre Gonzalez (2020).

Essas novas redes proporcionaram o reconhecimento do racismo pelo movimento feminista, pautando as mulheres negras e indígenas, possibilitando a esperar novos horizontes para o movimento de mulheres, que respeite a diversidade e seja popular, indo, afro e nosso. Como somos a base da sociedade, não basta ser uma mulher e antirracista, precisamos ser contra esse projeto neoliberal que encarcera a negritude na prisão e acentua ainda mais as desigualdades existentes na sociedade latinoamericana, para que a partir disso possamos construir um movimento de mulheres que valorize a pluralidade étnica e cultural de nosso território e carregue em seu seio a força para lutar todos os dias contra esse sistema patriarcal.

Analisando as concepções trazidas por Gonzalez, na EPC brasileira, das mulheres em destaque, duas são negras: **Ivonete da Silva Lopes** e **Verlane Aragão Santos**. É difícil enquanto mulher pesquisadora, encontrar êxito em uma área com totalidade masculina, quando se é negra, há um duplo impeditivo. A presença de mulheres negras também é algo a se cobrar de um campo que está se estruturando criticamente, uma vez que como representação de um corpo político de resistência, são elas que possuem as vivências econômicas e politicamente brasileiras.

### 3.1.4 Feminismo Brasileiro

As lutas feministas em solo brasileiro da década de 1920 e 1930, possui influência estadunidense. O direito ao voto era reivindicado pelo movimento das sufragistas nesse período. A bióloga Bertha Lutz funda em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e é vista como uma liderança no processo de conquista do voto feminino no Brasil. Com isso, o movimento feminista dessa época esteve concentrado no âmbito político.

A história das mulheres antes da década de 60 tem poucos registros, uma vez que houve um apagamento, com o intuito de enfraquecer as reivindicações feministas. Nos anos 60, as mulheres começam a lutar pela contracepção feminina. Mas que mulheres eram essas? As ativistas que estavam em volta dessa pauta, em suma maioria eram mulheres brancas. As mulheres da classe trabalhadora estavam preocupadas com creches, de modo que já tinham filhos e precisavam de um lugar seguro para deixá-los.

Há diferenças entre o feminismo que parte de mulheres pertencentes da classe média e de mulheres oriundas da classe trabalhadora. O caráter racial também precisa ser destacado, as mulheres da classe trabalhadora brasileira são negras. É necessário ter em mente os dois âmbitos, mas entender que os processos se diferenciam, a partir do contexto social que estão inseridas.

Durante muito tempo, foi negado às mulheres contar sobre suas perspectivas. Dessa forma, é preciso reconhecer que os movimentos sociais que abarcam as discussões de gênero, raça e classe, são os protagonistas do povo excluído e até mesmo a nível acadêmico, com a inserção da classe trabalhadora na academia, por meio das políticas de cotas sociais e raciais, as pesquisas críticas envolvendo esse público aumentam e nos faz pensar caminhos revolucionários.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) tem uma expressiva presença de mulheres na sua formação, em 1922. A militância de Patrícia Galvão, a Pagu, se deu no PCB e ela foi um nome forte na busca pela emancipação feminina. Em 1933, foi publicado o livro "Parque Industrial", que traz a Pagu com o pseudônimo de Mara Lobo, a obra tinha personagens que representavam mulheres operárias, vítimas da misoginia e das opressões do capitalismo.

Se na década de 1930 predominou o confronto, na seguinte houve tentativas de alianças. Na década de 1940, algumas transformações nos campos político, social e cultural contribuíram para mudanças nas relações entre as comunistas e as mulheres assumidamente feministas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as inquietações pela concretização do que consideravam princípios democráticos atingiram maior consenso no seio da sociedade. O PCB adotou a política de União Nacional

que, em linhas gerais, defendia as regras do jogo democrático como garantia para a transição do regime capitalista para o socialista. (ALVES, 2017, p. 120)

As comunistas, em julho de 1947, fundaram o jornal “Momento Feminino”, com o intuito de agregar o máximo possível de mulheres. No início, o jornal tinha uma periodicidade semanal, mas em 1949 passa a ser uma revista mensal. A linha editorial do periódico pregava a união das mulheres, mesmo com as divergências.

O jornal supramencionado era dirigido por mulheres do PCB, a diretora Arcelina Mochel, era vereadora do Rio de Janeiro pelo partido. Existia uma preocupação em mostrar que o periódico não era feminista, tanto que a expressão “feminista” era substituída por feminina. Todavia, mesmo não usando o adjetivo, as pecebistas queriam auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Embora não totalmente descolado do pensamento próprio de sua época, que relacionava a sexualidade feminina ao amor e a prostituição à degenerescência, o discurso de Nice Figueiredo questionava o padrão moral da sociedade na qual ela se inseria. No Brasil da década de 1940, a crítica pública ao ideal de castidade das mulheres solteiras não era comum. Ao contrário, o recato feminino era considerado um valor moral inestimável. As colunas “Atendendo a sua consulta”, “Confidências...” e “Nosso Amor, nossa Vida” também merecem destaque, pois funcionavam como uma espécie de “grupo de reflexão” à distância. (ALVES, 2017, p. 123)

É na década de 70, que a história das mulheres começa a ser escrita através da visão feminina, se tratando de história, é um movimento recente. Além disso, não é de interesse dos que detém o poder intelectual colocar em evidência grupos marginalizados. Muitos nomes de mulheres foram apagados por causa dessa lógica capitalista-patriarcal, de não promulgar obras sobre mulheres.

Em 1975, o Partido Comunista Brasileiro reconhece a legitimidade da luta feminista. Já em 1980, Ana Montenegro e Zuleika Alambert se posicionaram a favor das discussões feministas e isso é muito relevante, sendo que as duas eram filiadas desde 1945. Inclusive, entre 1945 e 1946, Ana Montenegro atuou na União Democrática Feminina da Bahia, durante uma temporada em que esteve em Salvador.

Apesar de ambas construírem sua trajetória política como militantes comunistas, na década de 1970 tomaram posições diferentes a respeito do feminismo. Ana Montenegro criticou o movimento e algumas teóricas

feministas bastante influentes, como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Alice Schwarzer, Juliet Mitchell e Helene Lange. Em linhas gerais, a autora considerou que as mulheres deveriam investir numa luta contra o capitalismo. (ALVES, 2017, p. 111)

Muitas mulheres que estiveram em exílio político, por causa da Ditadura Militar, tiveram influências do feminismo estrangeiro. Mas não dá para afirmar que foi isso que consolidou o feminismo brasileiro. Enquanto tinha mulher sendo exilada, haviam outras resistindo em solo brasileiro e reivindicando direitos.

### **3.1.5 O feminismo brasileiro da última década**

Em 2010, foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil. Uma vitória para o movimento feminista, de modo que mais mulheres na política tem sido uma pauta que o feminismo da última década insiste. Havia uma expectativa dos movimentos feministas, que com a vitória de Dilma as mulheres ocupassem mais cadeiras no legislativo e no executivo, mas isso não aconteceu.

O Golpe de Estado no qual Dilma foi vítima em 2016, é um processo de misoginia, que a coloca como inferior, por ser mulher. Dilma recebeu críticas quanto a alguém “fora do lugar”, mas é fato que Dilma rompe estereótipos de gênero e se coloca contra o que a sociedade brasileira e a imprensa esperam de mulheres. Burke (2001) diz que o estereótipo pode ser mais ou menos tosco e violento, e quando acontece uma ruptura disso, há atrito. O governo Dilma ficou marcado por ser o que mais tinha mulheres nos ministérios e após a queda de Dilma, Temer é empossado e mostra que o golpe é contra as mulheres, uma vez que era nítida a ausência e o desmonte nas políticas públicas para mulheres.

Mesmo tendo avanços e a presença de feministas em seus mandatos, o governo Dilma é criticado por não ter levantado a pauta do aborto. Houve conciliações com movimentos religiosos que se opõem aos grupos feministas e principalmente contra o aborto.

A título de ilustração, nas eleições de 2010, conforme dados apresentados pelo TSE, disputaram para deputados federais 4.904 candidatos, destes apenas 945 (19,06%) candidaturas eram de mulheres, e foram eleitas somente 45 (4,07%) candidatas ao cargo de deputada federal. Em relação às candidaturas masculinas, disputaram 3.969 (80,93%) e foram eleitos 468 (11,79%) candidatos ao cargo de deputado federal. Portanto, em um comparativo, dos 513 eleitos ao cargo, 91,22% eram homens e apenas 8,77%

eram mulheres. A ilustração torna evidente o desafio enfrentado por Dilma nas eleições: mesmo que não construa um discurso feminista, para ser eleita a primeira Presidenta da República brasileira, Dilma Rousseff, uma mulher, tem de falar e se fazer ouvir pelas mulheres, tem de provocar e indagar as eleitoras sobre o poder político que pode ser exercido por uma mulher, e quebrar tabus que envolvem a participação das mulheres no campo da política. (LIMA, 2015, p. 03-04)

O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo e em 2015, com a pressão dos movimentos feministas, a Lei do Femicídio foi criada. Considera a morte de mulheres por sua condição de gênero, e tem pena de doze a trinta anos. Traz uma interpretação autônoma, que o crime de feminicídio é um crime de ódio, destaca Messias, Carmo e Almeida (2020).

Somente em 2016, o Senado constrói o primeiro banheiro feminino e isso mostra que a política não é um lugar que espera mulheres. E quando desafiam essa lógica capitalista-patriarcal, encaram uma série de desafios, assim como Marielle Franco, que foi assassinada de forma brutal e até hoje o Estado brasileiro não consegue dizer quem a matou. Vale lembrar a perseguição política que Manuela d'Ávila encara enquanto feminista e defensora dos debates sobre a maternidade.

É preciso acentuar que não basta a presença de mulheres na política, é necessário que sejam mulheres, que defendam os direitos das mulheres. E principalmente, que abracem as multipluralidades das mulheres brasileiras. E quando se fala em multipluralidade, acordamos com Chimamanda (2019), que é preciso representatividade e uma história diferente da que nos foi contada nos livros, que não seja única.

Em 2018, a lei de importunação sexual foi aprovada. A pena é de um a cinco anos de prisão, caracteriza-se pela realização de ato libidinoso, sem consentimento na presença de outra pessoa. Para Fernandes (2018), a sanção é um avanço na luta pelos direitos das mulheres, de modo que as discussões no âmbito social aumentaram com a aprovação da lei.

Na última década, a interseccionalidade adentrou as discussões feministas. Não há possibilidade de ser feminista hoje sem considerar às questões de gênero, raça e classe. Atentar-se para isso no Brasil traz uma série de desdobramentos, a pobreza menstrual é um deles. As mulheres negras, que são as que chefiam os lares com menor renda no Brasil. A presença de mulheres periféricas em espaços majoritariamente ocupados por homens.



Diante da urgente necessidade da criação de novas políticas públicas, que garantam o direito higiênico e de saúde às pessoas que menstruam, a dignidade menstrual é um assunto que entrou em pauta recentemente, sendo objeto alvo do Projeto de Lei nº 4.968, de 2019, e nº 5.474, de 2019 ambos propostos pela deputada federal, Sra. Marília Arraes. O primeiro institui o fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais do ensino fundamental e ensino médio, o segundo busca garantir a oferta de Absorventes Higiênicos em unidades da rede de atenção primária à saúde, em âmbito nacional (BRASIL. Projeto de lei nº 4.968 e 5.474, de 11 de setembro de 2019). (ZILA, SANTIAGO, CARVALHO e FERREIRA, 2021, p. 06-07)

As indígenas também vêm sendo incorporadas a esse feminismo brasileiro. Muito se discute sobre casamentos precoces de meninas indígenas. Fora que muitas terras indígenas não são demarcadas e isso faz com que meninas tenham que andar quilômetros por dia para chegar à escola, o que é arriscado quando se nasce mulher.

Acredita-se que essa última década é marcada pelo ativismo online, a diversidade de feminismos, adoção da interseccionalidade, mobilizações em forma de coletivos e, muitas estudiosas já nomeiam de quarta onda do feminismo. Alvarez (2014) chama a atenção para essa nova reconfiguração do feminismo, que se populariza por meio das redes sociais. Perez e Ricoldi (2019) discorrem que o feminismo está na moda, não só na academia, mas na sociedade em geral.

A proximidade com a luta trans e a institucionalização das redes feministas são características relevantes da quarta onda do feminismo brasileiro e latinoamericano, de acordo com Matos (2014). O feminismo vem se remodelando depois de junho de 2013, reivindicando um retorno às ruas, assim como autonomia. Só que mesmo conseguindo resultados por meio das redes sociais, quanto à forma de organização de estudos, plenárias e manifestações populares, o trabalho de base ainda é peça-chave no feminismo, uma vez que a mulher que está à margem da sociedade não tem rede social, e com ela é necessário um diálogo pessoalmente, para que enxergue que o feminismo vem para agregar.

Em 2018, nas eleições presidenciais, o movimento feminista levou milhares de pessoas às ruas, em várias cidades brasileiras, se organizando através das redes sociais. O grupo chamado “Mulheres Contra Bolsonaro” no Facebook, deu início ao planejamento do ato intitulado “Ele Não”, que fazia críticas ao fascismo que Bolsonaro defende e, respectivamente, o machismo enviesado em seus discursos. O “Ele Não” entrou para a história do movimento feminista brasileiro, reunindo mulheres de todas as idades e abalando

as estruturas no campo eleitoral. Porém, a milícia digital do outro lado hackeou o grupo, e as fakenews se intensificaram.

No entanto, o feminismo que vem se construindo, mostra a diversidade que aqui é encontrada. Busca-se a unificação da luta, que mesmo partindo de perspectivas diferentes haja um diálogo entre as mulheres, percebe-se isso nas frentes feministas que reúnem mulheres de diferentes partidos, movimentos sociais, sindicatos e ativistas independentes.

### **3.1.6 Comunicação e a luta feminista**

As mídias independentes tem um enorme significado dentro da luta feminista na contemporaneidade. Atinge mulheres que se reconhecem ao se deparar com os conteúdos e há uma troca de conhecimento entre as gerações, que é enriquecedor para o movimento feminista. A elaboração do conteúdo é feita pensando em mulheres das mais diversas realidades e com o intuito de conscientizar, transformar o debate acadêmico em uma linguagem acessível. Birolli (2011) fala que a mídia pode contribuir na superação dos estereótipos e, a mídia independente atinge esse êxito.

Ao mesmo tempo que há um avanço no âmbito progressista quanto a isso, existe uma lógica hegemônica que amplia o conservadorismo, que nega o movimento feminista. A audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2018 mostrou esses dois lados. Os movimentos feministas se organizaram por meio das redes sociais, divulgando conteúdos, interagindo constantemente durante os dois dias de audiência, fazendo com que a discussão do aborto ganhasse visibilidade e notoriedade. Em contraponto, os conglomerados midiáticos ligados às instituições religiosas não mediram esforços para convencer a sociedade que era uma pauta desnecessária e desumana.

Hoje em dia, existem outros perigos no front. A ambiência digital tem exacerbado os ataques às mulheres contemporaneamente ampliadas no e pelo online. Um dos exemplos emblemáticos deste tipo de ataque, para mulheres em geral e especialmente para feministas, é o da blogueira Lola Aronovich, que, por conta de um dos primeiros blogs feministas com visibilidade, o *Escreva, Lola, Escreva*, lançado em 2008, passou a ser perseguida por um grupo de misóginos encabeçado por um “mascu”, abreviatura de masculinista, que, em dezembro de 2018, foi condenado a 41 anos de prisão por vários crimes, incluindo associação criminosa, racismo e terrorismo. A história de Lola, que acabou gerando a Lei nº 13.642/2018, que

atribui à Polícia Federal a possibilidade de investigar crimes cibernéticos de misoginia, é um exemplo do maravilhoso mundo novo em que estamos imersas(os). Para quem não conhece os pormenores dos ataques, estes incluem ameaças de morte a ela e à família; difamações; exposição de dados privados; ameaças à Universidade Federal do Ceará, onde é professora; entre outros. Por conta dos ataques que sofre, Lola se deparou com – e passou a denunciar – o sombrio mundo dos homens “mascu” – misóginos, odiadores de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ que têm como ideia de fim o suicídio antecedido por massacre dos grupos que odeiam. (LAGO, 2022, p. 69)

É notável a presença da mulher nos filmes de sucesso dos últimos anos, ela vindo como protagonista, o que era raridade até então, há uma apropriação da indústria cultural na representatividade, de modo que a indústria cultural é responsável pelas contradições da comunicação como forma social. Representatividade é necessária, só que a mídia tradicional reforça estereótipos e não aprofunda as discussões de gênero, afirmam Vinhote, Sconetto e Agnez (2017). Um exemplo de representatividade que move as estruturas sociais foi Daiane dos Santos ser uma referência para outra menina negra com o mesmo sonho, que no caso é a ginasta Rebeca Andrade. E a brasilidade que elas carregam, Daiane é a primeira mulher negra no mundo a vencer um campeonato mundial de ginástica artística, levando o samba, que é um ritmo que chegou a ser criminalizado no Brasil para o solo. Rebeca é uma mulher negra, filha de mãe solo, vinda da periferia, que se apresenta ao som de baile de favela, difundindo o funk e consegue a primeira medalha olímpica da ginástica artística brasileira. A intenção aqui é mostrar que quando o mercado se debruça sobre uma pauta, é buscando lucro e não o avanço social que os movimentos sociais almejam.

A esperança é que essa quarta onda do feminismo, que traz o ativismo cibernético, ajude na propagação dos ideais feministas, agindo positivamente, mas sem deixar de dialogar com as bases. As mídias independentes agem como mídias alternativas, ou seja, é uma alternativa para dar voz ao que a mídia burguesa não dá. O processo de mídia alternativa rompe com os preceitos que a mídia tradicional carrega.

O Avaaz é uma plataforma digital que recolhe assinaturas para pressionar as representações governamentais. É uma ferramenta da democracia participativa, além de muitas vezes levar a informação a alguém que sequer sabia da tramitação daquele projeto de lei. Costa (2018, p.44) conta que o Avaaz foi criado em 2007, mas se popularizou após as jornadas de junho de 2013 e que além do resultado imediato sobre uma causa, consegue gerar um debate sobre ela.

Castro (2020) traz o exemplo da Marcha das Vadias que começa no Canadá, em 2011, sendo um marco da transição para a quarta onda feminista. A convocação para a manifestação foi feita por meio de um evento no facebook, fazendo com que muitas pessoas confirmassem presença, o ato se concretizou e viralizou, tornando-se um evento anual em muitos países, a marcha veio para o Brasil no mesmo ano. A autora também explica que a marcha nasce após uma série de estupros que aconteceram na Universidade de York e um policial disse que elas foram abusadas por se vestirem como vadias.

Conclui-se que, a comunicação além de um trabalho efetivo nas redes sociais, a utilização de plataformas digitais que colaboram com a militância, ela também se faz presente de modo popular. É preciso um diálogo que faça com que a trabalhadora da periferia entenda os motivos do feminismo, como isso se encaixa na vida dela. É preciso avançar, usar as tecnologias de comunicação e informação como facilitadora, mas não esquecer das realidades de mulheres no Brasil, que muitas não têm internet, possuem jornadas quádruplas. Não focar só em gênero, uma vez que a mulher que chefia um lar, como mãe solo, está preocupada em colocar comida na mesa de primeiro instante. É válido refletir que grande parte das mulheres periféricas adentram religiões neopentecostais, e o fazer comunicação no movimento feminista precisa despertar para isso, não adianta chegar destruindo as religiões, o primeiro passo é se aproximar.

### **3.2 Relações de Gênero na EPC Brasileira**

#### **3.2.1 A limitada presença de pesquisadoras na Revista Eptic**

A produção científica também é uma construção social, sendo assim precisa ser analisada a partir da perspectiva histórico-cultural. A ciência é um instrumento de poder que carrega características patriarcais. Quando se fala em uma ciência neutra, já está adentrada a ideia de excluir grupos dissidentes.

No século XX, as mulheres começam a ser incorporadas no meio científico, através de indagações realizadas por feministas, para que os espaços de produção da ciência fossem ocupados também por mulheres. Outrossim, é a mulher enquanto observadora, produtora de um saber que até então era contado por homens brancos. A relação com o sujeito investigado também se altera, de modo que é aplicada uma visão que caminha de acordo com o percurso da pesquisadora em si.

A inclusão da perspectiva feminista na história das ciências é, portanto, uma reivindicação que se estende desde a participação efetiva das mulheres no campo até os movimentos de resistência ao conhecimento hegemônico e

de defesa do conhecimento múltiplo, engajado e situado. São dinâmicas que se sustentam no âmbito epistemológico e na problematização das lógicas de produção e legitimação do saber científico. (CRUZ e WOTTRICH, 2023, p. 146)

A desconstrução da ciência hegemônica precisa de agentes que não possuem ligação com os artifícios de poder, visto que esses indivíduos são críticos em relação aos processos de dominação. Desde a década de 1970, o ingresso das mulheres nas universidades cresceu, na pós-graduação, elas são maioria entre as mestras e doutoras no país. Mas, isso não garante a elas visibilidade e notoriedade enquanto cientistas.

No entanto, as jornadas triplas das mulheres que produzem ciência carecem de atenção. Dificilmente, uma mulher com tantas tarefas se encaixa nos critérios de bolsa produtividade, em 2017, Venturini afirma que apenas 36% dessa política científica se aplicava ao público feminino. Em 2021, a maternidade passa a ser computada no currículo lattes, após muitas reivindicações das pesquisadoras, o que também proporcionou a licença maternidade, se pesquisa é trabalho, isso precisa vigorar enquanto direito trabalhista.

O acesso ou obstrução das mulheres ao desenvolvimento da carreira científica é assunto que tem mobilizado estudiosos de diversas áreas e latitudes. De certo modo, a discussão acompanha o próprio espriamento de perspectivas feministas sobre a ciência, cujos questionamentos tocam temas sensíveis aos modos como o conhecimento é produzido, considerado e valorizado. (CRUZ e WOTTRICH, 2023, p. 142)

Só que em 2022, uma estudante da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), teve seu título de mestra negado, pois teve seu filho após a defesa da dissertação. Âmba Soldevila Cordoba defendeu sua dissertação quando estava grávida de nove meses, sua licença maternidade não foi aderida pela instituição. Ela era bolsista Capes e dentro da política de bolsas não há nenhuma cláusula que auxilia casos como o da estudante da UFOP.

O título foi negado após a defesa, uma vez que de acordo com a universidade, a estudante não entregou o produto final da pesquisa para submissão. Ela perdeu os prazos, por ganhar seu filho 20 dias após a aprovação na banca de defesa. Em fala pronunciada, no Encontro Nacional de Pós-Graduandas, em 2022, Âmba coloca a necessidade de lutar por políticas de ações afirmativas para as mães no âmbito acadêmico, diante da dificuldade que é se manter no ambiente universitário com o marcador da maternidade. Depois de muita luta judicial e pressão dos movimentos feministas, a UFOP concedeu o título de mestra a Âmba.

Ciente da existência de uma legislação sobre a licença-maternidade para bolsistas da CAPES, a aluna solicitou informações à coordenação do programa da UFOP para saber seus direitos, quando ainda estava gestante. Contudo, a instituição questionou sobre sua data provável de parto (DPP) e informou que, para solicitar a licença, Âmbar deveria, primeiro, ter a criança. (SOUZA, 2022)

O caso de Âmbar mostra o descaso das organizações que fomentam a pesquisa no Brasil. E esse esquecimento vai de encontro com a construção intelectual que aqui tivemos, que se ascendeu sem pensar em um campo pluralista. No Encontro Nacional de Pós-Graduandas, citado anteriormente, foi levantado que muitos programas de pós-graduação, nem aceitam mulheres mães, por acreditarem que não darão conta das exigências acadêmicas.

Das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, três são mães, é urgente pensar na reformulação da pós-graduação, de modo que olhem para essas mulheres e atendam suas lutas, é direito social à educação e isso está sendo inviabilizado para elas. A partir da difusão dessas discussões no âmbito da pós-graduação, as instituições científicas tendem a abarcar essas especificidades. Vale salientar, a complexidade da lógica neoliberal nos espaços científicos, um mecanismo que precisa ser quebrado para que a pesquisa seja construída por pessoas oriundas de classes subalternas.

Nas ligações entre gêneros, a busca de isonomia e reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens só alcançam sentido e importância fática por força das lutas incansáveis do feminismo na história. Como uma voz que costura e dignifica as diversas vozes sociais e políticas, o feminismo surge como o grande eco que modifica as formas de ser e de dever ser dos comportamentos humanos em sociedade, refutando falsas posturas morais, assumidas como universais quando apenas manifestam o latente desejo de permanência vil no poder. (Santos, 2016, p. 131)

Como a área estudada no presente trabalho é a comunicação, é relevante listar que na Plataforma Sucupira, as mulheres são 436 dos 869 professores da pós-graduação, em 2019. A área da comunicação não pode ser colocada de forma generalizada, os homens ainda são maioria na realidade nacional. Cabe lembrar, que as áreas mais técnicas, ainda são predominantemente masculinas.

Entre os discentes da pós-graduação, as mulheres também são maioria, são 1.740 homens e 2.341 mulheres. As mulheres ocupam um número elevado no corpo docente, mas desproporcional em relação ao quadro docente, evidenciando a interferência de fatores sociais na permanência de mulheres no âmbito acadêmico. A comunicação segue a realidade nacional no nível mais elevado de bolsas, em que há uma maior presença de homens, possibilitando uma correlação com posições de poder, em que a mulher não ocupa esses lugares devido a inúmeras adversidades impostas pelo capital.

Esse nível mais elevado de bolsas exige muito tempo de dedicação para alcançá-lo e segundo Barros e Mourão (2020), as mulheres têm uma entrada tardia no universo científico, o que pode explicar esse fenômeno. Na ciência, de uma forma geral, as mulheres são minorias nos conselhos diretivos das associações, o que na Ulepicc se difere atualmente, a associação conta com uma diretoria predominantemente feminina. Contudo, é válido destacar o quanto o capital social dificulta a presença de mulheres nesses espaços, geralmente, são homens que se indicam, seguindo assim o reflexo patriarcal da sociedade vigente.

Analisando a Intercom, que é uma associação notória na área da comunicação, as mulheres quando estão em posições de liderança tendem a aderir às diretorias femininas, o que configura uma rede de apoio. As mulheres também possuem uma preocupação em publicar com outras mulheres. Ao se deparar com a primeira edição da Revista Eptic, em 1999, constata-se essa ciência hegemônica que buscamos romper.

**Tabela 1:**

*Demonstração do primeiro volume da Revista Eptic, em 1999.*

Categorias	ANO	1999 - V.1	
	Especificidades por categoria:	MUNDO	BRASIL/AMÉRICA LATINA
Editorial/ Apresentação	Mulheres	-	-
	Homens	-	César Bolaño
Artigos/ Resenhas	Artigos homens	5	
	Artigos mulheres (individuais/ coautoria com mulheres)	0	3
	Artigos de mulheres em coautoria com	0	1

	<i>homens</i>		
<b>Entrevistas</b>	<i>Entrevistadas</i>	0	0
	<i>Entrevistados</i>	0	0
	<i>Entrevistadoras</i>	0	0
	<i>Entrevistadores</i>	0	0
<b>Citações</b>	<i>Mulheres</i>	1	3
	<i>Mista</i>	1	1
	<i>Homens</i>	43	0
	<i>Institutos/ Entidades</i>	13	0
<b>Equipe Editorial</b>	Mulheres		4
	Homens		28

Pouca coisa se altera em doze anos, o campo manteve a presença majoritária de homens em em todas as suas subdivisões. Espera-se que com esse GT de Raça e Gênero na Ulepicc Brasil, o número de mulheres na revista aumente. Vale ressaltar que o GT é uma vitória para as pesquisadoras estudadas nesta dissertação.

**Tabela 2:**

*Demonstração do primeiro volume da Revista Eptic, em 2011.*

<b>Categorias</b>	<b>ANO</b>	<b>2011 - V. 1</b>	
	<b>Especificidades por categoria:</b>	<b>MUNDO</b>	<b>BRASIL/ AMÉRICA LATINA</b>
<b>Editorial/Apresentação</b>	<i>Mulheres</i>		
	<i>Homens</i>		César Bolano/Valério Brittos
<b>Artigos</b>	<i>Homens</i>	3	5
<b>Artigos/Resenhas</b>	<i>Mulheres</i>	0	2
	<i>Artigos homens em coautoria mista</i>	1	2
<b>Entrevistas</b>	<i>Entrevistadas</i>	0	0



	<i>Entrevistados</i>	1	0
	<i>Entrevistadoras</i>	1	0
	<i>Entrevistadores</i>	0	0
<b>Citações</b>	<i>Mulheres</i>	9	7
	<i>Mista</i>		
	<i>Homens</i>	32	17
	<i>Institutos</i>	8	0
<b>Equipe Editorial</b>	Mulheres	2	3
	Homens	18	19

Dos doze artigos publicados nesta edição, cinco são de homens latinos de autoria individual e apenas um de autoria individual de uma brasileira. Dois artigos possuem coautoria de mulheres latinas, mas o primeiro nome da publicação é de homens. A resenha é produzida por uma mulher brasileira. Quando se cita latinos, ainda assim, a presença dos homens é maior, eles são citados 17 vezes, enquanto elas são nove. A equipe editorial é composta em sua maioria por homens, indo de encontro com as afirmações feitas até aqui, que as mulheres raramente estão em posições de poder no universo das organizações científicas.

A Economia Política da Comunicação tem seus conflitos internos. Várias estudiosas vêm debatendo a influência patriarcal vinculada às práticas estruturais de apagamento. As brasileiras estão começando agora, praticamente, tanto no diagnóstico quanto nas ações propositivas.

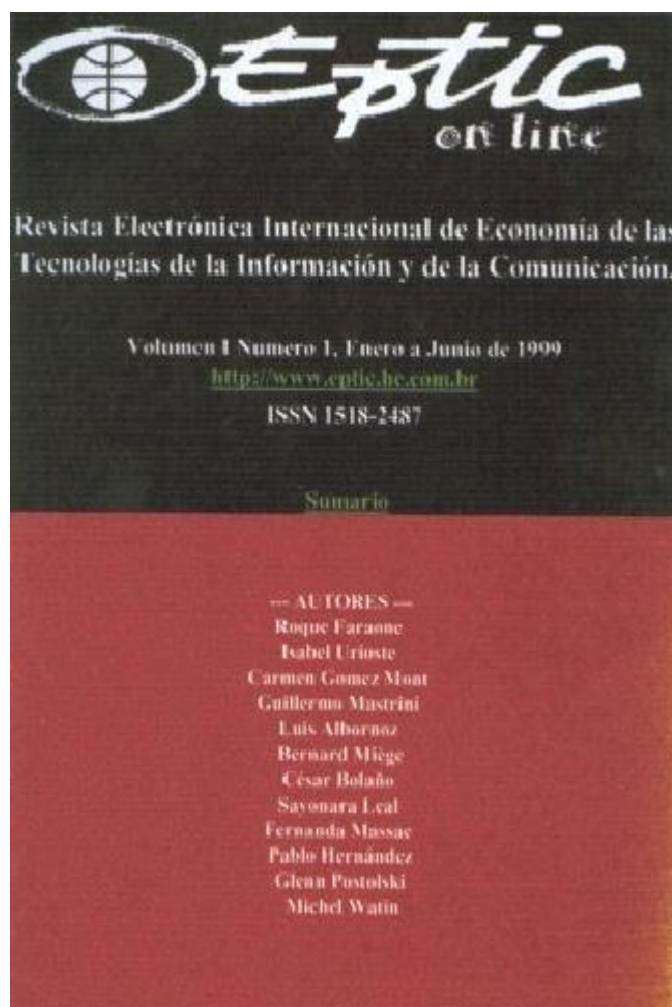
As mulheres do Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação - PEIC - UFRJ, discutem a invisibilidade das mulheres na EPC. Trazem cinquenta autoras essenciais para se entender a área. Mas, nenhuma é brasileira, o que perpetua um descaso com as mulheres que estão há anos desenvolvendo trabalhos relevantes, inclusive, a própria Suzy, que é uma das autoras desse trabalho, tem uma representação significativa enquanto mulher na Economia Política da Comunicação.

No artigo intitulado "Nós, as economistas políticas: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encontrado da EPC brasileira", elas comentam que esses dados ainda são falhos e subjetivos. As autoras dizem que de acordo com as bolsas de produtividade em Pesquisa do CNPQ, 66 são homens e 68 mulheres, aparentemente equilibrado o recorte de gênero. Em vista disso, no topo da carreira acadêmica, as bolsas PQ-1A, são concedidas a 10 homens e 3 mulheres.

A Revista Eptic é o espaço mais destacado da visibilidade na pesquisa em EPC, em língua portuguesa. A Eptic tem um lugar central para a formação acadêmica nacional, este lugar privilegiado justifica essa pesquisa de uma análise empírica sobre a representatividade feminina em suas edições. De 1999 a 2020, a Eptic publicou 532 artigos e 44 entrevistas.

### Figura 1

*Imagem da capa da primeira edição da Revista Eptic, em 1999.*



Na sua inauguração, em 1999, as duas edições somam um total de 26,3% de autoras. A luta é árdua, mas é satisfatório observar que em 2020, 51,3% do que foi publicado possui autoria de mulheres. Na análise conjunta, 59,3% dos artigos publicados até 2020, são de homens.

Um ponto em comum com revistas científicas do setor, é a centralidade masculina e branca nos lugares que refletem a orientação editorial da revista, sobretudo, as entrevistas. São lugares de articulações políticas, partindo da visibilidade que se quer dar a

uma revista. O Conselho Editorial da Revista Eptic é composto por 94,11% de homens brancos.

Entre os entrevistados, 81,8% são de homens brancos, sendo que as entrevistas são as ações mais notórias de visibilidade. A centralidade masculina da EPC brasileira se reflete nas autorias dos artigos. Em relação aos artigos coletivos, em autoria mista temos 15,07% e do mesmo gênero 15,6%, já no individual 46,7% de autores e 22,6% de autoras.

Todavia, a discrepância de gênero na autoria individual pode ser associada ao machismo estrutural nas carreiras de mulheres cientistas. No Brasil, há um equilíbrio entre homens e mulheres que entram em cursos superiores, porém, isso há mudanças ao longo da carreira, como demonstrado anteriormente, na referência às bolsas de produtividade. O projeto Parent in Science entrevistou aproximadamente 1,5 mil docentes brasileiras e traz dados condizentes com o que foi mostrado até aqui: 54% das mães entrevistadas, são as únicas responsáveis pelos afazeres com os filhos e 81% das cientistas afirmam que se tornar mãe gerou impacto negativo na carreira.

Por outro lado, nós autoras e autores da EPC precisamos ajustar nossas lentes e reconhecer nosso papel na perpetuação de privilégios, quando reproduzimos lógicas patriarcais racistas de citações e ordenamento autoral. O equilíbrio entre homens e mulheres, a inclusão e o protagonismo de autores e autoras negras e indígenas, a abertura do campo para perspectivas que levem em conta gênero, raça e sexualidades, é essencialmente uma questão de complexificação e aprimoramento crítico no nosso próprio campo. E, por fim, cabe às mulheres pesquisadoras também o estímulo às jovens do campo para seguirem caminho inovadores, disruptivos, apoiando sua formação acadêmica, desde a graduação, com forte suporte, metodológico e teórico, montando cursos colaborativos, grupos de estudo, GTs etc. Em um cenário de profunda desdemocratização social, com retrocessos tão profundos organizados a partir da ação do próprio campo midiático, talvez seja nossa única saída, na busca de um final feliz. (AIRES, BAHIA, GONÇALVES, SANTOS, SCHRAMM e TORQUATO, 2020, p. 157)

É urgente que a EPC repense as questões de gênero e desenvolva políticas, com a intencionalidade de igualdade social. Sendo uma área crítica do conhecimento, se faz necessário entender a reprodução de lógicas patriarcais e ser coerente no combate às estruturas capitalistas. De 55 artigos analisados, 67,07% são homens que ocupam o primeiro nome nos artigos conjuntos, seguindo uma lógica

hierárquica de titulação, portanto, entende-se que, a mulher enquanto elemento secundário nos trabalhos conjuntos, pode-se resumir de “insistente-persistência”, termo utilizado por Mayer, Press, Verhowen e Sterne (2017).

### **3.2.2 Patriarcado como forma social**

No livro *O Capital*, especificamente no capítulo 4, Marx discute as relações que abrangem a transformação do dinheiro em capital. É a partir da transformação do capital que as assimetrias se mostram, quanto as relações de troca e as relações de gênero. É com essa aparição lógica, que é colocada a criação do mais-valor, visto que, diante da dialética o intuito da produção de mercadorias é inverter sua forma do valor de uso para o acúmulo de mais dinheiro, com o valor de troca, destaca Bastos e Souza (2019).

Os autores também falam que para que o dinheiro adiantado venha a ser mais-valia, o proprietário carece de uma mercadoria especial, que é a força de trabalho. Para ter acesso a qualquer coisa, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho, ou seja, suas potencialidades físicas, mentais e intelectuais. Sendo assim, entende-se que o capitalismo é uma sociedade em que o trabalho abstrato se manifesta por meio de uma separação e não ocorre um reconhecimento entre o trabalhador e o produto de seu trabalho.

A partir de uma leitura particular de Marx, Scholz foca na totalidade das relações sociais, reconhecendo a necessidade de articulação entre aparência e essência, se filiando assim à abordagem dialética da crítica do valor, a fim de superar as concepções que tendem ao mecanicismo do marxismo tradicional. A crítica do valor desloca a centralidade da luta de classes na teoria marxista e se concentra em esquadrihar criticamente os aspectos relativos ao valor de troca, ao trabalho abstrato e ao fetichismo da mercadoria, entre outros conceitos decisivos de *O Capital*. Nesse sentido, para Scholz trata-se de criticar a ontologia do trabalho que, desde o marxismo tradicional, interessa o feminismo marxista, de maneira que importa reconhecer a autovalorização do valor em seu caráter lógico e assim demarcar historicamente o capital e, conseqüentemente, o patriarcado. Nesses termos, a correlação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado é criticada por fundar-se na ontologia do trabalho tal qual Scholz aponta no marxismo tradicional, na medida que se assenta na ideia de que a assimetria entre os sexos só poderia ser observada pela mediação do trabalho. (BASTOS e SOUZA, 2019, p. 05)

Federici (2016), com a perspectiva do feminismo marxista enxerga na acumulação primitiva as transformações que forjam o novo corpo do trabalhador. A autora fala que a abordagem materialista de Marx foi um mecanismo utilizado pelas feministas para o entendimento de como se constituiu a derrocada feminina na sociedade capitalista. Federici destaca que Marx relegou a privatização do trabalho feminino a uma posição periférica na sua obra.

Para Federici, Marx naturaliza as atividades domésticas e enaltece o trabalho industrial. Marx compreende que o trabalho doméstico deveria ser socializado e que quando as mulheres proletárias chegassem às fábricas, isso colocariam elas novamente no mundo social do trabalho. Com o capitalismo superado, a emancipação do trabalhador aconteceria e as diferenças entre idade e gênero desaparecem.

Indo além da derrocada do direito materno, a caça às bruxas na Idade Média deu início a uma função trabalhista para as mulheres, de acordo com Federici (2016). Assim sendo, o capitalismo modifica o corpo do trabalhador para a função máquina. O capitalismo fragmenta a classe trabalhadora por gênero, raça e idade e desmonta a identidade trabalhadora, diante disso, essas outras diferenças se sobrepõem.

Federici concilia sua atenção à derrocada feminina com as presunções que se encontram na teoria do valor. A teoria do valor é neutra, não há problemáticas de gênero e é no capítulo 4 do livro I d' O Capital, em que a socialização é apontada e a subsunção do trabalho é elucidada. Nesse caso, as questões de gênero precisam ser levadas a uma análise histórica do processo que resulta no capitalismo.

Roswitha Scholz traz críticas quanto à concepção sexualmente neutra da crítica do valor, herdada por Marx. Scholz, ao longo de seus estudos sobre a teoria crítica da dissociação-valor, traça uma estrutura teórica, com o objetivo de criticar a essência do patriarcado, que produz mercadorias por meio da apresentação dessa dissociação. Ela acredita que quando se estabelece o valor no capital, as distinções de gênero começam a existir como um processo negativo.

A concepção da dissociação do valor para Roswitha Scholz contempla várias ações humanas necessárias para se produzir mercadorias e para reproduzir força de trabalho, mas não abrange o trabalho abstrato, que é aquele que produz valor. A produção de mercadorias se constitui com a dissociação das atividades que não adentram o fundamento da esfera do valor. Essas atividades e o valor se mostram de diferentes formas.

Há o universo do valor, o ambiente de circulação de mercadorias e as relações de trabalho que se ocultam na produção, incluindo as ações políticas e jurídicas que advém desse espaço. Do outro lado, o trabalho de care que é intrínseco ao âmbito privado do

cuidado e do zelo. Desse modo, Bastos e Souza (2019), compreendem que essas atividades se estabelecem na história como femininas.

Scholz busca conceituar as questões de gênero no âmbito da forma, dentro da crítica da teoria do valor, partindo da premissa das abordagens marxistas clássicas e considera que as mesmas não solucionam a problemática da assimetria entre os sexos, uma vez que foca no plano da circulação. Bolaño, Bastos, Souza e Herrera-Jaramilla (2022), colocam que Scholz analisa esse problema centrada no trabalho abstrato e no fetichismo da mercadoria. Tanto que em seu trabalho sobre teoria da dissociação do valor, elaborado em 1996, a autora conceitua o princípio masculino do valor e esfera privada feminina dissociada.

Marx não ter se debruçado sobre as relações da luta feminista com o capital é algo que precisa ser explicado, conforme afirmam os autores supramencionados anteriormente. Para Scholz, a alternativa marxiana se constitui na relação do feminismo marxista, que é o que condiz com Marx não ter escrito sobre as associações do feminismo com a teoria do valor. Scholz entende que a teoria do valor precisa ser corrigida, colocando a dominação sexual como a essência do plano.

A autora, na intenção de uma mediação entre a assimetria entre os sexos e autovalorização do valor, deposita sua atenção nas relações entre essência e aparência. Scholz (1996), explica que o princípio masculino é uma assimetria sexual, que está intrínseca, ou seja, é uma dissociação que se expressa em “o valor é o homem”. A partir disso, Scholz traz o patriarcalismo como um agente extraeconômico indispensável no capitalismo, de modo que vem antes da estrutura do capital e se torna elemento da reprodução desse sistema. Quanto às funções, é necessário falar em duas: a reprodução da força de trabalho e o controle social; articulando com a historicidade.

Como aconteceu no término da Segunda Guerra Mundial, as mulheres tiveram que deixar os processos produtivos e voltar para o trabalho doméstico, acompanhando a reestruturação do capitalismo. Isso também ocorreu na Revolução Industrial, em que as mulheres foram empregadas na indústria têxtil. O patriarcado também precisou se remodelar na reprodução do capital e no controle social.

Em artigo publicado no Intercom 2022, Bastos, Vilela, Souza e Silva afirmam que:

O feminismo tem se perguntado como entender o patriarcado neste conjunto de relações sociais em que trabalho e valor aparecem como os elementos decisivos do modo de produção capitalista. Em que aparência e essência se configuram segundo uma contradição necessária para sua dinâmica. (BASTOS, VILELA, SOUZA e SILVA, 2022, p. 02)

Se define assim a mediação dialética da assimetria entre os sexos, partindo da autonomização da forma-valor e do plano da forma e das funções. Federici (2017) realiza uma pesquisa historiográfica sobre o fenômeno da caça às bruxas, colocando como algo que se construiu no período da acumulação primitiva do capital na Europa Ocidental. A autora define a derrocada feminina desse contexto como peça-chave para o entendimento das ações “de um novo corpo” do homem trabalhador, contrapondo o coletivismo e ideais iluministas, que adotam o racional e o controle do tempo como condições masculinas, que cooperam para um patriarcado específico, servindo ao capitalismo.

Federici compreende que o capitalismo é um processo contrarrevolucionário, oriundo das lutas sociais do período medieval. Federici (2018, 2021), levanta que Marx entende que aptidão de trabalho não é algo dado, mas um resultado da atividade social que assumiu uma forma histórica, ao longo do tempo, sendo assim, não se interessa pelo trabalho doméstico. A autora caracteriza “de reprodução” de Marx, delimitando-se a reprodução da força de trabalho que se dá no plano doméstico.

A sociedade capitalista é uma forma social baseada na autovalorização do valor. Se em sociedades pré-capitalistas a base da produção visando atender as necessidades humanas era mediada por outros aspectos, como, por exemplo, a religião, no capitalismo o fundamento dessa produção é o mais-valor. O conjunto de atividades humanas voltadas para a satisfação de suas necessidades se torna a substância que, desprovida de suas especificidades, é reconhecida como uma geleia geral observada por seu aspecto quantitativo. (BASTOS, VILELA, SOUZA e SILVA, 2022, p. 02)

As atividades enumeradas por Federici, incluindo a acumulação do capital, são entendidas por ela como trabalho produtivo para o modo de produção capitalista, o que contribui na compreensão das relações de gênero como relações de produção. Visto que, no plano da forma, o patriarcado não pode ser advindo do valor, mas precisa ser enxergado como manifestação dos agentes extraeconômicos que configuram a estrutura de autovalorização do valor. Quanto à comunicação como forma social, as repercussões dos processos contra o patriarcado incorporado ao capital demandam novas mediações.

## 4. Perfis das pesquisadoras da Economia Política da Comunicação Brasileira

### 4.1 Quatro pesquisadoras da EPC

#### 4.1.1 Anita Simis

##### Figura 2

*Foto de perfil de Anita Simis*



Anita é bacharela em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo (Usp). Possui doutorado em Ciência Política pela mesma universidade. Livre-Docência em Sociologia da Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). É Professora Colaboradora da Pós-Graduação do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Durante toda sua trajetória desenvolveu pesquisas no âmbito do cinema, questionando os motivos do cinema nunca ter se desenvolvido no Brasil, pensando em como o cinema dialoga com a sociedade, em como se constituir um ambiente cultural sustentável, em como o Estado é necessário para o desenvolvimento cultural, de modo que é também dever do Estado proteger a área cultural.

Anita divide toda essa caminhada de sucesso com a maternidade. Foi a primeira mulher presidenta da Ulepicc Brasil, foi uma das co-fundadoras da entidade, em 2004, encontra a Economia Política da Comunicação em um Intercom realizado em Londrina. Sua tese de doutorado foi sobre Estado e Cinema no Brasil, se tornando mais tarde um livro de referência nos estudos cinematográficos. Em 2007, a segunda edição da obra recebeu o prêmio “Rumos Pesquisa: Gestão Cultural”, concedido pelo Itaú Cultural.

O intuito do livro é mudar o olhar sobre o cinema, do ponto de vista acadêmico. Ela trata muito mais do cinema no Brasil, não necessariamente do cinema



brasileiro. Os trabalhos anteriores buscavam apenas tratar o cinema brasileiro, Anita já pensou qual era o cinema que vinha até aqui, o mais assistido, o que dava lucro, o que seguia uma produção no estilo margem da indústria cultural, enfim, uma série de elementos categóricos para futuros trabalhos da Economia Política.

É também um marco para os estudos de audiovisual. O livro traz algumas discussões sobre a questão técnica profissional. Ela diz que o modelo metodológico, foi numa base de comparar regimes democráticos em relação aos regimes autoritários, assim sendo, o Estado Novo e a questão da Ditadura Militar. Segundo ela, poderia parecer repetitivo seguir com a historiografia, em Estado e Cinema no Brasil, ela vem mostrando o quanto tem elementos no cinema que surgiram lá atrás e só se repetem ao longo do tempo.

O livro traz uma periodização, mas não se apegam a isso. A obra se apresenta de uma forma anacrônica, mas não a nível negativo, ela procura pontuar o que tem de mais relevante no recorte temporal que está fazendo. Na primeira parte do livro, ela se debruça sobre o período Getulista, mas não só, ela destaca o cinema desde as suas origens no século XIX, passando pelos anos 20, até chegar na década de 30.

Anita realiza um trabalho documental nessa obra, busca artigos em periódicos, em jornais da época, para conseguir fundamentar o que ela está dizendo. Ela chama a atenção para os aspectos técnicos do cinema, de uma forma determinante para uma aceitação na esfera produtiva e também no consumo, identifica nessa esfera técnica do cinema o poder da onipresença, que são características da sétima arte que facilita a atenção do público em torno da mensagem. Nesse sentido, precisa-se analisar o fato de que o cinema surge numa época de grandes evoluções técnicas, que conseguiu unir a linguagem fotográfica e a sonoridade do rádio, ambos já haviam sido inventados, mas não tão proeminentes como o cinema.

Se torna importante reconhecer a técnica do aparato que é o cinema, na medida em que em torno dele vai se abrir uma indústria com capital privado, que envolve produtores, distribuidores e exibidores. O que antes tinha produção francesa e alemã, na era Vargas acontece uma grande virada e é uma virada do cinema mundial, é um padrão técnico-estético que começa a se lançar a partir de Hollywood, que reflete no Brasil e consequentemente afeta o cinema nacional, com um declínio das produções. Existe um período em que o cinema é visto como educação cultural, instrumento educativo e formativo, há todo um direcionamento para a educação, as escolas precisam ter equipamentos que possibilitem a exibição de filmes.

O cinema educativo se configura na década de 30 e tem um investimento no audiovisual brasileiro em torno dessa educação formativa, isso nasce pra tentar juntar os fragmentos de uma nação. A ideia a época era tentar fazer uma ação integradora, com o objetivo de unificar o país com um discurso nacionalista. Por isso, nesse momento da

história também se tem uma produção intensa de cinejornais, principalmente, documentários que tentam retratar o Brasil desde o seu interior até cidades, um ambiente mais urbano.

Havia nesse tipo de ação formativa uma intenção de gerar uma espécie de afinidade coletiva, solidariedade nacional, por meio da retratação, de um projeto étnico, geográfico e cultural. O próprio plano do ministro da educação na época era voltado para a construção de uma cultura de massa e que já na década de 30, na era Vargas, essa cultura de massa vai se aliar a um aperfeiçoamento ideológico, partindo do controle da indústria audiovisual, da informação em si. A criação das agências reguladoras mostra essa preocupação do cinema como via educativa.

Na década de 20, temos como veículos de comunicação as rádios sociedades e isso também é um caminho para levar educação ao povo. Naquele momento, a intenção era se construir um modelo brasileiro de ser e também se nota algumas questões da burguesia industrial, não só a nível brasileiro, mas também de fora, tentaram traçar alguns modelos burgueses, que poderiam ser espalhados em uma produção cultural, que seria o cinema. E isso gera conflitos, principalmente a partir da década de 30, em que alguns ministérios voltam seu olhar para a indústria cinematográfica.

Anita afirma que há também um caráter de propaganda, o cinema começa a ser utilizado para ser propaganda de governos, se torna um instrumento de publicidade de um modo de vida nacional, da criação de um nome brasileiro, mas também por uma ideologia que perpassa a burguesia, não tem relações de classe. É uma proposta de propaganda do Brasil para o exterior, um jeito de mostrar o governo Vargas, de abrir as portas do Brasil, de apresentar o país não apenas pela sua natureza exuberante. Isso também se faz presente na televisão brasileira, a pesquisadora também pensa a televisão em muitas de suas pesquisas.

Pensando no Brasil de hoje, Anita se coloca preocupada com o Ministério da Comunicação nas mãos do União Brasil. Ela diz que é preciso pensar o ministério de uma forma séria, educativa, que se preocupe com as questões das fakenews, que foi uma aliada de Bolsonaro. Um ministério da comunicação que tenha caráter formativo, que trabalhe juntamente da educação e de outros ministérios que promovem a criticidade aos indivíduos.

Como mulher, ela se coloca como uma defensora da legalização do aborto, conta que esteve junto aos movimentos feministas durante sua formação acadêmica, e desde lá já é uma pauta levantada e que pouco se avançou. “O Estado precisa dar dignidade para a mulher que não tem condições financeiras e que decide fazer um aborto”. O audiovisual também é um espaço para o convencimento dos direitos das mulheres, quando não se tem ministérios propícios a isso, se torna algo grave.

O Brasil ainda sofre a instrumentalização da política estadunidense em relação ao cinema, é trabalhada a divulgação de filmes de Hollywood, o mercado do audiovisual não vem de livre-mercado. É toda uma estrutura que faz com que se consuma determinados filmes, há uma curadoria para se atingir números exorbitantes, nas salas de cinema. Tem toda uma política pensada para que a sociedade não tenha acesso a rica produção nacional, de modo que isso influencia na criticidade da população.

No livro *Política Cultural: o audiovisual*, lançado em 2016, por Anita, ela comenta que cultura é direito, indo além de uma atividade econômica, mesmo a área cultural tendo um papel significativo na geração de empregos. O acesso à cultura é um direito social, que está relacionado a um mínimo de bem-estar econômico, de participação e que se preocupa com a igualdade. Para que haja êxito, é necessário uma maior intervenção do Estado na vida da população. A pesquisadora também discute a difusão do conceito de globalização:

Voltando à nossa reflexão, é também interessante notar que hoje, com a difusão do conceito de globalização, entendido genericamente como uma abertura de via dupla ao mundo, já não se aponta o perigo da aculturação (especialmente da música totalmente despida de identificação) e da necessária busca das raízes autênticas que formam a nacionalidade. Na balança da nossa identidade, nota-se que se a cultura tem pesado mais que a nação, ou o local/espço de origem, que ela está envolvida por intercâmbios versáteis, e em continua formação. Já se incorporou a crítica de que é enganoso buscar uma “identidade brasileira” ou de uma “memória brasileira”. Por outro lado, mais que contrapor a essa pseudo-unicidade as inúmeras identidades, creio que Ortiz (1985, p.139) foi feliz ao afirmar que a questão que se coloca é: “quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais?”

Educação, saúde e moradia também são direitos sociais, garantidos constitucionalmente. A Constituição de 1988 reconheceu pela primeira vez a abrangência da cultura na formação da sociedade brasileira. Desse modo, o Estado deve promover a política cultural, incluindo a defesa do patrimônio. No livro supramencionado acima, Anita também analisa a gestão do ex-ministro da cultura, Gilberto Gil:

Especialmente na gestão do ministro Gilberto Gil, passamos a ter uma política cultural cujo projeto acentua o binômio entre diversidade e desigualdade, desfazendo-se daquela exclusivamente sobre a identidade nacional. Aqui enfatiza-se a distância do culturalismo e seu confinamento de

minorias e culturas e busca-se uma identidade dialógica, intercultural que se hibridiza e se relaciona. Certamente a diversidade enfatizada por Gil em seus discursos não é aprofundar divisões sociais ou mesmo divisões de coteries, como a dos baianos, dos “globais”, do grupo cearense, do Rio Grande do Sul, ou ainda reeditar antigas disputas entre paulistas e cariocas. A noção de diversidade cultural é para nos ajudar “a procurar caminhos e a reorganizar uma agenda de emancipação e realização humana” (GIL, 2006).

No Estado Democrático, o papel do Estado é elaborar políticas públicas de cultura que conduzam a meios de produção, uma vez que a democracia pressupõe que o indivíduo possa expressar sua visão de mundo, portanto, o Estado não pode interferir no processo de criação, somente estimular e animar o processo cultural. Anita coloca que é uma questão de autonomia, da emancipação das forças culturais.

Os estudos de cinema feminista na América Latina se concentram no Brasil, Argentina e América Central. Sara Gómez, mulher negra, nasceu em Cuba, em 1943 e faleceu em 1974, integrou o Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos (ICAIC) e já no começo dirigia filmes. Após o período pós-revolucionário, em Cuba, ela foi um nome marcante, uma vez que participou da invenção da linguagem do documentário, nesse contexto.

Sara foi a primeira cineasta cubana, abordava pautas como machismo e racismo no Nuevo Cine Latinoamericano (NCL), que era centrado na luta anti-imperialista. Sara dirigiu “Embora De Cierta Manera (1974)”, obra que discute o machismo e o racismo, mas também esteve presente em outros audiovisuais, financiados pelo ICAIC. *Mi aporte* (1972) é praticamente inacessível, por não ter sido aceito pelo governo, mesmo havendo políticas de integração para as mulheres, após o período da Revolução.

O entendimento de que os fatores os quais levaram à Revolução de 1959 não seriam resolvidos apenas pela mudança de quem está no poder ou por decreto é uma constante na obra de Sara. O Homem Novo, “ideal bastante difundido nos textos e discursos de Che Guevara, de cidadão politicamente consciente de seus deveres, fraterno, corajoso, disposto a qualquer sacrifício para defender valores coletivos” (VILLAÇA, 2010, p. 126), e a Nova Mulher, conceito da militante soviética Alexandra Kollontai (2011) para se referir à mulher emancipada (inclusive sexualmente) que participa da política – o qual trazemos aqui a título de provocação, pois certamente não era de conhecimento da esquerda latino-americana daquele momento –, seriam forjados em um processo de longa duração. Enfatizar essa concepção da diretora é fundamental para se compreender De cierta maneira. Película de ficção, traz muitas inserções

e diálogos com o documentário: 6 o casal protagonista, Mario e Yolanda, tem o mesmo nome de seus intérpretes; Lazarito e sua mãe, dois personagens importantes na narrativa, são vividos por não atores que praticamente encenam suas trajetórias; as imagens da destruição de bairros miseráveis constituem metáfora fundamental dentro do filme; vemos trechos de *Tire Dié* (Fernando Birri, Argentina, 1958/1960); a primeira aparição de Yolanda, principal papel feminino, emula uma entrevista. (TEDESCO, 2019, p. 3)

#### 4.1.2 Ivonete da Silva Lopes

##### Figura 3

*Foto de perfil de Ivonete da Silva Lopes*



Mulher, preta e feminista interseccional. Nasceu no interior do Paraná, mas mudou-se para Joinville ainda na infância, os pais foram trabalhar como operários na cidade. Por ser uma região historicamente colonizada pelos alemães, o racismo foi presente em sua vida desde a infância.

Jornalista, com mestrado e Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2014). Tem pós-doutorado em African & African Diaspora Studies na University of Wisconsin, nos Estados Unidos. É professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa (UFV), coordena o grupo de pesquisa Meios -Comunicação, Instituições e Interações Sociais e pesquisadora do GT de Economía política de la información, la comunicación y la cultura do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). É autora do livro "TV Brasil e a Construção da Rede Nacional de Televisão Pública". Desenvolve pesquisa sobre o acesso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) por mulheres negras (dos quilombos e das favelas).

Em 2008, começou a pesquisar televisão pública e educativa, isso no primeiro ano do mestrado. A pesquisa tinha foco nas TVs educativas de Santa Catarina. Ao término do Doutorado se associou à Ulepicc Brasil.

César Bolaño foi banca de mestrado e doutorado dela. Ela comenta que a Ulepicc está tendo um número maior de mulheres e negros. Mas, não podemos deixar de pedir por mais, uma vez que os livros organizados por homens têm majoritariamente homens nas referências. “Na universidade que estou os homens têm mais prestígio e acredito que isso se repita nas demais”, sintetiza Ivonete.

Ela compreende que ter mais homens nas entrevistas da Revista Eptic é uma decisão editorial, por isso é importante ter mulheres nesses espaços, nas tomadas de decisões. Ivonete também levanta uma crítica ao número de mulheres nas mesas da Ulepicc 2022, uma realidade que precisa ser mudada, segundo a pesquisadora, entendendo que as mesas dão visibilidade para o evento. A pesquisadora coloca que os outros GTs também precisam se preocupar com raça e gênero e pensar a coordenação a partir disso, a política da Ulepicc precisa trabalhar para que essas mudanças aconteçam. “Imperialismo não era o tema mais urgente, muito se discute, mas tem temas mais emergentes”, indaga.

A discussão para o GT de Gênero e Raça tem Ivonete como protagonista, ela se inicia na assembleia do Capítulo Brasil, da Ulepicc Brasil, realizada em dezembro de 2018, na Universidade Federal de Alagoas. Na ocasião, Ivonete propôs a paridade de gênero na formação da comissão que iria discutir a reestruturação de todos os grupos de trabalho da entidade, a sugestão foi aprovada, mas houve resistência. “Quando se cria o GT, a preocupação é se haverá trabalhos suficientes para a área, considerando que naquele

momento tínhamos poucos pesquisadores analisando raça e gênero, fora a estratégia discursiva de fragmentação do campo e esvaziamento do pensamento crítico”.

Em Ilhéus, o GT de Gênero e Raça teve o segundo maior número de inscritos, em Londrina também foi o segundo em inscrições. Ela observa que em Londrina os trabalhos apresentados no GT discutiam mais a temática de gênero. As pautas de pesquisas precisam acompanhar as mudanças da universidade, isso também engloba as instituições científicas. Os congressos estão acompanhando as demandas sociais, o que é importante, visto que a ciência precisa abranger e escutar as vozes do povo.

Em entrevista, a pesquisadora diz que a universidade que está possui um viés forte de extensão, 20% da grade é voltada para a extensão. Ela acredita ser o caminho para as pesquisas em comunicação, gerando uma ampla integração. Ivonete se mostra preocupada com o impacto social que os programas de pós-graduação oferecem, capacidade reflexiva, resultado robusto, significativo e inserção na comunidade.

Em artigo publicado na Revista Eptic, no ano de 2020, em parceria com Paulo Victor Mello, Ivonete comenta o esquecimento da população negra no agravamento da covid-19. Os autores discutem que são os negros os indivíduos que mais sofreram durante a pandemia, porém, são invisibilizados pela mídia:

Vamos, então, ao segundo ponto, que é a tentativa de desqualificação ou de reduzir a relevância das variáveis raça e gênero como centrais na estrutura social e para pesquisas críticas em Comunicação. Com isso, queremos afirmar a existência do predomínio do econômico sobre os estudos da EPC muitas vezes sem articular outras perspectivas, como raça e gênero, que servem como marcadores das relações de poder em associação com a dimensão econômica. Aqui, duas perguntas que permanecem necessárias: por que incorporar essas variáveis e reuni-las em um grupo específico, fragiliza o campo crítico? Por que há a persistência pela afirmação de uma “esquerda identitária” como adjetivação pejorativa que tenta reduzir a criticidade das pesquisas que incorporam raça e ou gênero como elementos centrais?

Trazem a ausência dos dados em relação às comunidades quilombolas na crise do coronavírus, mas também no Sistema Único de Saúde como um todo. Conforme afirmam no artigo:

Um dos desafios para se realizar pesquisas com recorte de raça é a falta de dados primários produzidos pelo Estado brasileiro e até mesmo por associações formadas por concessionários de mídia, como a Associação e

Televisão (Abert) ou mesmo pelos empregadores de jornalistas e outros profissionais da comunicação.

A cobertura midiática raramente fez recorte interseccional entre raça, classe e gênero, o que faz da Economia Política da Comunicação um campo viável para questionar esse esquecimento. A EPC pode mostrar que para além de mais negros na televisão, é preciso fazer jornalismo para essas populações. Para Ivonete e Mello (2020), o Brasil reconhece o racismo, mas não as bases estruturantes dele. No artigo publicado na Revista Eptic, que traz comentários sobre a pesquisa de pós-doutorado de Ivonete, é colocado o seguinte:

Pesquisa de pós-doutoramento de I. Lopes (2020) aponta a desigualdade racial na constituição do sistema midiático brasileiro a partir de uma comparação com os Estados Unidos. Os dois países possuem trajetórias bastante distintas na regulação e promoção à diversidade racial na comunicação. No contexto estadunidense, houve leis explícitas que restringiam o acesso dos afro-americanos às concessões, contudo ações afirmativas foram implementadas para introduzir maior pluralidade no setor. No Brasil, por outro lado, não houve limitações formais, o que, no entanto, não implicou a redução da desigualdade na estrutura midiática.

Quando se debruçam sobre Raça, Racismo e Comunicação destacam a ideia de que a raça é um fator socialmente importante na atribuição dos sujeitos nas estruturas de classe e nas dimensões da estratificação social. A dominação-exploração se mostra como um fenômeno intrínseco na sociedade e a mídia o reflete diariamente. A mídia atua como catalisadora de expressões políticas sobre as relações raciais, em geral organizadas por uma cultura elitista, que justifica a desigualdade social pela cor da pele, constata-se que as políticas de comunicação brasileiras não contribuem para a reversão das desigualdades raciais nos sistemas de comunicação.

#### **4.1.3 Suzy dos Santos**

##### **Figura 4**

*Foto de perfil de Suzy dos Santos*





A luta acompanha Suzy no cotidiano, ela possui dois filhos, atualmente é mãe solo e perdeu a mãe em 2021, para covid-19. O interesse pela música surgiu desde muito cedo, Suzy começa sua militância com o movimento punk, inicia arquitetura e tranca, por se sentir insatisfeita com o curso. Foi filiada à Convergência Socialista, que era gerida pelo PSTU e Psol. Realizou sua graduação em Relações Públicas na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um polo de crítica social.

Suzy conta que conheceu César Bolaño enquanto bibliografia na década de 90. Ela apresentou seu primeiro trabalho no Intercom, na cidade de Londrina. Foi bolsista na Agência Experimental de Relações Públicas durante a faculdade. Segundo a pesquisadora, internacionalmente sempre houve debates feministas e o marxismo tentou oprimir o feminismo, foi Angela Davis quem desafiou isso, nos anos 70.

Suzy também levanta a crítica da EPC não citar mulheres, na maioria dos seus trabalhos e que desde quando a EPC nem tinha esse nome, já existiam mulheres construindo conhecimento na área. O campo da EPC até 1996 se resumia em dez pessoas. Ela fala que a coletânea com as gringas, que contém sua autoria, foi pensada por conta do acesso, que a intenção era futuramente fazer o mesmo com as brasileiras, mas devido os contratempos não se concretizou.

O mestrado de Suzy também é pela Universidade Federal do Rio Grande de Sul, em Comunicação e Informação. Nessa época ela estudava as convergências da TV a cabo, sendo bolsista pela Capes. O doutorado de Suzy foi em Comunicação e Cultura Contemporânea, na Universidade Federal da Bahia, em que concentra suas atenções na centralidade da TV aberta, no setor audiovisual brasileiro.

É professora da Escola e do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo diretora da ECO-UFRJ entre 2019 e 2022. Em 2005, recebeu o Prêmio Intercom de melhor tese de doutorado, da Sociedade Brasileira

de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Em 1996, recebeu Menção Honrosa de melhor monografia, na modalidade Rádio e Televisão, como finalista na categoria Graduação.

Líder do Grupo de Pesquisa Políticas e Economia da Informação e da Comunicação - PEIC, em atividade desde 1995. Suas pesquisas e sua produção concentram-se na área de Comunicação, com ênfase em economia política da comunicação e políticas de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: televisão, novas tecnologias de comunicação, estrutura dos meios e condições de acesso à informação e à regulação. Dentro da EPC vem desenvolvendo pesquisas sobre gênero, sendo uma das pioneiras do assunto na área.

O artigo intitulado “Nós, as economistas políticas da comunicação: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encantado da EPC brasileira”, utilizado nesta dissertação tem Suzy como autora, em parceria com Sil Bahia, Marcia M.S. Gonçalves, Janaine Aires, Luanda Schramm e Chalini Torquato. O trabalho traz nomes de mulheres que se destacam na EPC mundial, desse modo, leituras necessárias para quem estuda gênero no campo.

Além disso, outro trabalho de relevância na carreira acadêmica da pesquisadora é “Coronelismo eletrônico não é uma metáfora”, publicado recentemente, junto a Janaine Aires. Elas entendem que o coronelismo eletrônico são grupos políticos regionais que agem direta ou indiretamente para se ascenderem em relação às posses de concessões de radiodifusão. Compreendem que o coronelismo eletrônico é sistema político-midiático, que interliga diferentes atores por meio de compromissos recíprocos, advindos em esferas da mídia e da política:

No sistema de coronelismo eletrônico, a produção da cultura e da informação têm efeitos sobretudo político-eleitorais. Neste sentido, de um lado o processo de comunicação compreendido visa transformar os sujeitos em audiência de modo a oferecer como uma mercadoria diferenciada no jogo político partidário. De outro, no sentido da mercadoria-programa, atua como ferramenta estratégica para a manutenção do poder e da defesa de seus interesses econômicos e políticos, a partir de vieses essencialmente patrimonialistas de pressão sobre o poder público, com atuação diária e diretamente conectada ao levantamento de demandas sociais da audiência. Considerando estes aspectos entendemos que a estrutura da propriedade de mídia no país não pode ser negligenciada, uma vez que é elemento indissociável para a compreensão da produção.

Esse artigo contempla variáveis para o estudo da regulação da comunicação. A partir da Economia Política da Comunicação traçam um quadro comparativo entre o perfil da propriedade das geradoras de televisão brasileiras, entre os anos de 2003 e 2018. O levantamento cruzou dados do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário,

do Sistema de Informação de Serviços de Comunicação de Massa (SISCOM) e da Receita Federal. Elas trazem um debate comparando os capitais políticos:

Isto é, classificamos aqui os atores que gozam da plataforma político-midiática e dependem diretamente dela para existirem, uma vez que o acesso é administrado pelos atores políticos descritos anteriormente. Por isso, identifica-se que o capital político destes personagens é diretamente relacionado à capacidade de mediação dos interesses do público, próprios do exercício profissional da comunicação. No entanto, esse capital político é profundamente dependente da intersecção dos interesses do radiodifusor e do partido. Mesmo que possamos identificar transferência de capital midiático hereditariamente entre estes atores, ainda neste sentido o acesso sistemático e a visibilidade são elementos indissociáveis.

A proposta relaciona também informações sobre os radiodifusores e os comunicadores-políticos que tiveram mandatos acerca de 2003 e 2018, tendo raça e gênero como marcadores. Com isso, o objetivo é fazer uma análise sobre os diferentes tipos de capital político associados ao fenômeno. É discutida a espacialização do coronelismo eletrônico, com o intuito de refutar a ideia de que se trata de um fenômeno regional isolado. As autoras trazem dados sobre o patriarcado que é operado nesse meio:

A conclusão é que o sistema de coronelismo eletrônico é profundamente patriarcal, tanto os donos quanto os comunicadores-políticos são em sua maioria homens brancos. Dos 116 deputados radiodifusores levantados: 94% dos donos são homens brancos e 6% são mulheres brancas, esposas ou filhas dos políticos estudados em sua totalidade. Já 92,5% dos comunicadores-políticos são homens e 7,5% são mulheres, sendo 18,4% esposas ou filhas de políticos. No entanto, 32% dos comunicadores-políticos estudados são homens negros ou pardos e apenas 0,7% das mulheres comunicadoras-políticas são negras ou pardas. No que se refere à trajetória política, 52% dos donos e 43,8% dos comunicadores-políticos tiveram entre 3 ou mais mandatos. Ou seja, tem certa longevidade política.

Portanto, busca entender a mercadoria do sistema de coronelismo eletrônico, uma vez que delineiam conceitualmente o fenômeno e definem o seu papel para a compreensão do sistema comunicacional brasileiro.

#### 4.1.4 Verlane Aragão Santos

##### Figura 5

*Foto de perfil de Verlane Aragão Santos.*



Mulher, negra, nordestina, mãe e marxista. Verlane é formada em Economia pela Universidade Federal do Sergipe, já no curso de graduação se interessava por perspectivas que não estavam na grade curricular de Economia. Iniciou o curso em 1988, nessa altura o Brasil já tinha saído do Regime Militar e tinha um acesso maior a pensadores críticos, como Marx. Teve um movimento na própria graduação em Economia, uma vez que incorporou Marx, em uma disciplina de Economia Política.

“Só que na minha época ainda não tinha Economia Política, apesar do processo de abertura política e de Marx já aparecer como leitura no curso, mas eu tinha uma inquietação da inexistência do pensamento crítico na grade de Ciências Econômicas e de alguns diálogos, por exemplo, com o movimento estudantil,” afirma Verlane. Verlane nunca se filiou a partidos políticos, mas frequentou formações no PCB e teve acesso a esse pensamento crítico que fazia falta, encontrou isso nas disciplinas de outras áreas. Então, foi fazer sociologia, antropologia, filosofia, tudo que podia fazer fora nas disciplinas optativas e eletivas, fazia, assim tendo acesso ao Marx, mas de uma forma pontual.

Ela conta que se formou aos 22 anos, mas ficou perdida, aos 24 fez a seleção para o mestrado de ciências sociais e participou da seleção para substituto. Na banca de substituto estava um senhor chamado César Bolaño e acabou sendo ele o orientador no mestrado em ciências sociais, Verlane foi a primeira orientanda do César. Ela entrou em 1994, Bolaño tinha feito a tese dele um ano antes, em 1993, e a dissertação em 1986.

Bolaño fez graduação em Comunicação, mas fez mestrado e doutorado na economia e foi dar aula em Sergipe. O César Bolaño era professor na Ufes, mas não chegou

a ser professor de Verlane na graduação. Nesse encontro com o César, Verlane se depara com a questão da indústria cultural, encontrando nele uma ponte para fazer pesquisa no que lhe interessava.

O viés marxista veio aí, César seria no mestrado o professor de Economia Política, um mestrado que foi rico para Verlane. A intenção dela era fazer graduação em artes cênicas, em Campinas, mas nunca teve apoio familiar para isso. César estava formando o Obscom, Verlane entrou no Obscom, então, estando no Obscom desde a década de 90 e por causa do Obscom foi pesquisar telecomunicações, e por causa da pesquisa da graduação sobre trabalho, foi pesquisar trabalho nas telecomunicações, assim sendo, começa a interação com a EPC.

Encontrar César, foi encontrar exatamente a formação da EPC, a construção no Brasil e América Latina naquele momento. De maneira até um tanto contingencial, participou de todos os momentos de formação das instituições da EPC, na Ulepicc em Sevilha ela estava, a formação da Ulepicc Brasil, a Revista Eptic, a Rede Eptic. Ela trabalha com o César desde a década de 90, uma coisa que acabou sendo e definindo seu caminho depois, estando no departamento de economia foi pressionada a cumprir certas exigências, teve que fazer doutorado em economia, na hora de trabalhar com comunicação e cultura, teve que justificar dentro da economia os motivos de trabalhar com esses temas, aquilo que se entende a partir da EPC, essa importância da comunicação e da cultura dentro da dinâmica da acumulação, isso não é evidente para quem trabalha com economia ortodoxa ou heterodoxa.

Verlane esteve nesses espaços de tensão, mas no Obscom, junto ao César e depois com a constituição do mestrado em comunicação em Sergipe, no qual participou desde o início, conseguiu se realizar. No âmbito da comunicação, foi para o encontro da Alaic quando estava no doutorado, Intercom, mesmo fazendo economia ia para evento da economia e também da comunicação, se estabeleceu na área de comunicação com o mestrado, ou seja o pensamento crítico marxiano não tem espaço nem na economia nem na comunicação, então, quem trabalha com EPC vai encontrar conflitos tanto na economia, quanto na comunicação, isso acabou acontecendo na economia quando optou em trabalhar com o pensamento marxista e deu aula envolvendo Marx, na graduação, nas disciplinas de História do Pensamento Econômico, Economia Política e Economia da Cultura. Em termos de formação é isso, graduada em Economia, fez o mestrado em ciências sociais na Ufes também, e no doutorado já estava como professora efetiva, saiu para fazer economia na federal do Paraná.

A Economia Política da Comunicação no Brasil está assentada num grupo que tem gente de toda América Latina, consequente, com muita força. A Ulepicc já teve presidenta mulher, que foi a Anitta, teve presidente negro, que foi o Ruy. De um grupo

pequeno, a EPC no Brasil, quer dizer, não é tão pequeno assim, no final das contas há um grupo que entende esse projeto como um projeto dentro daquilo que o César chama e quem se estuda EPC reproduz, é a luta epistemológica e várias frentes, de formação, que se trabalha na docência, na orientação, com a questão da frente da comunicação, e teve uma revista de referência que é a própria revista Eptic, na institucionalidade com a Ulepicc e Alaic e o antigo GT da Compós.

Estiveram empenhados na luta pela criação do GT de Comunicação e Marxismo na Compós, que não saiu, mas ali é visível que existem pessoas interessadas, então, Verlane diz que a EPC no Brasil é um grupo heterogêneo. Estando como presidenta da Ulepicc, ela afirma que a diretoria também expõe essa heterogeneidade, essa heterogeneidade não são diferenças irreconciliáveis, quem resolve fazer EPC é por estar do outro lado da força. Mas se sabe que mesmo nos movimentos de esquerda, dentro de um chamado pensamento crítico há diferenças, dentro do marxismo há diferenças, nem todos são marxistas na EPC, o Rodrigo estava verbalizando isso no livro que foi publicado e lançado no encontro dos trabalhos em Ilhéus, que às vezes você encontra textos de autores que trabalham com EPC com autores pós-modernos e isso pra quem é marxista é complicado, a seara é ampliada, todos que não conseguem debater criticamente a sociedade em algum espaço encontra acolhimento na EPC.

A pesquisadora conta que estava coordenando o GT4 da Ulepicc, que é Economia Política da Cultura e Políticas Culturais, em um evento em Maceió, quando uma das autoras apresentando o trabalho sobre telenovelas e gênero disse: “eu tive que sair da EPC para poder tratar disso, depois eu volto para EPC”. Dando a entender que a EPC só serve para analisar a estrutura dos meios de comunicação e a questão dos monopólios. Verlane fala que durante a avaliação dos trabalhos, quando estava dialogando com eles, afirma que a questão de gênero, raça ou qualquer tipo de opressão na sociedade capitalista precisa ser discutida no campo da EPC.

Verlane sintetiza que a questão primordial ao tratar desses temas, é aprender o método, saber o que é o método em Marx, o que é o materialismo histórico-dialético e que a crítica que Marx fazia a Hegel estava no idealismo. Ela fala que Marx vai dizer que a análise precisa ser na ordem da materialidade, se não estuda o método começa a falar coisas como: essa questão de gênero não entra, uma vez que o marxismo só estuda classe. Quem diz isso não entendeu o que é classe, não entendeu a relação de classe e trabalho, não entendeu a relação histórica de formação da classe trabalhadora na sua diversidade. A formação da classe trabalhadora no Brasil é uma coisa, a formação da classe trabalhadora na Inglaterra é outra, a classe trabalhadora brasileira é negra e feminina.

A EPC é diversa, há diferenças, essas diferenças só serão compreendidas no embate, no estabelecimento do diálogo. Verlane entende que por várias razões, a questão de gênero deve ser posta, ela é fundamental, mas não renuncia que ela seja posta a partir de uma perspectiva que não é do identitarismo, nem da leitura interseccional, é uma leitura marxista que quer trazer. Na EPC reivindica-se a leitura de Marx, então é outra frente de luta e que dentro do marxismo enfrenta uma outra questão, dentro do marxismo em geral não se conhece a comunicação e cultura que a EPC traz. Essa frente que César também não está fazendo mais sozinho, ele está encabeçando, mas tem mulheres e jovens construindo a EPC contemporânea.

A pesquisadora acompanhou a EPC durante sua formação, constituição no Brasil, participou desse processo e se sente fazendo parte de um movimento que é muito maior do que aquele que era o Obscom e nesse movimento entende que cumpre o papel de fazer articulação entre aquele momento e esse. Pensar o papel dos estudos de gênero e raça dentro do debate de classe e reivindicando o pensamento marxiano e marxista na EPC e fora dela. Só que não faz isso sozinha, faz a partir de grupos, coletivos e com a colaboração de outros pesquisadores, como Jonas Chagas Lucio Valente, Helena Martins, Cesare Giuseppe Galvan, Manoel Dourado Bastos, Guilherme Bernardi, entre outros.

A questão geracional é relevante, a geração de hoje é muito mais focada nisso, preparada para lidar, segundo a pesquisadora. Se consegue alinhar marxismo e a história do movimento feminista ganha muito mais, está se havendo, e ela diz estar se recompondo. Verlane afirma que já enfrentou preconceitos por ser uma mulher nordestina.

Verlane sempre esteve no embate de gênero, num curso de economia em que a maior parte dos cargos é masculino, se deparou com muitas mulheres durante sua formação e ouvia comentários misóginos dentro do departamento, agora o embate em relação a ela, era por ser marxista. Mulher e marxista, juntando os dois são camadas e identificar como uma atravessa a outra, essa é a grande questão quando se estuda a realidade e principalmente numa formação histórica, socialmente, como a brasileira, as coisas estão profundamente implicadas. Não dá pra falar de classe sem falar de gênero, não dá pra falar da condição dentro de um curso machista e predominantemente masculino sem tratar da questão marxista e sem analisar a questão de gênero, ela estava com esses dois marcadores sobre ela.

Ela diz que o movimento feminista é muito anterior, mas ela não estava no movimento feminista, no movimento estudantil tratava de questões históricas, sociais, as demandas de luta são articuladas. A partir do momento em que as mulheres se organizam, começam a colocar esses temas no sindicato, por si só eles não vão aparecer, a estrutura da classe trabalhadora reproduz os problemas estruturais, patriarcais, de todo tipo ali dentro,

quem trabalha com movimento social, com questões de gênero sabe disso, inclusive, as mulheres ali presentes precisam levantar isso constantemente. Na sociedade capitalista, esse debate tem a lógica do capital, a lógica da mercadoria, que é vista a partir de um fetichismo, quando se quer exatamente desmistificar, é uma força social, política, interna ao movimento, é preciso entender esses mecanismos.

Ela resolveu ter filho acima dos 40, Pedro nasceu dia cinco de março, dia 19 de março fez 43 anos e teve que parar um monte de coisa, ter filho pequeno, manter uma casa, ter condições de trabalho que já são diferenciadas, por ser mulher e ser marxista, vê gente com muita disposição de trabalho e vê que não tem a mesma disposição e o mesmo gás, então, todas essas questões são colocadas. A EPC é uma novidade, está tentando se colocar nessa nova realidade e atender as expectativas. Daqui há dois anos, faz trinta anos de sala de aula e o trabalho na universidade cobra demais, estudos do Andes mostram que o índice de problemas com saúde mental nas instituições de ensino superior são altos, falta uma isonomia em relação aos homens, trabalha por querer trabalhar naquilo e se depara com colegas que não querem fazer nada e só se importa com esses colegas que não fazem nada, por reproduzirem pensamentos que não ajudam, deixando ainda mais pessoas sobrecarregadas e sobrecarregados.

Verlane comenta que a EPC está num processo de reconstrução a partir de um outro momento, em que se tem pessoas jovens, mulheres, mas poucos negros e negras e isso tem que ser feito a partir de uma institucionalidade, a Ulepicc Brasil tem um papel nisso, para não reproduzir o que é a sociedade internamente e é muito difícil. Formar mulheres, negros e negras a partir de um pensamento funcionalista ou liberal não contribui, o papel é formar negros e negras e mulheres dentro de um pensamento crítico, reivindicando o marxismo. Ela está saindo do mestrado em comunicação da Ufes, ficará como colaboradora e em 2025 sai definitivamente.

Para a pesquisadora, é difícil orientar pessoas que não têm a formação mínima em pensamento crítico e economia política, fora a questão da saúde mental nas pós-graduandas e pós-graduandos. Ela tem se deparado com orientandos e orientandas com muitos problemas e são problemas que lidam juntos e precisam procurar ferramentas para enfrentar isso. Contudo, a saída do mestrado em comunicação da Ufes é por atuar em duas áreas que são áridas para quem trabalha com marxismo, por estar querendo saber de fato onde deve concentrar suas atenções.

A presidência da Ulepicc foi algo que Verlane não queria, mas devido a insistência de Manoel Dourado Bastos e Anderson Santos aceitou o desafio. Percebeu que tinha que cumprir esse papel enquanto mulher, por estar com César desde o início, em várias diretorias, como tesoureira, secretária geral e até como vice-presidenta. A presidenta da



Ulepicc relata que escreveu o memorial para professora titular recentemente, refletindo sua carreira profissional, repensando escolhas feitas e escolhas não feitas.

O grupo de estudo é válido, sobre trabalho dentro do marxismo, o mestrado em comunicação é importante para a EPC, mas para ela chegou ao limite, não tem como dialogar dentro do mestrado, ficou isolada. No mestrado em economia, tem uma linha que chama Cultura e Desenvolvimento, é imprescindível estar ali e chegar ali, é isso que está fazendo, tentando alinhar algo que é estratégico para a EPC, mas dentro daquilo que seja no seu limite. Deixar o mestrado em comunicação tem consequências para a Revista Eptic, questões de orientação, na eventualidade um doutorado e de alguém que tem o interesse em EPC poder fazer o doutorado com ela.

A EPC está crescendo, com isso espera-se possibilidades de ter pessoas concursadas que possam entrar numa instituição pública, efetivada, dentro das condições de trabalho, que são precárias para docente e pesquisador, mas ainda assim buscar alguma estabilidade. Verlaine levanta que os concursos na graduação em comunicação não possibilita nenhum tipo de intervenção, isso faz parte da institucionalidade na luta epistemológica, a institucionalidade é você abrir espaço dentro da instituição, grupo de pesquisa, linhas de pesquisa nos mestrados, orientação, curso, concurso, e ali onde se encontra, isso é inalcançável. Não há voluntarismo que resolva isso, há uma coisa que vai se estruturando com o tempo.

O César é a espinha dorsal disso, o César não existiria hoje, tirando a questão do trabalho dele, se não houvesse esse grupo que foi chegando, um grupo com boa formação, com compreensão política do que significa estar na EPC, entendendo a luta epistemológica e fazendo frente dessa luta. Mas falando a partir do grupo de pesquisa de Sergipe, que é um grupo ampliado, da Ufes, existem sérias dificuldades em formar e encaminhar para o doutorado. Para ela, a EPC prepara muito, a pessoa que vem de uma formação da EPC vai ter condições de participar de um concurso, toda essa exigência de produtividade, publicar, são exigências, sob o seu ponto de vista, que estão postas, quando se conseguir fazer isso, a EPC vai dar outro salto, quando ter mais professores concursados, com formação em EPC, a partir de um determinado momento, sua própria formação, que possa então ter seu grupo de pesquisa ou participar e fortalecer os existentes, orientar. Por isso que esse momento é bom, mas exige muito, não existem ainda condições fundamentais.

Outras que estavam conseguindo, como era essa frente do mestrado em comunicação da Ufes, a partir do momento que o César se aposentou, o César não quis voltar para Comunicação, e a comunicação também não quis o César, o programa de Comunicação não entendeu a importância do César, então, é uma frente que está se quebrando, mas outras estão se abrindo. César conseguiu aprovar um grande projeto na Fapesp, só que vai estar

vinculado ao mestrado profissional, para trazer pessoas do pós-doutorado e nessa pesquisa a Helena Martins está acompanhando. Helena Souza também faz parte de um projeto que discute a economia política da internet em vários países, é um projeto grande, que também estará na comunicação, mas vai fortalecer na economia.

É esse o caminho a ser percorrido, Verlane espera que o seu papel seja mesmo que individualmente ou pessoalmente a tentativa de compor e recompor outros espaços e um desses espaços é a Ulepicc Brasil e esse projeto que vem desde a diretoria anterior, que é de formação de jovens na EPC. Não só de cursos, jovens, mulheres, negros e negras, e também são duas coisas que avançam juntas, que é trabalhar com os movimentos sociais e populares, a partir de uma troca em termos de formação, produção de conhecimento e ação política. Fazer a pesquisa é uma parte, quando se fala formação, produção de conhecimento e ação política, é um processo de mão dupla, a intenção é dialogar com os movimentos sociais, a partir da situação da entidade, querer trocar, aprender o que esses movimentos fazem, verificar o que é possível trazer, que seja de interesse dessa militância.

Como que a comunicação é vista no movimento social? Saber quais são as estratégias. Como se pensa os movimentos do lado de cá, compensaria pra essa militância saber? Se consegue ir nessas duas direções, que se alimentam diretamente, a medida que trabalha com os movimentos sociais e populares, está fazendo uma aproximação com uma parte da classe trabalhadora importantíssima, que é a parte da classe trabalhadora organizada e se trabalhar isso junto com a formação de jovens, mulheres, negros e negras, vai operando de maneira conjunta.

A Ulepicc Brasil está no início de uma nova diretoria, alinhando certas coisas que precisam ser arrumadas, para ter um calendário. O Anderson Santos começou a fazer na época que ele estava a frente, um mapeamento, inclusive, na última mesa do evento de Maceió ele apresentou esse mapeamento, ele e o Ruy. A ideia é retomar esse mapeamento, para saber quem faz EPC, quais são os grupos de pesquisa, as mulheres que estão ali, negros e negras, como eles estão pesquisando EPC, de que perspectiva trabalham a EPC. Esse é um tipo de mapeamento que tem que ser atualizado anualmente, não foi só daquele momento. O momento de Verlane na EPC é resolver essas coisas que não tornam a vida cotidiana tão pesada, para focar naquilo que considera importante, ela fala que não vai dar conta de tudo, devido às demandas que são constantes. No grupo de pesquisa/estudo e na Ulepicc Brasil, Verlane entende dar essa contribuição científica que o campo carece.

#### **4.2 Quadro geral da importância das pesquisadoras brasileiras da EPC**

<b>Pesquisadoras</b>	<b>Nível acadêmico</b>	<b>Formação</b>	<b>Cor</b>	<b>Maternidade</b>	<b>Estudos</b>	<b>Região</b>	
Anita Simis	Doutora	Cientista Social	Branca	Sim	Cinema e Audiovisual	Sudeste	
Ivonete Lopes	Doutora	Jornalista	Preta	Não	Raça e Gênero	Sudeste	
Suzy Santos	Doutora	Relações Públicas	Branca	Sim	Gênero	Sudeste	
Verlane Aragão Santos	Doutora	Economista	Negra	Sim	Processos e Relações de Trabalho	Nordeste	

## 5 - CONCLUSÃO

Ruy Mauro Marini é o principal autor da vertente marxista que se debruça na Teoria da Dependência Latino-Americana. Borges Neto (2010) coloca que no interior dessas discussões, o pensamento de Marini é visto com bastante originalidade. Seus argumentos sobre a superexploração do trabalho é um deles, em que Marini vê a superexploração como uma característica básica das economias dependentes.

Borges Neto (2010) também fala que desde os anos 80, as formulações centrais sobre a Teoria da Dependência diminuíram no Brasil, sobretudo na América Latina. Mas, são ideias que se fazem ainda mais atuais na contemporaneidade. Houve mudanças na conjuntura ideológica e política com o passar dos anos, mas a pertinência dela se sobressai.

Entre a década de 2000 e 2010, aumentou a percepção de que o Brasil estaria vivendo um processo virtuoso de desenvolvimento. Mesmo os contextos sendo diferentes, teve uma retomada de uma visão que também ocorreu nos anos 50 e 60. Havia um pensamento de que os problemas nacionais seriam resolvidos com o pleno desenvolvimento.

Contextualizando a primeira década dos anos 2000, o Brasil estava no final do governo de Fernando Henrique Cardoso e em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Lula é um marco enquanto representante da classe trabalhadora que chegou ao cargo de presidente, mas ele carrega consigo ideias desenvolvimentistas. Se tratando de capitalismo, Lula entende as manobras do capital, uma vez que dialoga com grandes empresários, há uma conciliação de classes, estando na periferia do capital, isso lhe trouxe consequências.

O termo desenvolvimento é atrelado ao crescimento econômico, que faria do capitalismo brasileiro algo parecido com o capitalismo dos países centrais. Nos dois períodos citados, acreditava-se que a modernização, que vinha com o processo de urbanização, abandonaria o “atraso”. De alguma forma, as pessoas achavam que a aceleração do crescimento estava de volta na primeira década dos anos 2000, mais limitada que a dos anos 50, mas estaria acontecendo.

Marini (2000) diz que havia uma proximidade entre o pensamento de Celso Furtado e o pensamento de que o Brasil vivenciava a revolução democrático-burguesa, que foi adotada pelo PCB, nos anos 60 e 70. As duas concepções, tanto da burguesia, quanto do proletariado viam no desenvolvimento a chance de ascender. A teoria da dependência latinoamericana, nos argumentos de Marini, pressupõe que a América Latina não caminha de acordo com o desenvolvimento idealizado pelos desenvolvimentistas.

A teoria da dependência me fez pensar em como o pensamento das grandes potências mundiais está presente até nos momentos de luta e conquistas de direitos. Na década de 20, quando há o movimento das sufragistas, isso vem com uma influência estadunidense e quando as mulheres foram exiladas no período ditatorial, elas voltam com muitas pautas dos países dados como desenvolvidos. É possível fazer uma correlação com a dependência científica, o Brasil tem a Lélia Gonzalez enquanto feminista marxista e mulher preta, mas é recente a circulação das ideias de Lélia no espaço acadêmico e isso foi dito também por Angela Davis, quando ela estava no Brasil. Muitos dos estudos críticos voltados para feminismo e raça utilizam em grande demanda a Angela Davis, que tem sem sombra de dúvidas sua importância nesse meio, mas se há uma de nós que já desenvolveu material analítico em relação à sociedade, é preciso valorizar.

Muito do que foi pensado enquanto ciência carrega essa dependência, por isso que temos um espaço científico que dá reconhecimento para pesquisas desenvolvimentistas e projetos que não incluem pessoas que estão à margem da sociedade. O que está ocorrendo na contemporaneidade e quis trazer com essa dissertação, é mostrar que é preciso uma mudança estrutural no campo científico, incluir pesquisadores e pesquisadoras que pertencem às minorias, que estudam sobre minorias, sobretudo, discussões que abarcam indivíduos que vivenciam de fato os resultados da política e economia brasileira. E sobre isso, concordo com Lélia Gonzalez (2020) quando ela fala que só iremos nos desprender das amarras do imperialismo no momento em que valorizarmos as peculiaridades do nosso povo e isso precisa ser cerne de um pensamento científico plural.

Entretanto, a EPC Brasileira vem se remodelando nos últimos anos, para abarcar os estudos de gênero e raça. É válido salientar, a importância de mulheres e negros produzirem e terem reconhecimento em todas as áreas de estudo do campo. Em relação a isso, é preciso lembrar dos estudos de Ruy Sardinha Lopes, homem negro, já foi presidente da Ulepicc Brasil e produz trabalhos sobre economia política da cultura e da comunicação, cultura e artes contemporâneas e políticas culturais.

Em entrevista, Verlane afirma que há diferenças dentro do campo da EPC no Brasil, mas que essas diferenças podem ser dialogadas e que como é uma área crítica, as pessoas encontram na EPC esse espaço para desenvolver estudos relacionados aos descontentamentos políticos-sociais. Entende-se que a história do Obscom com a EPC no Brasil pode facilmente ser confundida, uma vez que o laboratório foi criado por Bolaño, junto de Verlane e é um precursor dos laboratórios de pesquisa da área. Percebe-se uma vida de luta em meio às pesquisadoras analisadas.

A maternidade é um marcador na vida de Anita Simis, Suzy Santos e Verlane Aragão Santos. No aspecto racial, Ivonete Lopes é uma mulher preta, retinta.

Verlane Aragão Santos é uma mulher negra de pele clara e nordestina. Mesmo dentro da EPC, elas possuem vertentes diferentes. Se fosse para encaixar no âmbito das discussões feministas, Anita é uma mulher progressista, marxista em seus estudos, teve um certo ativismo durante sua juventude no movimento feminista, mas não se coloca em nenhuma corrente dessa discussão. Ivonete pelos estudos e entrevistas, é perceptível a aproximação dela com o feminismo interseccional. Suzy dos Santos também estaria inserida no feminismo interseccional. Já Verlane Aragão Santos, é uma feminista marxista.

Anita, Ivonete e Suzy se encontram na região sudeste, região com maiores índices de investimento científico, é considerada a região mais rica do país e a que tem o agronegócio como um forte influenciador político. Em todos os trabalhos elaborados por elas é notório a criticidade que carregam em relação a esses aspectos dos lugares que advém. Verlane é nordestina e diz que sofreu muito preconceito por ser uma mulher oriunda de uma região estigmatizada no Brasil. O Nordeste é considerada a região mais pobre do país, se tratando de economia, propositalmente esquecida, com grande presença de latifundiários, que com as expropriações das terras, geraram grandes secas na região. É importante destacar que o Nordeste vem na contramão das políticas reacionárias, se dependesse dos votos do nordeste, Jair Messias Bolsonaro jamais teria sido eleito presidente.

Contudo, é preciso argumentos históricos que demonstrem que as mulheres negras e indígenas não encontravam a abertura para o debate étnico-racial dentro do movimento feminista, para tanto é utilizada a obra de Lélia Gonzalez (2020) que aponta as barreiras encontradas por essas mulheres e as possibilidades de uma nova abordagem. Com a pesquisa é possível visualizar a necessidade de evidenciar a luta e resistência das mulheres brasileiras e a importância de ter uma comunicação que dialogue com as demandas dos movimentos sociais e rompa com o imperialismo que perpetua um sistema de dominação tanto nas lutas quanto nos saberes e fazeres. O feminismo que aqui está se construindo parece esperançoso, de modo que busca dialogar com nossas raízes e os saberes ancestrais que foram deixados por nossas antepassadas negras e indígenas.

Partindo da premissa do feminismo brasileiro da última década, dos avanços que tivemos e os elementos utilizados para a difusão do feminismo, com os conceitos formulados, o trabalho também discutiu a comunicação e o feminismo. Assim, o referido trabalho responde os motivos pelos quais a comunicação tem ocupado cada vez mais espaço nos movimentos feministas. De acordo com Ballestrini (2013, p.105), esse giro comunicacional é um ato de resistência ao imperialismo que nos foi imposto.

Constata-se que a comunicação não é neutra, uma vez que a mídia tradicional é articulada por uma estrutura de dominação e constitui-se historicamente como um meio que reforça estereótipos ligados à mulher. Entende que a comunicação tem a capacidade de mudança social quando possibilita o fazer diferente do que vinha sendo feito. Entretanto, analisamos que a quarta onda do feminismo (HOLANDA, 2019), proporciona um debate acerca dos

processos coloniais e imperialistas que direcionaram o movimento feminista latino-americano e a necessidade de um movimento que seja representativo e plural. Tendo em vista que o ato comunicacional é um ato político pedagógico, vê-se a necessidade de as classes oprimidas ocuparem os meios de comunicação para transmissão de sua luta.

## REFERÊNCIAS

AIRES, J; BAHIA, S; GONÇALVES, M; SANTOS, S; SCHRAMM, L; TORQUATO, C. **Nós, as economistas políticas da comunicação**: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encantado da EPC brasileira. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/13922/10968>. Acesso em: 28 out. 2022.

ADORNO; T. **Résumé sobre indústria cultural**. Disponível em: [http://www.nupese.fe.ufg.br/up/208/o/ADORNO\\_-\\_R%C3%A9sum%C3%A9\\_sobre\\_ind%C3%A9stria\\_cultural\\_-\\_Adorno.htm?1349567486](http://www.nupese.fe.ufg.br/up/208/o/ADORNO_-_R%C3%A9sum%C3%A9_sobre_ind%C3%A9stria_cultural_-_Adorno.htm?1349567486). Acesso em: 28 set. 2022.

ADORNO; T. **Tempo Livre**. Disponível em: <https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/adorno-tempo-livre.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

ALBORNOZ, S. **Ética e Utopia** - Ensaio sobre Ernst Bloch. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1985.

ANDRADE, S. A. **Economia Política da Comunicação**: Origens, reflexões e tendências. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.28, n. 1, p. 92-113, jan/jun, 2013. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ARUZZA, Cinzia. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo?. In: \_\_\_\_\_. Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios. Lisboa: Combate, 2010.

BASTOS, M. D. **Indústria cultural e capitalismo tardio**: Origens da Economia Política da Comunicação em Mercado Brasileiro de Televisão. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/download/4121/3212>. Acesso em: 28 set. 2022.

BEAUVOIR, S. **As Belas Imagens**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a. 480p.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

BRITTOS, V. C. **Capitalismo contemporâneo, mercado brasileiro de televisão por assinatura e expansão transnacional**. 2001. 425f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, BA, 2001.

BRITTOS, V. C; CABRAL, A. (orgs.). **Economia política da comunicação**: interfaces brasileiras. São Paulo: E-papers, 2008.

BRITTOS, V. C.; SIMÕES, D. G. **A televisão brasileira e o desenvolvimento do cidadão**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, v. 8, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/154083>. Acesso em: 28 set. 2022.

BOLAÑO, C. **Mercado brasileiro de televisão**. Aracajú: UFS, 1988.



BOLAÑO, C. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo; Hucitec, 2000.

BOLAÑO, C; SANTOS, V. **Considerações teórico-metodológicas sobre a história do campo da Economia Política da Comunicação e da Cultura**. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x37zxugkPwcJ:https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7013+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Seuil, 2000.

CABRAL, E. D. T.; CABRAL FILHO, A. V. **Ativismo digital e comunicação comunitária em defesa da democracia**. Passagens - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC, Fortaleza (CE), v. 9, n. 2, p. 88-96, 2018.

CABRAL, E. D.T., CABRAL FILHO, A. V. (org). **O tecido social da Comunicação, da Cultura e da Informação. Coleção Comunicação, Cultura e Informação** - Vol.2. Divinópolis: Meus Ritmos Editora, 2021. EPCC. Pesquisas. Disponível em: <https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>. Acesso em: 28 set. 2022.

CISNE, M. **Gênero**. Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. Ed. Outras Expressões, São Paulo: 2012.

CLEMENT, W; WILLIAMS, G (1987). **The new canadian political economy**. Kingston: McGill-Queen's University Press.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.

EPTIC - **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic>. Acesso em: 28 set. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONTIJO, C. **A dialética no método da economia política na introdução aos Grundrisse**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n1/0104-0618-ecos-25-01-00209.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. **Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão**. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 1, p. 151-180, 2011.

HARTMANN, H. **The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union**. In: Capital & Class 3, no. 2, July, 1979. pp. 1–33. Disponível em: [https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann\\_1979.pdf](https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf). Acesso em: 28/10/2022.

HERSCOVICI, A. (2014). **As metamorfoses do valor**: capital intangível e hipótese substancial. Reflexões a respeito da historicidade do valor | *Metamorphoses of value: intangible capital e the substantial hypothesis*. *Liinc Em Revista*, 10(2). <https://doi.org/10.18617/liinc.v10i2.743>.

MARCONI; LAKATOS. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANZINI, E. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MANZINI, E. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. Marília: Programa de Pós Graduação, Unesp. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/llsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MELO, J. M. **Os caminhos cruzados da comunicação**: política, economia e cultura. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação)

MOSCO, V. (1999). **Economia política da comunicação**: uma perspectiva laboral. *Comunicação e sociedade 1: cadernos do Noroeste*, Braga, v.12, n. 1/2, p. 97-120.

MOSCO, V. (2009). **La economia política de La comunicación**. Barcelona: Editorial Bosch.

POSSAS, M. L. **Estruturas de mercado em oligopólio**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987

SANTOS, A. D. G. D.; BASTOS, M. D. **Apresentação do dossiê temático “mapeamento da economia política da informação, da comunicação e da cultura**: contribuições históricas e perspectivas para o futuro“. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 22, n. 3, p. 66-74, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/155490>. Acesso em: 28 set. 2022.

SARACENO, C. **A dependência construída e a interdependência negada**. *Estruturas de Gênero e Cidadania*. In BONACHHI, G.; GROPPI, A. (orgs.) *O dilema da Cidadania*. São Paulo: Unesp, 1995.

SARTI, I. A. **Comunicação e dependência cultural**: um equívoco. In: WERTHEIN, Jorge. org. *Meios de comunicação: realidade e mito*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. (Col. Biblioteca Universitária, Ciências Sociais, série 2ª; 55).

SMITH, A. (1776). **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

SCHOLZ, R. **O valor é o homem**. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ZAIAT, A. (2012). **Economia a contra mano**: como entender La economia política. Buenos Aires: Planeta.







